

# Diário do Legislativo de 12/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 91ª Reunião Ordinária

1.2 - 48ª Reunião Especial

1.3 - 51ª Reunião Especial

1.4 - Reuniões de Comissões

### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/11/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 61/99 (encaminha o Projeto de Lei nº 665/99), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 666 a 672/99 - Requerimentos nºs 889 a 896/99 - Requerimentos do Colégio de Líderes e da Deputada Elaine Matozinhos - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Educação, da Deputada Elaine Matozinhos e dos Deputados Antônio Andrade e Marcelo Gonçalves - Comunicações Não Recebidas: Comunicação do Deputado Gil Pereira - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Paulo, Chico Rafael, Márcio Kangussu e Maria Tereza Lara - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.199 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99 - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Colégio de Líderes e da Deputada Elaine Matozinhos; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento nº 541/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação; renovação da votação; aprovação; verificação de votação; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; questão de ordem - Requerimento do Deputado José Milton; deferimento; discurso do Deputado Sargento Rodrigues - Requerimento do Deputado Bené Guedes; deferimento; discurso do Deputado Marcelo Gonçalves - Requerimento do Deputado Hely Tarquínio; deferimento; discurso do Deputado Antônio Carlos Andrada - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Durval Ângelo - 2ª Fase: Discursos dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Durval Ângelo; questões de ordem; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Rogério Correia - Requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Andrada; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; prejudicialidade dos requerimentos - Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170; questões de ordem; designação de novo relator da matéria; questão de ordem; emissão de parecer pelo relator; questões de ordem; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; requerimento do Deputado João Leite; questões de ordem; prejudicialidade do requerimento; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 61/99\*

Belo Horizonte, 8 de novembro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, solicitando submeter à apreciação da egrégia Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. - DIMINAS.

A razão do projeto de lei ora encaminhado é o desaparecimento do objetivo da sociedade com a proibição, no contrato firmado pelo Estado com a União em 18 de fevereiro do ano passado, de emissão de novos títulos pelo Estado, e a necessidade de autorização da Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 238 da Constituição do Estado.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência minhas expressões de elevado apreço.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 665/99

Autoriza o Poder Executivo a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. - DIMINAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. - DIMINAS.

Parágrafo único - A liquidação da sociedade se fará de acordo com o disposto nos artigos 206 a 208 e 210 a 218 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com o disposto no seu estatuto social.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 666/99

Declara de utilidade pública a Escola Esperança e Vida, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Escola Esperança e Vida, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 8 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Escola Esperança e Vida, fundada em 14/12/96, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo abrigar e dar suporte profissional, moral, cívico, assistencial e religioso a crianças e adolescentes reconhecidamente carentes.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 667/99

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento do Bairro Peitudo, com sede no município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento do Bairro Peitudo, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento do Bairro Peitudo, fundado em 16/5/90, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos.

Tem como objetivo precípuo zelar pela melhoria das condições de vida dos moradores do referido bairro, articulando e promovendo ações para resolver os problemas socio-econômicos e educacionais, e formar o espírito comunitário.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 668/99

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro dos Pereiras, Tanque, Laranjal e Renó, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro dos Pereiras, Tanque, Laranjal e Renó, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro dos Pereiras, Tanque, Laranjal e Renó, fundada em 11/6/90, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo zelar pela melhoria das condições de vida dos moradores do referido bairro, articulando e promovendo ações voltadas para a solução dos problemas sociais, econômicos e educacionais, bem como desenvolvendo trabalhos de assistência e formação do espírito comunitário.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 669/99

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de São José do Mato Dentro, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de São José do Mato Dentro, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação Comunitária dos Amigos de São José do Mato Dentro, fundada em 16/8/89, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo coordenar as obras e os movimentos sociais dos moradores do referido bairro, articulando e promovendo ações voltadas para a solução dos problemas sociais, econômicos e educacionais, bem como desenvolvendo trabalhos de assistência e formação do espírito comunitário.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 670/99

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Barra, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Barra, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro da Barra, fundada em 12/5/94, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo coordenar as obras e os movimentos sociais dos moradores do referido bairro, articulando e promovendo ações voltadas para a solução dos problemas sociais, econômicos e educacionais, bem como desenvolvendo trabalhos de assistência e formação do espírito comunitário.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 671/99

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Crisólia, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Crisólia, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 8 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação dos Moradores do Distrito de Crisólia, fundada em 16/9/90, com sede no Município de Ouro Fino, é sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo coordenar as obras e os movimentos sociais dos moradores do referido bairro, articulando e promovendo ações voltadas para a solução dos problemas sociais, econômicos e educacionais, bem como desenvolvendo trabalhos de assistência e formação do espírito comunitário.

Ademais, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 672/99

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Bairros Unidos, com sede no Município de Juatuba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Bairros Unidos, com sede no Município de Juatuba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de setembro de 1999.

Elaine Matozinhos

Justificação: A Associação Comunitária Bairros Unidos, com sede no Município de Juatuba, é entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional, assistencial, sociocultural, beneficente, fundada em 1993. Desde então, vem trabalhando pela resolução dos problemas de infra-estrutura, educação, rede elétrica, saúde, moradia, transporte e lazer dos Bairros Jardim Baviera, Jardim do Lago, Ilhéus, Vale Quintas das Braúnas, Vale dos Coqueiros e Itajuba, promovendo atividades sociais, culturais e desportivas com vistas à melhoria das condições de vida dos moradores.

O reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, auxiliando todos os que contam com sua valiosa colaboração.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 889/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltado o trecho de estrada que liga o Município de Senador Amaral à BR-381.

Nº 890/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Paraisópolis ao de Consolação.

Nº 891/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga a rodovia MG-295 ao Município de Gonçalves.

Nº 892/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Bom Repouso à BR-381.

Nº 893/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Consolação ao de Cambuí.

Nº 894/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Toledo à BR-381.

Nº 895/99, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Munhoz ao de Bueno Brandão. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 896/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando se esclareçam as questões que especifica, relativas ao IPLEMG. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos do Colégio de Líderes e da Deputada Elaine Matozinhos.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Educação, da Deputada Elaine Matozinhos e dos Deputados Antônio Andrade e Marcelo Gonçalves.

#### Comunicações Não Recebidas

- A Mesa deixa de receber, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, a seguinte comunicação:

#### Comunicação

Do Deputado Gil Pereira, dando ciência à Casa do falecimento do ex-Deputado Euler Araújo Lafeté, ocorrido em 8/11/99, nesta Capital. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Carlos Pimenta.)

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados João Paulo, Chico Rafael, Márcio Kangussu e Maria Tereza Lara proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.199, originada do Projeto de Lei nº 399/99. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Márcio Cunha; suplente - Deputado Eduardo Brandão; pelo PSDB: efetivo - Deputada Elbe Brandão; suplente - Deputado Ailton Vilela; pelo PDT: efetivo - Deputado Álvaro Antônio; suplente - Deputado Marcelo Gonçalves; pelo PFL: efetivo - Deputado Sebastião Costa; suplente - Deputado Eduardo Hermeto; pelo PSD: efetivo - Deputado João Paulo; suplente - Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Designo. À Área de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Ronaldo Canabrava;

suplente - Deputado Adelino de Carvalho; pelo PSDB: efetivo - Deputado Ermano Batista; suplente - Deputado Amílcar Martins; pelo PDT: efetivo - Deputado João Batista de Oliveira; suplente - Deputado Doutor Viana; pelo PFL: efetivo - Deputado Alberto Bejani; suplente - Deputado Bilac Pinto; pelo PSD: efetivo - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; suplente - Deputado João Paulo. Designo. À Área de Apoio às Comissões.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 798/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 811 e 812/99, da Deputada Maria Olívia; do Trabalho - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 113/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 524/99, da Deputada Maria Tereza Lara; 525/99, do Deputado Rogério Correia; 560 e 562/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 565/99, do Deputado Ermano Batista; e 568/99, do Deputado Bené Guedes; e do Requerimento nº 814/99, dessa Comissão; e de Educação - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 558/99, do Deputado Antônio Júlio; e, na 21ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 173/99, do Deputado Edson Rezende; e 572/99, do Deputado Chico Rafael; e dos Requerimentos nºs 833 e 854/99, da Deputada Maria Olívia; 837, 838, 862 e 863/99, dessa Comissão; 841/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 849/99, do Deputado Bené Guedes; e 860/99, do Deputado João Batista de Oliveira (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Antônio Andrade - indicando o Deputado Márcio Cunha para substituir o Deputado Antônio Júlio como membro efetivo da Comissão Especial do Fundo SOMMA, passando o segundo a membro suplente (Ciente. Designo. À Área de Apoio às Comissões e cópia às Lideranças.).

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, deixando para fixar a data oportunamente, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Colégio de Líderes, em que solicita a realização de reunião especial em homenagem à COPASA-MG por seus 25 anos; e, nos termos do inciso XXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, em que solicita seja destinada a 1ª Parte de uma reunião ordinária para homenagear a Polícia Civil.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 541/99, do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Fazenda pedido de informações sobre o resultado obtido com a implementação da Lei nº 13.243, de 23/6/99, referente à concessão de anistia parcial de multas e juros aos contribuintes em débito com o Estado, tendo em vista o término do prazo para habilitação ao benefício. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A fim de proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 17 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para votação, motivo pelo qual a Presidência a torna sem efeito. A Presidência, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Kangussu) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 42 Deputados. Há, portanto, número regimental para a votação das matérias em pauta. A Presidência vai renovar a votação do Requerimento nº 541/99. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A fim de proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados, que, somados aos 7 presentes em reuniões de comissões, perfazem o total de 36 Deputados, número insuficiente para votação, motivo pelo qual a Presidência a torna sem efeito.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de saber qual é o número de votantes e qual é o número de Deputados em reuniões de comissões, com a presença de V. Exa.

O Sr. Presidente - O painel registrou os votos de 29 Deputados; há 7 Deputados em reuniões de comissões.

O Deputado João Leite - Com a presença do Deputado Durval Ângelo, que não votou, mas solicitou verificação de votação, são 39 Deputados.

O Sr. Presidente - Foram registrados 29 votos. Com 7 Deputados em reuniões de comissões, o Deputado Durval Ângelo e a Presidência, são 38. Não há "quorum" para votação, mas o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado José Milton, Líder do PL, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Sargento Rodrigues. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bené Guedes, Líder do PDT, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Marcelo Gonçalves. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Marcelo Gonçalves profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio, Líder do PSDB, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Antônio Carlos Andrada. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Antônio Carlos Andrada profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, Líder do PT, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Durval Ângelo. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Durval Ângelo profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

- O Deputado Antônio Carlos Andrada profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Durval Ângelo.

- O Deputado Durval Ângelo profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questões de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Art. 164, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Carlos Andrada, o art. 164 estabelece o seguinte: "Ao Deputado ou partido político que tenha sido citado em pronunciamento e não tenha tido oportunidade de manifestar-se, será dada a palavra pelo prazo de 5 minutos, exceto na ocorrência de decurso de prazo regimental". Entende a Presidência que a palavra será concedida pelo art. 164 a um Deputado por representação partidária, conforme consta no parágrafo único do referido artigo. Entende também que o Deputado Antônio Carlos Andrada já falou pelo partido.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, pedi explicação pessoal. Em momento algum, falei em nome do PSDB. Agora, o partido sentiu-se atingido pela fala do Deputado Durval Ângelo.

O Sr. Presidente - V. Exa. falou pelo PSDB. V. Exa. não falou em explicação pessoal, porque, para explicação pessoal, a palavra é concedida após a ordem do dia. Esse é o entendimento da Presidência, conforme o disposto no art. 33 do Regimento Interno.

O Deputado Carlos Pimenta - Pediria que V. Exa. analisasse outro fato. O Deputado Durval Ângelo teve a oportunidade de usar a palavra por duas vezes: uma, após a fala do Deputado Antônio Carlos Andrada, e outra, quando veio fazer a defesa do seu partido. O Deputado Antônio Carlos Andrada usou o art. 164 para explicação pessoal. E, em sua segunda fala, o Deputado Durval Ângelo citou nominalmente o PSDB. O Líder está pedindo a palavra para responder pelo partido. Então, com a devida vênia, pediria a V. Exa. que usasse o mesmo peso e a mesma medida, porque não o está fazendo.

O Sr. Presidente - Esta Presidência entende que o Deputado Durval Ângelo falou, em primeiro lugar, pelo art. 70. Em seguida e durante o seu pronunciamento, o Deputado Antônio Carlos Andrada sentiu-se atingido, então falou de acordo com o art. 164. Da mesma forma, a palavra foi dada ao Deputado Durval Ângelo. A Presidência, democraticamente, resolve conceder, por 5 minutos, a palavra ao Líder do PSDB e ao Líder do PT, por entender que, assim, chegaremos a um acordo e na certeza de que responderá ao desejo de ambos os partidos.

Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Hely Tarquínio.

- O Deputado Hely Tarquínio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vêm à Mesa requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Andrada, em que solicitam a inversão da pauta da reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 418 e 424/99 sejam apreciados após o Projeto de Lei Complementar nº 4/99. A Presidência, tendo em vista a importância da matéria, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há "quorum" para votação. Estão prejudicados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Andrada.

#### Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designou relator da matéria o Deputado Rêmolo Aloise, que solicitou prazo regimental para emitir seu parecer. A Presidência indaga ao relator se está em condições de emitir seu parecer.

#### Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Gostaria de indagar se já foi encerrada a discussão do veto.

O Sr. Presidente - Não, o relator ainda não emitiu seu parecer.

O Deputado Carlos Pimenta - Então, o senhor deve encerrar a sessão, Sr. Presidente. Isso está virando brincadeira. O senhor me perdoe, mas, com o Plenário cheio, pede-se a recomposição de "quorum"; o PT sai por interesse próprio; V. Exa. coloca o projeto em discussão sem a presença do relator; enfim, já não há clima. Ou V. Exa. encerra a sessão, ou daremos a ela uma seqüência normal.

O Sr. Presidente - A Presidência anunciou a discussão. Como o relator não está presente...

O Deputado Carlos Pimenta - Então, deve-se fazer a designação de outro relator.

O Sr. Presidente - Perfeitamente, V. Exa. tem razão. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designa novo relator da matéria o Deputado Dinis Pinheiro e indaga se S. Exa. está em condições de emitir o parecer ou se fará uso do prazo regimental.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, esperamos votar; inclusive, há pessoas aguardando essa votação. Portanto, esperamos que V. Exa. tenha rapidamente a resposta do relator e não haja essa pressão para que não aceite relatar no momento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência aguarda a manifestação do Deputado Dinis Pinheiro.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, farei a leitura do parecer nesse exato momento e fico muito feliz em observar o consenso dos Deputados do PT e do PSDB em torno do meu nome.

- O Deputado Dinis Pinheiro emite o seguinte parecer:

#### PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.170

##### Relatório

Por meio da Mensagem nº 53/99, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa as razões pelas quais opôs Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica.

Com fundamento no art. 222, § 3º, do Regimento Interno, a Presidência incluiu o veto na ordem do dia para votação em Plenário, em virtude de ter-se esgotado o prazo para o exame da proposição pela Comissão Especial.

Nos termos do § 2º do art. 145, este relator passa a emitir seu parecer sobre a proposição.

##### Fundamentação

O Governador suscita razões de ordem legal e de interesse público para justificar o veto oposto à Proposição de Lei nº 14.170.

O imóvel objeto da proposição é parte de um terreno com área de 8 alqueires mineiros, doado ao Estado pelo Município de Varginha, no qual atualmente funciona o Educandário Olegário Maciel, que foi construído pelo Governo Federal à conta do orçamento do então Ministério da Educação e da Saúde. Terminada a edificação, foi o imóvel entregue à Federação de Assistência aos Leprosos e Defesa contra a Lepra, em 8/6/41, ali se desenvolvendo atividades para esse segmento da população, que, à época, era muito numeroso. Com o decorrer dos anos, controlada, embora não erradicada a doença, a Sociedade Eunice Weaver, de Varginha, continua utilizando o imóvel; diversifica, todavia, suas atividades para garantir assistência social a pessoas portadoras de doenças contagiosas e a menores filhos sadios de hansenianos.

Sobre o imóvel exerce o Estado de Minas, hoje, poderes de proprietário, segundo preceitos do Direito Constitucional e Administrativo, buscando fazer com que ele satisfaça precipuamente o interesse público de maior relevo para sua correta utilização ou alienação.

A entidade que trabalha no local há 57 anos vem prestando inestimáveis serviços sociais para a comunidade próxima a Varginha. Não há sentido em desalojar uma instituição de assistência social do local para estabelecer outra. Seria injusto, desumano e contrário ao interesse público. E, além disso, a Prefeitura Municipal de Varginha ainda tem, próximo à área onde foi construído o Educandário, a propriedade sobre mais 4 alqueires de terreno totalmente abandonado, que poderia ser utilizado para cumprir os objetivos traçados no projeto de lei.

##### Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela manutenção do veto oposto à Proposição de Lei nº 14.170.

##### Questões de Ordem

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação ao relator, porque existe uma campanha estadual e nacional com relação ao termo "leproso". Parece que, oficialmente, esse termo ainda está escrito na entidade. Portanto, não estou criticando o relator. Gostaria que pudéssemos fazer uma correção, porque o Movimento Nacional de Reintegração dos Hansenianos faz uma campanha pública e permanente para mudar esse termo, ou seja, o termo "leproso" deve ser alterado para hanseniano, em todos os locais onde estiver escrito.

O Sr. Presidente - Isso pode ser corrigido na redação, Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, solicito a verificação de "quorum".

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que persiste o "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

- Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite em que solicita o adiamento da discussão do veto.

##### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, antes de V. Exa. colocar o veto em discussão, existe um requerimento de nossa autoria para ser votado.

O Sr. Presidente - O requerimento de V. Exa. precisa ser votado, e não há número regimental para votação, Deputado João Leite, mas o há para discussão.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, V. Exa. já disse o número de Deputados presentes em Plenário mais o número de Deputados em comissões, perfazendo o total de Deputados

para a votação do requerimento.

O Sr. Presidente - A Presidência não percebe a presença de 39 Deputados. A Presidência registrou a presença de 27 Deputados, sendo 14 em Plenário e 13 nas comissões. A Presidência vai dar início à discussão da matéria.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, V. Exa. já tinha conhecimento desse requerimento que deveria ser posto em votação?

O Sr. Presidente - O requerimento do Deputado João Leite solicitando o adiamento da discussão do veto está prejudicado, uma vez que não há "quorum" para votação. Aliás, estamos na fase de discussão, Deputado João Leite, porque na última chamada não houve "quorum" para votação. Portanto, a Presidência estava trabalhando com um "quorum" inferior para votação, mas suficiente para discussão. Por isso, a Presidência vai conceder a palavra ao Deputado Rogério Correia.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Ainda estou com a palavra e gostaria de dizer que esse requerimento é um documento importante, justamente porque, já que se trata de uma matéria que tem de ser discutida com o conjunto do Plenário, vemos que não temos número suficiente até para essa discussão.

Solicito que V. Exa. encerre, de plano, a reunião, por falta de "quorum".

O Sr. Presidente - A Presidência, quando lhe concedeu a palavra, estava consciente, sim, de que havia "quorum" e, por isso, o fez; porém, no decorrer da intervenção de V. Exa., verificamos que vários Deputados saíram do Plenário e que já não há número regimental para continuarmos os trabalhos. Isso posto, a Presidência solicita à Sra. Secretária que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

A Sra. Secretária (Deputada Maria Tereza Lara) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 15 Deputados, que, somados aos 15 presentes em comissões, perfazem o total de 30 Deputados. Há, portanto, número regimental para a discussão da matéria em pauta. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Rogério Correia.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, de quanto tempo dispõe o Deputado Rogério Correia?

O Sr. Presidente - De 1 hora.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Portanto, solicito o encerramento da reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 11, às 9 horas, e para a reunião especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

### ATA DA 48ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 21/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Marco Régis

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Fu Mengzi - Palavras do Sr. Luiz Gonzalez Sousa - Palavras do Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira - Palavras da Sra. Cristina Vilani - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arlen Santiago - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Elbe Brandão - Ivo José - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2º-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Fu Mengzi, Diretor do China Institute of Contemporary International Relations; Luiz Gonzalez Sousa, Professor de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Autónoma do México; José Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente do BDMG e mediador dos debates; Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Diretor-Presidente do jornal "Mercado Comum"; e Cristina Vilani, Professora de Ciência Política do Departamento de Sociologia da PUC-MG.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Ivan Arruda de Oliveira, representante do Reitor da UEMG, Prof. Gerson Boson.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do quinto evento Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil, com o tema "Os Novos Atores no Mundo".

Este fórum terá continuidade, no próximo dia 27, com o tema "Admirável Mundo Novo", e, no dia 28, com o tema "O Mercado e o Homem".

A Presidência, em nome do Poder Legislativo mineiro, agradece a todos que prestigiam este fórum técnico. A participação de todos os presentes, na fase dos debates, com certeza, enriquecerá a discussão do tema, possibilitando-nos uma visão cada vez mais abrangente do assunto.

## Palavras do Sr. Presidente

Ilmos. Srs. Fu Mengzi, economista; Prof. Luiz Gonzalez Souza, Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, Dr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Profa. Cristina Vilani, Deputados, senhoras e senhores, a história dos homens e das nações é singela em seus movimentos. Ela se desenvolve na tensão permanente entre a liberdade e a tirania, entre os ricos e os pobres. Um dos mais poderosos pensadores do ocidente - se não tiver sido o maior deles -, Platão, resumiu-a em uma frase, ao dizer que, na cidade - isto é, na comunidade política -, há duas cidades, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

O mundo, sendo uma comunidade política, está também dividido entre as nações ricas e as nações pobres, entre os povos que lutam pela liberdade e os grupos que, ocupando o poder nas nações ricas, exploram o trabalho e os bens naturais dos países pobres.

Mas, como na história dos homens e das nações, os poderosos não são poderosos para sempre nem os pobres condenados à pobreza eterna. De vez em quando, na luta permanente que empreendemos, os pobres mudam a situação e se livram dos jugos, impondo a justiça, seja com a rebelião política, seja com o sangue de seus heróis.

Temos dois convidados estrangeiros que representam povos que emergem. Um deles, o Prof. Fu Mengzi, vem do outro lado do mundo, da velha China, que sempre se renova; daquele celeste Império do Meio, que os nossos ancestrais portugueses foram dos primeiros europeus a visitar. Os chineses estão nos dando uma lição, a de que é possível integrar-se a uma economia mundializada, sem perder as referências culturais, sem abdicar da soberania política.

O Prof. Fu Mengzi vai nos dizer como a China está chegando ao futuro, sem perder o passado. É nessa escolha que reside a sua invulnerabilidade; os chineses mostram-nos a sua habilidade comercial e a sua firmeza política. Gostaríamos de ouvir do Prof. Fu Mengzi algumas das experiências de seu país no caminho que estão seguindo.

O Prof. Luiz Gonzalez de Souza é nosso vizinho. O México é das nações mais sacrificadas na história de nosso continente. Ali, os conquistadores encontraram uma civilização forte, derrotaram-na e a destruíram, usando dos ardis da perfídia. As sementes de grandeza e de dignidade permaneceram no entanto, para construir líderes mestiços como Morelos e Juarez. Os mexicanos tiveram que afrontar guerras de conquista continuada: aos colonizadores espanhóis, derrotados na luta de libertação, seguiram-se os norte-americanos, com a guerra do Texas e a anexação de grande parte de seu território histórico. Logo depois tiveram que se defender da invasão de nações européias, conduzidas por um príncipe fraco, infeliz e ambicioso, Maximiliano d'Austria. Ao derrotá-lo e julgá-lo, de acordo com as leis imemoriais da guerra, Juarez recusou os pedidos de clemência que chegavam do mundo com a frase definitiva em seu saber e em sua honra: "el derecho ajeno es la paz" - o direito dos outros é a paz.

Mas o México traz-nos também a memória de uma ditadura conduzida por tecnocratas: a do Gen. Porfirio Diaz, que, depois de ser um dos mais bravos oficiais na luta contra Maximiliano, entregou o seu país às empresas norte-americanas e só foi derrotado pela Grande Revolução conduzida por homens de cultura, como Madero, mas também pelos líderes mais singelos e mais autênticos do povo, como Pancho Villa e Emiliano Zapata.

O Prof. Luiz Gonzalez tem sido um atento observador do movimento zapatista que surgiu em Chiapas. Esse movimento é muito importante, como nova forma de rebelião libertadora, e coincide com a luta política urbana, ancorada nas idéias de Lázaro Cárdenas, o grande Presidente nacionalista dos anos 30, na hora exata em que se fala na integração econômica da América - a nosso ver fórmula despótica e dissimulada de colonialismo. Estamos certos de que o novo século, que abre o terceiro milênio, será o século de novos construtores da História. De povos como o chinês e de povos como o latino-americano. E nesse caminho, brasileiros, mexicanos e chineses, temos muito o que aprender uns com os outros, e muito que conviver, parceiros que somos de uma mesma resistência e de um mesmo destino.

Agradeço aos conferencistas e aos debatedores Fu Mengzi, economista e Diretor do Instituto de Relações Contemporâneas da China; Luiz Gonzalez Souza, Prof. de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Autônoma do México; Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Diretor-Presidente do jornal "Mercado Comum"; Cristina Vilani, professora de Ciências Políticas do Departamento de Sociologia da PUC-MG; e José Pedro Rodrigues de Oliveira, a aceitação do convite para estarem aqui esta noite, em nome desta Casa e em nome dos mineiros. Agradecemos, também, a presença dos senhores e jovens que se encontram aqui, para, assim como nós, participar desta palestra e deste debate. Muito obrigado. (- Palmas.)

## Palavras do Sr. Fu Mengzi

Sr. Presidente, senhoras e senhores, é uma grande honra estar aqui para lhes falar sobre a situação econômica da China hoje. Como todos sabemos, a Ásia acabou quebrando, separando-se. A crise financeira de julho de 1997 foi, na verdade, o seu início. Há um impacto muito além da nossa compreensão, da nossa limitação. Essa é a razão pela qual a Ásia tem sustentado o crescimento nessa crise. Muitos pesquisadores já fizeram análises em relação à causa dessa crise. Temos a teoria da sobreespeculação, a teoria da recessão durante o crescimento, a teoria das desvantagens do sistema e também a teoria de uma especulação conspiratória. Hoje, não quero repetir essa análise, pois não a acho significativa. Gostaria, apenas, de deixar com vocês algumas idéias em relação a essa crise. É insignificante para o desenvolvimento futuro da China e de outros países ficar falando de crise. O grande promotor da crise foi esse ambiente quente de competição, de concorrência que ocorre durante a globalização. Todos os países estão, na verdade, enfrentando uma concorrência cada vez mais aquecida e acirrada nesse ambiente de globalização. A globalização forneceu novas e boas oportunidades para todas as nações, ou seja, tornaram-se capazes de usar todos os recursos externos para promover crescimento econômico. Entretanto, em época de desenvolvimento, ainda vemos concorrência muito acirrada.

As áreas de concorrência de cada país estão diretamente abertas para o globo como um todo. Os mercados domésticos de qualquer Estado estão cheios de concorrentes externos, muito mais do que já houve em sua história. Existem mais rivais com poder maior no mercado. As corporações transnacionais se garantem no seu poder e aceleraram a velocidade das estratégias globais, tentando, na verdade, tomar territórios de todos os países. Também podemos dizer que as áreas de concorrência estão muito concentradas em termos de produção industrial. Obviamente, os países mais fracos e menores têm sofrido pressões cada vez maiores. Eles exportam cada vez com mais dificuldade. Em algum momento, esse crescimento econômico rápido encoraja o sentimento de especulação. Por um lado, a fundação de uma economia física foi enfraquecida; e, por outro lado, essa economia explosiva causada pelo grande investimento está inflacionando, aumentando o desequilíbrio existente entre a economia física e a economia não física, que vai criar então essa condição de crise não econômica.

As conseqüências imediatas da crise asiática foram muito sérias. Na verdade, seu impacto é muito amplo e abrangente e merece mais atenção e mais observação. Podemos dizer que, primeiro, é a quebra dos canais financeiros; segundo, esse fluxo escondido de produtos. Isso gera um problema social importante, porque muitas pessoas estão perdendo seus empregos e caindo na pobreza. Gostaria de falar sobre o resultado mais sério dessa crise, que está levando a uma grande dependência da Ásia, dos países europeus e dos Estados Unidos. Por um lado, toda essa economia está levando a um poder maior dos Estados Unidos sobre a Ásia, o que é muito perigoso.

Vou falar um pouco mais sobre a situação da China. Sob grande pressão, a China finalmente alcançou um crescimento econômico rápido. Sabemos que, enfrentando a desvalorização da moeda asiática, a moeda chinesa encontrou uma pressão muito grande. Entretanto, o Governo chinês suportou a pressão e manteve sua promessa de não deixar ocorrer a

desvalorização do remíbi (?), que ajudou a deteriorar ainda mais a situação. Portanto, a China é considerada um membro responsável da comunidade internacional.

A China não é apenas um fator importante para a estabilidade da Ásia, mas é a chave dessa estabilidade econômica na região. As pessoas podem estar preocupadas por que a China teve todo esse problema, sofreu tanto na crise. Existem várias razões. Sabemos que formamos, na verdade, uma tensão econômica. O Governo chinês prestou muito mais atenção e, na verdade, adotou uma estratégia macroeconômica que levou a todo esse desequilíbrio da estrutura, acarretando a queda das ações e uma economia conturbada. Então, ajustamos nossa economia mais precocemente do que outros países da Ásia. Pode até ter sido bom para nós resistir a essa crise da Ásia.

Em segundo lugar, acho que o remíbi (?) ainda não está comprometido. A especulação internacional pode ficar afastada desse ataque à moeda chinesa. Juntamente com esse crescimento econômico rápido, o poder econômico legendário da China está se tornando cada vez mais forte. Essa é a parte mais importante. Eu também tenho que dizer que temos um poder financeiro ancorado. A China tem um superávit da balança comercial de 1.150 bilhões para reserva de moeda estrangeira. Ainda há muito lastro para resistirmos a esse risco externo e a esse jogo que vem dessas crises econômicas externas. Apesar de a China não ter entrado direto na crise, não significa que não tenha problema. A China sofreu muito, principalmente em 1998. Podemos dizer que, em 1998 e na primeira metade de 1999, a exportação da China teve um crescimento negativo, e a economia chinesa ainda não atingiu seu objetivo predeterminado, além de ter caído também o investimento estrangeiro na China.

Se eu quisesse falar sobre os efeitos da crise na China, acho que mais importante é nossa perspectiva sobre o ambiente externo com relação ao desenvolvimento econômico da China. Achamos que o ambiente externo e o interno têm sido muito mais rígidos que antes. Na década de 90, a economia mundial entrou em um novo período de crescimento sustentado. As pessoas tendem a ser mais otimistas com relação ao crescimento sustentado futuro da economia global. Cada país formula planos de desenvolvimento. Na China, também foi feito um planejamento para o desenvolvimento em longo prazo, de 1995 até 2010. Entretanto, com o desencadeamento da turbulência econômica asiática de 1997, assim como da crise financeira da Rússia e do Brasil, em graus variados, as preocupações sempre se ligaram muito a uma perspectiva econômica mundial. Acreditamos que esse ambiente externo futuro não será tão favorável quanto o previsto, mas, mesmo assim, o Governo chinês já antecipou um crescimento menor para a economia, indo de mais ou menos 8% em 1998 para 7%. Em segundo plano, obtivemos uma compreensão melhor com relação às vantagens e às desvantagens. Como todos devem saber, a globalização pode ajudar a otimizar a distribuição de fatores de produção como trabalho, capital e tecnologia.

Tendo passado pela crise financeira asiática, temos que ter a mente mais sóbria e mais objetiva quando observamos essa questão da globalização. Ela é justa ao desenvolvimento econômico de cada país. Entretanto, não significa justiça em substância. Todos os Estados do mundo têm diferentes poderes econômicos, diferentes estruturas industriais, diferente competitividade industrial, assim como são diferentes em níveis tecnológicos. A base é diferente. Então, o resultado da concorrência também será diferente. Nesta era da globalização, a ordem econômica mundial ainda é injusta. Os países em desenvolvimento, principalmente os pequenos e fracos, terão de enfrentar desafios mais sérios. Nos países desenvolvidos, os méritos da globalização superarão os deméritos. Entretanto, para as nações em desenvolvimento, o caso é oposto. Mesmo sendo útil para os países, a globalização ainda é, muito mais, danosa para os países em desenvolvimento. Certamente, o risco externo tem de ser acompanhado bem de perto por ocasião da abertura econômica.

A segurança econômica é muito importante para a segurança nesta era de aberturas e liberalização. Todo e qualquer país vai ficar completamente sozinho se as portas forem fechadas. Entretanto, a política de abertura exige consideração das condições nacionais de cada país, assim como da capacidade da economia de superar pressões. A abertura deve ser gradual. Os pesquisadores da China, hoje, já chegaram a um certo consenso de que as medidas de abertura devem ser implementadas cuidadosamente, com considerações adequadas com relação aos riscos. Pode ser ainda mais perigoso abrir tudo de uma só vez, para acatar as necessidades dessa liberalização, sem se prestar atenção às condições nacionais. É importante procurar essa oportunidade, mas temos de acompanhar a velocidade do desenvolvimento e, para isso, temos de ter coragem para dar o primeiro passo à frente. Isso não significa, entretanto, que não tenha que ser baseado nessas melhores condições, ao invés de ser nessa velocidade rápida.

Concordo que uma outra causa da crise asiática é que um poder tão grande quanto o dos Estados Unidos entrou para promover essa liberalização tirando vantagem do processo de globalização. O "New York Times" publicou um artigo dizendo que essa liberalização muito rápida e sem reflexão pode levar à crise financeira e ao caos bancário.

A crise também nos alertou para o fato de que, na globalização, as preocupações com relação à segurança do Estado devem ser mais amplas. Em termos de segurança econômica, o Governo chinês já considerou a segurança financeira como sendo um conteúdo chave. Mas a segurança financeira não pode ser garantida, e tudo o que a construção econômica pode alcançar será destruído de uma só vez.

Com relação à situação econômica da China, posso dizer que ela está melhorando desde o início deste ano, mesmo tendo sofrido muito em 1997. No início deste ano, o PIB da China cresceu quase 8%. A exportação também está aumentando, assim como o investimento estrangeiro no país.

Vocês sabem que a República da China foi fundada em 1949. Neste ano estamos comemorando os 50 anos da República da China. O país passou por uma revolução cultural de 1956 a 1976. Passamos por uma revolução industrial muito grande, um período de muita turbulência, de muita confusão no país. Quando passamos por esse período, vimos que o mundo estava mudando muito rapidamente. Mas estamos tentando desenvolver o nosso país da melhor maneira possível. Em 1970, a China começou a implementar uma política de reforma e abertura para o mercado mundial. De 1979 para cá, já alcançamos muito em termos econômicos. Uma estatística que posso mostrar a vocês é que, de 1979 a 1999, a China alcançou altíssimo crescimento econômico. O crescimento médio anual do Produto Doméstico Bruto, o PDB, foi de 9,8%. Agora, a China está se tornando cada vez mais forte. O padrão de vida das pessoas tem melhorado muito e rapidamente.

Sabemos que a China já é ou está se tornando a 7ª economia do mundo. O Brasil é a 8ª. Como país em desenvolvimento, o que a China já alcançou é pior. Muitos países prestam muito mais atenção ao milagre econômico chinês, mas tenho de dizer aqui qual é a razão de a China alcançá-lo.

Em primeiro lugar, a China está explorando uma nova concepção para construir o país, à qual chamamos de socialismo chinês, para falar de uma maneira geral. Na verdade, estamos combinando a teoria do socialismo com a realidade chinesa, com as condições do país. A China é um país enorme e tem 1.200.000.000 de habitantes. As condições são diversas em diferentes lugares, em diferentes províncias da China. Cada província precisa ter a sua própria política, baseada nas condições locais de sua população. A China está entrando nesse delineamento de leis e desenvolvimento econômico, mas estamos enfatizando que podemos ter diferentes políticas para desenvolver nossa economia.

O segundo fator é que as pessoas achavam que a China era um país muito fraco, principalmente no final de 1970. Então, começaram a prestar mais atenção ao mundo. O país precisava se desenvolver. Chamamos a isso de arquitetura chinesa, pensada por aquele que foi o pai da reforma chinesa. Foi uma pessoa que se tornou uma lenda na China. Ele falou que poesia não é socialismo. O desenvolvimento é uma necessidade obsoleta para a China. Em todo o país, as pessoas estão concentrando suas economias e seus recursos no desenvolvimento da economia chinesa, tentando fazê-lo da melhor maneira possível, trabalhando e investindo muito. E estão prestando muita atenção na educação, para poder progredir tecnologicamente. Esse é o segundo fator.

O terceiro, eu diria, também relacionado a um desenvolvimento tão rápido, é que buscamos políticas de uniformidade e de abertura para o mercado global de maneira gradual e pensada. Não tínhamos experiência alguma com essa política de reformas e de abertura para o mercado. Precisávamos de tempo para criar essas políticas, para pensar.

A reforma, que se iniciou em 1979, começou na verdade no interior do país. Nós alocamos a terra às pessoas. Na China atual, como no passado, a terra pertence ao governo. As pessoas não têm a propriedade da terra. Assim, são mais incentivadas a engajar na produção industrial, porque ganham a terra. Como a pessoa recebe um pedaço de terra do governo, ela trabalha muito, porque a terra é dela. A reforma começou no interior, nas fazendas. Continuamos a expandi-la para as áreas urbanas do país, passo a passo, atingindo empresas de porte médio e também de grande porte.

Com relação à abertura, prosseguimos de maneira gradual e bem ordenada. Vocês sabem que a China passou por um período muito fechado, não tínhamos abertura para o mundo, não tínhamos conhecimento do mundo externo. Precisávamos pensar sobre o que poderíamos e deveríamos fazer, de tal sorte que a abertura foi gradual e de dentro para fora, começando pelo interior. A abertura industrial também foi feita etapa por etapa. Prestamos mais atenção no exemplo dos russos. A Rússia está em transição, passando de uma economia socialista para uma economia de mercado. Isso começou no início da década de 90.

Um grande economista americano fez, certa vez, uma sugestão para a China. Ele falou que o país tinha de abrir a economia de uma só vez, da noite para o dia. Foi o que esse americano falou para a Rússia. Mas a Rússia ainda não alcançou uma reforma econômica bem sucedida e nem uma abertura completa. O PIB agora é metade, é 50% do que já foi.

O quarto fator responsável pelo crescimento da China atual é que o país precisava da globalização. Ela precisa de capital e de tecnologia estrangeira. É impossível para nós desenvolvermos a nossa economia baseados apenas em capital e tecnologia estrangeira. Temos que desenvolver a nossa economia e todo o país baseados no nosso próprio esforço. Esse é o fator mais importante de todos.

Na minha opinião, é improvável esperar que outros países nos apoiem todo o tempo durante esse processo de globalização. Tudo tem de ser feito pelo próprio país. Essa é uma política excelente: voar com as próprias asas. Temos de tentar da melhor maneira possível coordenar essa certa dependência que ocorre na globalização e essa integração à comunidade internacional. Muito obrigado a todos pela atenção.

Palavras do Sr. Luiz Gonzalez Souza

Estou muito honrado em estar nesta instituição de tamanho prestígio e tão importante para a democracia brasileira. Gostaria de fazer alguns comentários que talvez possam soar um pouco esquemáticos para vocês. Entretanto, como ainda teremos tempo, nos debates, para enfatizar os principais pontos, talvez possamos ter um "feedback" dos debatedores, dos comentaristas e dos senhores da plateia.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, em minha opinião, para fazermos uma análise mais profunda da globalização, precisamos distinguir pelo menos dois níveis ou ângulos desse fenômeno. Um deles é a compreensão da globalização como um processo objetivo, um processo histórico que, há não muito tempo, era chamado de interdependência; antes ainda, de transnacionalização de capital, e assim por diante. A partir dessa perspectiva, então, a globalização tem estado conosco há muito tempo e ainda continuará conosco por um longo futuro. Digo isso porque, a partir de certos pontos de vista, a globalização está refletindo o progresso do ser humano como um todo.

Entretanto, em outro nível, a globalização é uma certa ideologia - como acontece na interpretação desse processo, a partir de um ponto de vista muito peculiar, como sendo o ponto de vista das grandes corporações. Segundo esse segundo sentido, ideológico, esse processo da globalização - que não é o único possível -, na verdade, enfraquece alguns e fortalece outros, porque essa globalização tem sido extremamente comercial, elitista e excludente para muitos países e pessoas. Esse tipo de globalização, repito, não é o único possível. Mas, nesse nível ideológico, tentam convencer a todos de que não há outro tipo de globalização, apenas a de mercado, a globalização comercial. Estão tentando nos dizer, ainda, que essa globalização de mercado é irreversível, não pode ser freada, e assim por diante. Estão tentando nos dizer que essa globalização tem de eliminar a soberania nacional. E é nesse ponto que entramos diretamente no tópico da minha palestra de hoje.

De acordo com essas idéias, então, a soberania nacional tornou-se alguma coisa antiga ou algum tipo de oposição, por assim dizer, ao progresso. Mas a verdade é que várias outras coisas já ocorreram, como a privatização, o enfraquecimento do Estado, a desregulamentação sistemática do Estado e do mercado e esse tipo de coisas. Além disso, se fizermos uma observação cuidadosa do mundo de hoje, veremos que a soberania nacional está sendo enfraquecida ou até desaparecendo no hemisfério sul. Em outras palavras, no Sul do mundo, nesse mundo de subdesenvolvimento, de dependência e de pobreza, a soberania desaparece. Mas, se olharmos para o hemisfério norte, para as grandes potências, com os Estados Unidos à frente, veremos o oposto, ou seja, no momento, os Estados Unidos estão cada vez mais nacionalistas, mais poderosos e mais soberanos do que há 20 ou 30 anos. Mais do que isso: no momento, os Estados Unidos estão caindo em um certo tipo de paranóia contra a migração, contra os trabalhadores que estão imigrando para aquele país; estão desenvolvendo uma política de xenofobia; estão rejeitando tudo o que vem do exterior.

Então, há essas duas incoerências que não podemos mais admitir, não apenas do ponto de vista intelectual, mas também do moral. Talvez possamos falar o seguinte: é verdade, sim, que, no mundo atual, existe uma lista crescente de problemas globais, transnacionais, devido à própria gênese do problema ou às suas conseqüências - por exemplo, a poluição, as epidemias como a AIDS, a pobreza, o terrorismo, o tráfico de drogas, etc. Se realmente quisermos solucionar esses problemas, temos de deixar de lado aquele conceito antigo de soberania, mas não a essência da soberania em si. Temos de estabelecer mecanismos supranacionais, multilaterais, multinacionais, para solucionar criativamente esses problemas globais. Isso significa que a soberania antiga, entendida como algo muito próximo, algum tipo de fortaleza nacional, com todo aquele nacionalismo antigo no meio, tem de ser posta de lado. Isso é verdade.

Entretanto, a essência da soberania é muito mais importante do que já foi, porque, se não reforçarmos as raízes da soberania - que é a democracia profunda, a democracia alimentando a si mesma a partir das próprias raízes da comunidade, não apenas das municipalidades ou dos Estados, mas das comunidades em si, das comunidades étnicas, culturais, trabalhistas, etc. -, realmente nossa soberania vai acabar desaparecendo, porque, para enfrentarmos essa globalização de mercado, precisamos de raízes cada vez mais fortes - e raízes fortes significam democracia profunda. Então, uma coisa é a essência da soberania, que, insisto, é algo que deve ser não apenas mantido, mas também reforçado; outra coisa é a abrangência da soberania, ou o lado externo da soberania, que tem de ser modernizado, para que possamos enfrentar esses problemas globais.

Mas o fato verdadeiro é que os grandes poderes não se importam com essas distinções, e não estão apenas desenvolvendo políticas até "neoprotecionistas", mas se entrincheirando em grandes blocos regionais - os Estados Unidos, na América do Norte, com o ALCA e o NAFTA; a Europa, com a União Européia; o Japão, na Bacia do Pacífico, ou seja, já temos três blocos comerciais regionais, e, a qualquer momento, se perdermos a idéia de todo o processo dessa globalização, eles podem-se tornar blocos de guerra, que podem desenvolver uma terceira guerra mundial. Temos de lembrar que as duas primeiras guerras mundiais estavam ligadas precisamente a essas disputas de mercado, de comércio, etc. Hoje, já podemos ver um certo tipo de guerra comercial entre o Japão e os Estados Unidos, e, a qualquer momento, isso pode envolver também a União Européia, deteriorando para uma guerra militar, não apenas comercial. Então, eles estão protegendo sua soberania, expandindo-a com os parceiros comerciais desses blocos, mas estão pedindo a países como o nosso, o Brasil, o México, países da América Latina, da África e da Ásia, que esqueçamos a soberania. Isso é uma armadilha. Eu diria que é uma armadilha conceitual, que precisamos evitar.

Tendo dito tudo isso, gostaria de falar um pouco sobre a ALCA, que é o acordo de livre comércio das Américas, lançado em uma reunião no Congresso de Miami, em dezembro de 1994, pelo Presidente Bush - que era republicano, não democrata como o Clinton. Desde o meio do ano de 1990, essa empresa livre dos Estados Unidos foi marcada pela administração Bush, que dizia que iria criar um bloco comercial hemisférico, do Alasca à Patagônia, que pudesse concorrer com outros blocos comerciais. Além disso, disseram, literalmente, que nessa empreitada para as Américas, como um todo, o NAFTA - assinado em 1993 e reforçado em janeiro de 1994 - seria a pedra basilar de todos esses contratos hemisféricos, de toda a ALCA. Isso não seria problema se não fossem fatos como os seguintes: primeiro, esse acordo é exatamente o que a integração não deve ser, se quisermos que a integração seja uma coisa positiva. Essa integração com os Estados Unidos historicamente já era desigual, era uma integração subordinada, injusta, não democrática, etc. O NAFTA apenas legaliza toda essa tendência histórica em direção a uma integração assimétrica, desigual. Quanto mais nos integramos na estrutura do NAFTA, mais veremos como essas desigualdades aumentarão entre os Estados Unidos e o México, em todo e qualquer indicador econômico, seja PIB, renda "per capita", nível de salários, produtividade, etc. e assim por diante.

Então, aqui, temos exatamente uma estrutura com um esquema de integração que prefiro chamar de "integração perversa" ou de "integração negativa", porque não podemos ficar esperando que essa diferença cresça eternamente, pois isso tem que crescer em ambas as nações. Estamos, na verdade, testemunhando uma polarização crescente entre e dentro dos Estados Unidos e do México. Portanto, o NAFTA fez isso também, entre outras coisas, porque colocou os princípios nacionais de comércio como sendo cruciais para todo o acordo. Isso significa que, já que temos o NAFTA, todas as corporações estrangeiras no México têm o mesmo tratamento, como se fossem nacionais. Por isso, temos grandes corporações no México, concorrendo diretamente com pequenas empresas mexicanas. São grandes corporações americanas e não precisamos ser grandes matemáticos, nem estatísticos, nem mágicos, para saber qual será o resultado disso. O resultado será uma quebra geral de todas as empresas de pequeno e médio porte no México.

Por outro lado, com o NAFTA, estamos também vendo que aquele país está se tornando cada vez menos independente, mesmo com relação à política estrangeira, em que o México era extremamente independente. Lembramos o Grupo Contadora, para interromper a invasão da Nicarágua na década de 80, ou o Tratado (...), exigindo o desarmamento nuclear, ou ainda o Grupo de Estocolmo, que pedia que as principais potências se desarmassem. Não temos mais isso no México. Temos um governo mexicano cuja política estrangeira, para ser honesto e sincero, está cada vez mais limitando-se ao propósito de não deixar que os Estados Unidos tenham raiva do México. Essa é a nossa política estrangeira hoje. Podemos discutir esse assunto, princípio por princípio: autodeterminação, soluções pacíficas de conflito, cooperação para desenvolvimento, não intervenção nas questões do México, etc.

Então, o NAFTA, na verdade, vai ser a pedra basilar da ALCA, que é a edição mais atualizada da doutrina de Monroe: América, para os americanos, ou os Estados Unidos, para os americanos, significando que americanos são os norte-americanos. Temos isso muito vivo hoje. A ALCA está tentando ser essa estrutura legal para a volta dessa doutrina do ex-Presidente dos Estados Unidos, Monroe.

O que poderíamos fazer contra isso? A resposta é muito complexa. Não tenho essa resposta ainda, mas tenho algumas idéias quanto a isso. Eu diria que, antes de tudo, poderíamos pensar novamente no grande potencial da América Latina. Temos que repensar todo o ideal de Bolívar. Não estou querendo pegar literalmente, como foi falado no século passado. Mas, como já disse antes, quando falei sobre a soberania, precisamos recuperar a essência desse ideal bolivariano. Temos que atualizá-lo e usá-lo para proporcionar à América Latina

uma presença da sua potência na globalização de hoje. Não estou dizendo que temos que interromper as relações com os Estados Unidos. Não estou querendo isso. Nem estou, também, instigando o antiimperialismo, da maneira antiga. Não estou, também, instigando uma atitude anti-norte-americana. Tudo o que eu quero é ganhar a força necessária, não apenas a força econômica, mas também a cultural, todo esse poder moral e cultural, para que possamos obrigar os Estados Unidos a se relacionar com a América Latina de uma maneira mais igualitária, mais justa, mais equilibrada. Em longo prazo, mesmo os norte-americanos irão gostar disso. Do contrário - e poderemos falar sobre isso mais tarde -, com esse NAFTA e com a América Latina tornando-se o grande depósito dos Estados Unidos, eles acabarão sofrendo com isso, porque destruirão a possibilidade de ter parceiros, concorrentes verdadeiros e de ter verdadeiras nações soberanas ao seu redor. Isso vai acabar também acabando destruindo a possibilidade de os Estados Unidos se reduzirem para ver o objetivo da globalização de uma maneira mais construtiva, de uma maneira mais respeitosa, mais lucrativa e mais proveitosa para todos.

Portanto, acredito que a América Latina poderia e deveria tornar-se um bloco forte. Isso poderia ocorrer dentro ou fora da ALCA. A decisão será dos Estados Unidos. Se eles quiserem uma relação igualitária com a América Latina, poderemos fazer isso com a ALCA. Mas, se eles insistirem em usar a ALCA apenas para duplicar ou repetir esse círculo vicioso do NAFTA em todo o continente, acho que teremos que dar prioridade a uma solução externa, que, acho, está até se desenvolvendo através do MERCOSUL, guardadas as devidas proporções.

Acho que o MERCOSUL é uma boa nova, em primeiro lugar, porque é o primeiro ponto de equilíbrio, vamos dizer assim, da ALCA. Poderíamos dizer que ele é não apenas o ponto de equilíbrio para a ALCA ou para o Projeto Pan-americano, mas também poderia ser uma opção verdadeira, apontando em direção a uma integração positiva como a Europa, por exemplo, onde os países mais atrasados, como a Espanha, a Grécia e Portugal, lentamente, gradualmente, pouco a pouco, passo a passo, estão chegando perto dos países mais desenvolvidos da região, como a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França.

Então isso está sendo empiricamente testado. A distância entre os países mais avançados e os menos avançados na Europa está se estreitando cada vez mais, em oposição à distância entre os Estados Unidos e o México. Ali, acontece o oposto: essa distância está crescendo. Esse tipo de integração é o que eu chamo de integração construtiva positiva, em que todos saem ganhando, e não um jogo em que os Estados Unidos ganham sempre e o México perde sempre. Essa é a história da nossa relação até hoje.

O MERCOSUL tem de ser o primeiro desenvolvimento dessa alternativa. Mas, se quisermos ser honestos e objetivos, temos que reconhecer algumas coisas: primeiro, até agora, o projeto do MERCOSUL está perdendo credibilidade e força, devido a duas razões primordiais. Uma delas, pelo que vejo, é que é muito difícil desenvolver essa alternativa enquanto os governos envolvidos no MERCOSUL estiverem em desordem, principalmente o argentino e o brasileiro. Enquanto eles reproduzirem essas incoerências que ocorrem hoje no MERCOSUL, tentando apresentar um projeto de autonomia, assim como os Estados Unidos, um projeto de função independente, como os Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, submetendo-se, enquanto governos, às políticas do FMI, do Banco Mundial e, em termos mais gerais, ao tipo de globalização que temos que mudar, a globalização elitista, excludente, que desumaniza. Então, com relação a esses governos, acho que eles estão agindo em uma função dupla. Algumas vezes, para um certo público, eles se apresentam e fingem ser os defensores de um projeto independente, como o ALCA, por exemplo. Por outro lado, algumas outras vezes, eles deixam de lado sua soberania em favor das políticas do FMI ou do Banco Mundial. Essa incoerência enfraquece o MERCOSUL.

Outra razão, que está muito ligada à anterior, é que, devido a essa incoerência ou a essa esquizofrenia, como vocês desejarem chamar, em termos gerais, vemos que o MERCOSUL beneficia, não exclusivamente, mas principalmente a elite empresarial, seja no Brasil, seja na Argentina, seja no Uruguai ou seja no Paraguai. Pior do que isso é descobrirmos que essas elites empresariais estão cada vez mais relacionadas a grandes corporações transnacionais. De acordo com esse ponto de vista, muitas pessoas poderiam dizer que o MERCOSUL é apenas uma maneira inteligente e mal intencionada de reaplicar o NAFTA sob a bandeira do nacionalismo, mas sempre beneficiando, principalmente, a elite empresarial, essa comunidade elitista, as corporações transnacionais. Acho que isso é que tem de ser interrompido, pedindo a esses governos que sejam mais consistentes com suas políticas e projetos originais para com o MERCOSUL, como uma maneira de ir contra a ALCA e para dar espaço a outros governos. Temos um cenário eleitoral muito interessante, ou o teremos em um futuro muito próximo, no México. No ano que vem, a coalizão em torno de Gualterno Cárdenas, que é de centro-esquerda, pode até ganhar as eleições naquele país. Não vai ser fácil, mas não é improvável. Também no Uruguai, temos a Frente (...), que provavelmente terá sucesso. Na Argentina, temos o Frepasso e a sua coalizão, que podem ajudar também.

No Chile, com a coalizão em torno do Gustavo Agos, que pode ir até além, o cenário eleitoral permite, sim, um certo otimismo.

O que acontece, no entanto, é que, enquanto a sociedade de todos esses países não sentir o projeto MERCOSUL como o seu próprio projeto; enquanto ela não perceber que o MERCOSUL é para beneficiar a maioria em seus países; enquanto ela não o pressionar para que os projetos sejam aprovados; enquanto não houver a pressão necessária para que os Estados Unidos modifiquem o projeto da Lei Monroe ou que não obstruam os projetos latino-americanos, nós não andaremos.

Para que isso ocorra, temos que conhecer o projeto e ponderar movimentos que sejam novas forças, pelo menos potencialmente, como é caso do movimento zapatista no México e o movimento dos sem-terras do Brasil.

Esses movimentos estão nos dizendo o que vai ocorrer no próximo século. O movimento zapatista, longe de ser uma organização de guerrilheiros, como a que se viu na Guatemala, está provando, a cada dia, ser uma nova maneira de lutar. Usam ação militar apenas por 12 dias. Depois disso, chamam o governo para negociar. Apesar desse processo de negociação estar sendo muito errático e caótico, pelo menos permitiu acabar com o confronto militar.

As revoluções que deram origem ao movimento zapatista iniciaram-se no dia em que o NAFTA entrou em ação, precisamente no dia 1º/1/94. Fizeram o que fizeram para dizer: "Se a elite mexicana quiser comemorar a incorporação do México ao Primeiro Mundo, precisa ouvir que não há nada a comemorar, porque nós, pelo menos 10 milhões de indígenas nativos, continuamos na pobreza e segregados como antes. Basta!" A isso chamaram de grito zapatista, que foi um grito de dignidade. Eles não estão tentando derrubar o governo. Estão apenas dizendo que aquele que quiser ser do governo tem que atender às solicitações da sociedade. Dessa maneira, eles praticam a democracia nas comunidades mexicanas. Há muito tempo, criaram em assembleias, sob consenso, as diretrizes do mandato político, dizendo o que o político tem que fazer, se quiser ser líder. Caso não cumpra o que está determinado, ele deve abandonar o cargo e passá-lo a outro, sem ter que esperar o fim do mandato.

Esse é um exemplo de reação positiva à globalização, como intenção para unificar a todos, mas não da maneira traiçoeira como tem sido feita a unificação da economia de mercado: o mercado trabalhista não tem permissão de ser globalizado. Só os mercados capital e comercial o têm. Os trabalhadores estão enfrentando muralhas cada vez maiores. É o que estamos vendo em San Diego, na fronteira do México com os Estados Unidos.

Esses movimentos estão dizendo que querem a globalização, mas, em primeiro lugar, a globalização da justiça, da dignidade, das oportunidades, dos direitos humanos e da solidariedade. Somente, então, deve-se partir para a globalização da economia, sob diferentes bases.

Esses movimentos estão nos dizendo que existem novas forças enfrentando o futuro, o século XXI.

Não se trata de movimentos fundamentalistas, que estejam envolvendo questões étnicas, de limpeza racial, como o que vimos acontecer na Iugoslávia, na Chechênia e na Argélia. A reação zapatista é o oposto: é uma proposta para um mundo em que possamos colocar tudo junto, do ponto de vista étnico, cultural e dos sexos.

Eles querem um mundo onde se possa respeitar a diversidade do ser humano e confiar nela, para poder empurrar o homem para o nível de verdadeira civilização. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Sr. Presidente, senhor mediador, senhores conferencistas e debatedores, senhores e senhoras, é sempre motivo de orgulho voltar a esta Casa da democracia e da liberdade mineira. Agradeço, portanto, pela oportunidade.

Uma matéria especial publicada no "Financial Times", do dia 27/9/99, disse que uma das melhores notícias do final do milênio é que os dois países mais populosos do mundo, representando basicamente 1/3 da população mundial quais sejam, a China e a Índia, iriam continuar apresentando taxas de crescimento acima da taxa média mundial, e que essa taxa média, lamentavelmente, como resultado da crise financeira, tende a ser menor nos anos subsequentes.

Início, assim, minha participação neste encontro, cumprimentando, é claro, a excelência das duas primeiras exposições, mas tentando inserir, na colocação de ambos os conferencistas, a realidade brasileira.

Começarei pelo tema globalização, tão bem tratado pelo Prof. Gonzalez.

A globalização precisa ser cercada em algumas de suas facetas, sobretudo naquela que diz respeito à atuação, à ação, à rapidez, aos processos mais avançados, aos processos mais lentos e à forma de efeito mais atuante.

Em primeiro lugar, tem-se verificado avanço mais significativo nas telecomunicações: Internet, estações de televisão via satélite, telefonia celular, telefonia móvel e outras coisas mais.

Em segundo lugar, o comércio exterior também apresenta avanço. Os registros são bem visíveis, e ele praticamente quase que triplicou nos últimos três anos, com crescimento que supera a média do PIB internacional.

Em terceiro lugar, mais ou menos no mesmo ritmo, mas com uma intensidade talvez maior, avançaram os capitais internacionais, trazendo, como consequência maior, a vulnerabilidade das economias em geral, e, como repercussão mais significativa, o obsoletismo das instituições tradicionais, que, pelo menos em tese, deveriam ser os guardiães, os xerifes, os reguladores de determinada ordem mundial. Refiro-me, especificamente, ao papel do FMI e do Banco Mundial.

Por outro lado, há um descompasso no tocante à questão do trabalho e, sobretudo, daquilo que o Prof. Gonzalez disse: humanização, solidariedade, direitos humanos. Na mesma equivalência, há descompasso na equalização do trabalho no mundo, e, como um dos terríveis efeitos, vêm o desemprego e o aumento, a passos cada vez mais preocupantes, das distorções e do "gap" existentes entre os países ricos e os países pobres.

Um detalhe muito importante: nos últimos 30 anos, os Estados Unidos aumentaram ainda mais sua participação na economia mundial, em termos de PIB, sem contar que, não obstante já ter participação na renda média mundial, conseguiu ampliá-la ainda mais. Enquanto isso, com raríssimas exceções, como é o caso da China, alguns países, como o Brasil, tiveram declínio.

Aproximadamente 20% da população de países considerados de alta renda detêm aproximadamente 80% não só da produção, mas também do consumo mundial e também do comércio exterior.

Esse é, no meu ponto de vista, um dos elementos mais extraordinários que ainda se fincam como o grande desafio da globalização. Nisso, acredito. E posso dizer que estou voltando da reunião anual do FMI, do Banco Mundial, em Washington. Não é a primeira vez que participo. Nos últimos 17 anos, já participei 14 vezes. A minha percepção é que começa-se a fomentar a necessidade de um novo ordenamento social, mas principalmente um ordenamento econômico.

Gostaria de comparar a realidade chinesa com a brasileira. A China, nos últimos 20 anos, teve um dos melhores desempenhos em termos de política macroeconômica e de resultado econômico em todo o mundo. Há um profundo contraponto na relação entre o sucesso obtido pela China, e, noutra vertente, o fragoroso fracasso das políticas macroeconômicas implementadas no Brasil, durante o mesmo período. Parecia que um estava indo numa direção e o outro completamente na oposta.

Apenas para efeito comparativo, enquanto a China, nos últimos 20 anos, cresceu a uma renda per capita próxima de 10% ao ano, o Brasil, no mesmo período, cresceu apenas 15%. Ou seja, a China, em quase dois anos, cresceu, em termos de renda per capita, mais que o Brasil em 20 anos.

Outro elemento importante dessa consideração é que a China passou a galgar um espaço considerável na economia mundial, sendo um dos grandes exportadores, com nível de reserva cambial de US\$150.000.000.000,00 e, nos últimos 12 meses, obteve um superávit de US\$30.000.000.000,00. Abriu a sua economia gradativamente à importação, objetivando exportações, sem, em nenhum momento, desconhecer a importância com que se constituía e se constitui o seu colossal potencial de mercado doméstico. Uma das maiores conquistas dentro de todo esse processo de tecnologia é a capacidade chinesa de conciliar a questão tecnológica com a ampliação do quadro e do nível de renda e de emprego.

Hoje, a China é a sétima maior potência mundial em termos de PIB. O Brasil, até 31 de dezembro do ano passado, era a oitava potência. Em função do processo de desvalorização acentuada, ocorrida no Real este ano, lamentavelmente o Brasil cairá da oitava posição, podendo chegar a ter um PIB próximo ou inferior ao do México. Na nossa expectativa, a uma taxa média de dólar de R\$1,70, que hoje já está em R\$2,00, chegaríamos ao final deste ano com um PIB de aproximadamente US\$520.000.000.000,00, contra US\$770.000.000.000,00 no ano passado. Pior ainda, com uma renda "per capita" equivalente ao início dos anos 90, ou seja, ao contrário da China, não avançamos. Se antes tivemos uma década considerada perdida, a década em que estamos pode ser considerada desperdiçada.

Outro detalhe interessante, há dez ou doze anos, o Brasil, que detinha uma participação nas exportações mundiais próxima a 1,4%, hoje tem a sua participação reduzida para cerca de 0,9%, ou seja, menos de 1%. Há dez anos, México e China exportavam menos que o Brasil. Hoje, a China exporta três vezes mais que o Brasil; o México também exporta mais que o Brasil.

Quero parabenizar os dois conferencistas por suas apresentações, e também o nosso companheiro chinês. É importante que esta Casa traga esses exemplos internacionais para que nós, brasileiros, percebamos que é signficante estarmos atentos a esses exemplos bem sucedidos no mundo, sinalizando os lados positivos e negativos do processo de globalização e, por outro lado, verificar que a única resposta, e talvez o maior desafio que ainda não conseguimos vencer neste século, é a questão de um desenvolvimento social, de um crescimento social mais justo e equalizado para todo cidadão deste mundo.

É dessa forma que vejo e imagino o mundo chamado globalizado. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Cristina Vilani

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de agradecer o convite que me foi feito pelos coordenadores deste evento, e saudar os componentes da Mesa que fizeram os seus pronunciamentos e muito contribuíram para as nossas reflexões a respeito da globalização.

Acabamos de ouvir algumas análises que nos ajudam a entender o processo de globalização. É importante ressaltar que essa globalização tem-se dado sob a égide ou sob a dominação do projeto neoliberal. Isto é, o que caracteriza a época atual é a hegemonia neoliberal.

Diante de todos os problemas gerados por essa hegemonia, alguns dos quais foram levantados pelos membros desta Mesa, como se manifesta e como se tem manifestado a resistência popular ao neoliberalismo?

Gostaria de destacar um aspecto levantado pelo Prof. Luiz Gonzalez e Souza, que é o poder do voto do cidadão. Falarei sobre a resistência ao projeto neoliberal, através do voto, em algumas regiões do mundo.

Vejamos a manifestação do eleitor em duas regiões do globo, a América Latina e a União Européia. Seleccionei essas duas regiões porque são inteiramente diversas, uma pertencente ao capitalismo central e a outra ao chamado mundo dos países em desenvolvimento.

Começaremos pelo último, continente a que pertencemos, a América Latina. A adesão da América Latina ao projeto neoliberal foi provavelmente a mais radical e se deu através da adesão ao chamado Receituário do Consenso de Washington. Sabemos que o Consenso de Washington foi o nome dado a uma reunião realizada, no começo da década de 90, em Washington, onde estavam presentes o Governo dos Estados Unidos, o FMI e o Banco Mundial.

Nessa reunião, formulou-se um receituário que deveria ser adotado para os países em desenvolvimento, especialmente para a América Latina. Na verdade, o nosso continente aderiu a esse receituário de forma quase incondicional. Os elementos contidos nessas recomendações eram o controle da inflação, o ajuste fiscal, a abertura comercial e financeira. Dentro dessas premissas, o Estado deveria ser forte no controle do dinheiro, mas parco nos gastos sociais e na intervenção econômica.

As conseqüências desse receituário já conhecemos: uma política recessiva que gerou amplo desemprego, instabilidade, uma crise econômica enorme, pobreza e miséria. Há poucos dias, o próprio FMI declarou que as conseqüências dessa receita para a América Latina criaram mais danos sociais do que benefícios econômicos. É interessante notarmos que o cidadão tem o instrumento fundamental, um mecanismo democrático, que é o voto. Através do voto, manifesta a sua vontade política, o seu apoio ou a sua oposição.

Se observarmos, na América Latina existem várias manifestações que nos mostram a oposição e a resistência da população e do cidadão a esse projeto neoliberal, a Argentina e o Brasil, por exemplo.

Embora o Brasil tenha dado o seu voto e tenha reeleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ultimamente tem manifestado de forma veemente o seu protesto, através de uma impopularidade crescente de nosso Governo. Na Argentina, tudo indica que nas próximas eleições será eleito um candidato de oposição. No Uruguai e no Chile, da mesma forma. As eleições estão próximas e todas as pesquisas apontam para a provável vitória de candidatos de viés mais à esquerda.

Parece-me que essas são manifestações claras da vontade política do cidadão de transformação, de mudança nesse projeto que tem vigorado nos países latino-americanos e que tem criado uma recessão enorme, grande prejuízo e uma realidade extremamente perversa em termos sociais.

Vejamos a Europa, o capitalismo central. Na Europa tem ocorrido algo muito interessante. Depois da vitória neoliberal, na década de 80, que foi liderada pela Inglaterra, seguida pela Alemanha e por outros países da Europa, hoje, dos 15 países da União Européia, 13 são governados por líderes de centro-esquerda, terceira via ou nova social-democracia. Vários nomes têm sido dados aos projetos desses governantes eleitos nos três países da União Européia.

Em nenhum desses casos me parece que a via liberal foi abandonada. Embora a proposta da terceira via, ou da nova social-democracia, seja um tanto vaga, aponta para um novo acordo que contempla novos atores e novos mecanismos proporcionadores do bem-estar. Dos 15, destacaria a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Itália. Em novembro, teremos um encontro da terceira via, no qual o nosso Presidente estará presente, e não por acaso o tema fundamental será a sociedade civil, e o grande ator desse acordo pretendido por essa terceira via é a sociedade civil.

Pretende-se a promoção da virtude cívica ou do engajamento cívico, em que o parceiro do Governo será a sociedade civil, principalmente com o envolvimento do terceiro setor, das associações voluntárias. O que esses programas ou esses líderes têm manifestado é a chamada renovação das comunidades, o aproveitamento da iniciativa local, através da auto-organização da própria sociedade.

O que nos tem chegado ainda é uma proposta vaga, mas pode nos apontar para outra solução. Gostaria de chamar a atenção para a importância da manifestação do eleitor através do seu voto.

Outro ponto importante sobre o projeto neoliberal é a posição dos órgãos de poder internacional, mais especificamente o Banco Mundial, o FMI e as Nações Unidas. A imprensa tem veiculado informações sobre uma possível reviravolta na política desses órgãos que, na verdade, têm sido formuladores e fiscalizadores do receituário neoliberal no mundo, especialmente para os países em desenvolvimento. Esses órgãos, hoje, unem-se, aparentemente, numa crítica à ortodoxia neoliberal, que, ao mesmo tempo, é uma espécie de "mea culpa".

O Banco Mundial, por meio do seu Vice-Presidente, economista-chefe, desde 1998, tem chamado a atenção para os efeitos nefastos do projeto neoliberal e da ortodoxia neoliberal do Consenso de Washington, pensando já num pós-Consenso de Washington, falando da necessidade de ampla e profunda revisão da proposta neoliberal. Chegou a afirmar que os países que se saíram melhor foram aqueles que não aderiram a essa orientação predominante e dá como exemplos a Índia e a China.

O FMI tem reavaliado suas políticas em vários países, inclusive a Rússia, admitindo que causaram diversos danos. Chegou a elogiar a Malásia pelas políticas adotadas, contrárias às suas próprias recomendações, durante a crise.

As Nações Unidas, por meio principalmente da Conferência para o Comércio e Desenvolvimento, sob liderança de um brasileiro, Rubens Ricúpero, no seu relatório, afirmam que a economia mundial nos últimos anos teve um comportamento extremamente medíocre sob a égide do projeto neoliberal.

Esse relatório aponta que a economia mundial cresceu uma média de 2% em 1998 e parece que em 1999 aponta para o mesmo índice. Os países em desenvolvimento cresceram apenas 1,8% e, se tirarmos a China desse conjunto de países em desenvolvimento, temos uma média de crescimento de 0,8%.

Outra coisa que aponta é que a distância entre os países ricos e os pobres está aumentando. Pela primeira vez em 10 anos, o dos países ricos foi maior do que o crescimento dos países pobres. E isso é muito sério, muito drástico. Tudo isso Rubens Ricúpero aponta como conseqüência da adoção ou da ortodoxia neoliberal.

Então, poderíamos nos perguntar: significa que acabou a crença nos princípios liberais por parte desses órgãos? Ou que descobriram que é viável uma agenda única imposta a todos os países que apresentam diversidades muito grandes? Parece-me que não.

Nos últimos dias, o FMI chegou a falar que os jornalistas brasileiros foram extremamente ingênuos ao acreditar que aquelas suas colocações estavam significando transformação ou mudança na política do FMI. Ele dizia que o FMI continua defendendo a liberalização da economia e o ajuste fiscal, incorporando a "dimensão social" como pilar de uma nova arquitetura financeira mundial. Mas não dizem nem como nem quando.

Queria só levantar essas questões, que podem nos ajudar no debate. Quando fui convidada como debatedora, pediram-me que insistisse, enfatizasse esse ponto, qual seja como se tem dado a resistência ao neoliberalismo, hoje, no mundo. Muito obrigada. (- Palmas.)

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Agradecemos a Profª. Cristina Vilani e vamos entrar na fase de debates. Passamos a palavra ao Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, para que atue como mediador.

O Sr. Coordenador (José Pedro Rodrigues de Oliveira) - Sr. Presidente, debatedores, expositores, todos aqui presentes, esta Coordenação está informada de que o Sr. Luiz Gonzalez Sousa vai viajar nas primeiras horas da manhã, então, estamos solicitando permissão ao Sr. Fu Mengzi para que as perguntas dirigidas ao Sr. Luiz Gonzalez Sousa sejam formuladas antes.

Temos muitas perguntas, mas ainda temos a possibilidade de que aqueles que estão presentes no auditório possam formalizar perguntas, desde que no momento adequado ocupem um dos microfones e se identifiquem.

O Sr. Coordenador - Dr. Luiz Gonzalez Sousa, pergunta de Everton Bartolozzi(?) da UMES-CEFET: "O Chiapas e o Movimento dos Sem-Terras têm, dentro desse quadro de poder econômico atual, político e militar, nas mãos de poucas grandes empresas do mundo, alguma chance de levar os seus movimentos a bom termo ou ao sucesso?"

O Sr. Luiz Gonzalez Sousa - Essa pergunta está relacionada ao que a Profa. Vilani estava perguntando durante a sua palestra. Diria que é claro que esses são movimentos mais ou menos como David enfrentando Golias. Entretanto, acho que têm duas ou três coisas que são ingredientes indispensáveis em quaisquer das alternativas.

Uma delas é que esses são movimentos enfatizando a necessidade de se voltar às questões éticas e morais. Acho que além de qualquer coisa, as políticas neoliberais têm negligenciado as questões morais e éticas de toda a sociedade. Esses movimentos estão dizendo: queremos um novo tipo de poder para servir às pessoas e não para sermos usados pelas pessoas.

Um segundo ponto importante é que esses são movimentos chamando pela necessidade de se tirar vantagem dessa diversidade. Acho que, ao final desse século, se tivermos alguma coisa para aprender dos aspectos negativos da globalização, um deles é que não podemos uniformizar toda a humanidade de acordo com culturas como a do "Mc Donalds", a cultura de Hollywood e esse tipo de coisa. Estão nos dizendo que a humanidade tem muito mais cultura, tem culturas muito mais ricas e queremos sobreviver com essas culturas, queremos construir baseado nessas culturas. Essa é outra linha muito importante.

Finalmente, acho que a biodiversidade é vital para que a natureza possa se reproduzir. Podemos dizer que ainda mais importante é a diversidade social e étnica. A sociedade simplesmente morreria se tentarmos uniformizar todo mundo de acordo com certa cultura.

Esses são movimentos novos, muito fracos, tendo em vista os grandes poderes econômicos, mas, pelo menos, são um início.

O Sr. Coordenador - Sr. Luiz Gonzalez Souza, pergunta de Felipe Augusto, da UFMG: "Como poderia, em sua proposta, fazer com que os Estados Unidos adotassem uma política mais igualitária para a América Latina? Como conter esse expansionismo americano?"

O Sr. Luiz Gonzalez Sousa - Definitivamente, não é uma tarefa fácil. Rapidamente responderia, usando o bom senso, temos um ditado no México que diz que o abuso das pessoas dura até a hora em que o covarde decide lutar. Isso se aplica ao México e aos Estados Unidos, à América Latina e aos Estados Unidos. Temos pessoas como Carlos Fuentes, que devem conhecer, é um dos melhores escritores do México. Temos um ministro de relações estrangeiras, um excelente representante da política estrangeira mexicana, que foi Jorge Castanheira, que infelizmente já faleceu, mas essas duas pessoas conheceram os Estados Unidos bem de perto, porque deram aula nas melhores escolas americanas, moraram muito tempo lá. Escreveram e deram palestras sobre a cultura norte-americana. É muito interessante o que nos disseram: "não se enganem, se quiserem ter respeito dos Estados Unidos, têm de ficar e olhar para eles nos olhos, face a face. Do contrário, se quiserem ser tratados como escravos, simplesmente vão para lá e se ajoelhem.

Acho que os Estados Unidos mais cedo ou mais tarde entenderão que, no futuro, será melhor que todos tenham relações mais equilibradas, porque a sociedade americana está entendendo isso, também a elite política terá de entender.

O Sr. Coordenador - ... do Colégio Marconi: "Sr. Luiz Gonzalez, acredita ser possível a união entre alguns países de forma a resistir ao neoliberalismo? Quais serão os países-chave para isso?"

O Sr. Luiz Gonzalez Sousa - Na América Latina, não há dúvida: o México e o Brasil deveriam e poderiam ser, nessa estratégia, os parceiros-chave. Se fizessem algum tipo de aliança, mesmo para a questão da dívida externa, se chegassem a uma postura comum para renegociar essa dívida, teriam forças contra tudo isso. Agora, penso que essa parceria tem de ser muito estratégica. Diria que essas parcerias devem expandir, o mais rápido possível, em direção à África do Sul, que significa muito, de muitas maneiras, mas principalmente nessa luta exemplar contra o "apartheid" e todos os seus efeitos colaterais. Também iria à Índia e à China. Esse seria o meu "dream team", a minha seleção brasileira de futebol, se pudesse escolher.

O Sr. Coordenador - Pergunta do Sr. José Costa, da UFMG: "O senhor acha que a África pode ser salva? A partir de que estratégia isso será possível?"

O Sr. Luiz Gonzalez Sousa - Acho que temos de salvar a África. Do contrário, vamos perder um dos espaços mais ricos do mundo para a diversidade social e étnica. Seria uma perda enorme para toda a humanidade em termos de enriquecimento espiritual e cultural. Temos de parar urgentemente com essa grande segregação da África, em função da chamada modernização inclusiva. Essa é a melhor prova de que esse tipo de globalização não está incluindo todo o mundo, mas, na verdade, excluindo grandes segmentos da sociedade até dentro dos próprios Estados Unidos.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Eliane Starling Bechelani, de Starling & Bechelani Consultores: "O povo brasileiro, assim como muitos outros povos do Ocidente, encontra-se vulnerável a um intenso bombardeio de valores políticos e culturais norte-americanos. Em que medida o controle chinês sobre a influência cultural ocidental permitiu a adoção de um caminho independente de sucesso para o modelo de desenvolvimento de seu país? Que conselhos daria aos dirigentes de países periféricos ocidentais, nesse momento particular da história humana?"

O Sr. Fu Mengzi - Em primeiro lugar, a globalização não é a ocidentalização e, especialmente, não é a americanização do mundo. Todo o mundo é diversificado; cada país tem suas vantagens culturais. Então, é impossível unificar o mundo todo, com uma única cultura.

A China sempre esteve aberta ao aprendizado com os outros países, mas não podemos nos perder, perder nossa cultura. Se não tivermos uma cultura, não vamos existir no mundo. Diria que, se a globalização é uma característica da economia mundial, nacionalização - que é seu oposto - é outra característica, que vai em direção diferente. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Pergunta de José Costa, da UFMG: "A China tem se notabilizado em mercados como o brasileiro como produtor e exportador especialmente de bens de consumo de baixo valor agregado - têxteis, plásticos e brinquedos -, enquanto o Ocidente continua investindo no desenvolvimento de produtos e serviços de última geração, como "softwares", grandes aviões, biotecnologia e supercomputadores. Faz parte da estratégia chinesa entrar nesse combate? Quando acha que isso vai acontecer? Como isso pode acirrar a competição em um ambiente global, com relação aos países que controlam o Ocidente?"

O Sr. Fu Mengzi - As pessoas fora da China têm a impressão de que só produzimos coisas baratas, mas a situação está mudando. No início da reforma e da abertura de nosso mercado, a China precisou de investimento estrangeiro.

Esse investimento estrangeiro intensificou a industrialização da China, que, então, começou a desenvolver todo o seu parque industrial. E já que tem essa vantagem para o desenvolvimento do parque industrial, num estágio mais precoce da reforma não teve outra escolha além dessa que menciona. Mas estamos prestando muita atenção: se formos produzir só brinquedos de plástico, não vamos ser fortes, vamos continuar sendo fracos. Então, estamos tentando, da melhor maneira possível, elevar a nossa estrutura industrial, modernizá-la. Acabamos de formular uma estratégia para fazer progredir a nossa ciência e a educação. Modernizá-las.

Se for à China, vai ver que o país está se desenvolvendo rapidamente, em termos de parque industrial de alta tecnologia, como computadores, informática e outros. A China já está tentando começar a aumentar o valor agregado de seus produtos. Então, podemos ter uma boa posição na globalização, sim, e nesse mercado globalizado.

O Sr. Coordenador - Pergunta do telespectador Engº. Nelson Prata: "Gostaria que o Sr. Fu discorresse sobre a chamada 'ponte euroasiática' como alternativa ao neoliberalismo. Ponte euroasiática simboliza a possibilidade de ligação, em todos os campos, entre Ocidente e Oriente".

O Sr. Fu Mengzi - Não tenho muito conhecimento sobre essa ponte euroasiática. Peço desculpas.

O Sr. Coordenador - Pergunta do Sr. Nivaldo Pascoareli, da Nikon Paper Plastic: "Dr. Fu, a China não respeita propriedade intelectual. Copia tudo. Não paga "royalties". O salário do trabalhador chinês é insuficiente, continua escravo do Estado. A China, em economia globalizada e integrada aos tratados internacionais, seria tão competitiva? A concorrência dos senhores é desumana e desleal, dentro do conceito global."

O Sr. Fu Mengzi - Não concordo com a primeira parte da pergunta. É verdade que esse problema de direitos autorais existe na China, mas é um país sério. Pelo meu conhecimento, a mídia, principalmente a ocidental, é que está nos julgando, é que está passando essa imagem da China. Isso não é verdade. Mas temos de prestar mais atenção, porque, com esse desenvolvimento econômico rápido, parte dos chineses tentam enriquecer o mais rápido possível, então, fazem de tudo. Isso não é bom, mas em termos de princípios internacionais a China já aceitou a maior parte das diretrizes para comércio internacional.

Estamos negociando para ser membros da Organização Mundial do Comércio. Acredito que a China precisa da OMC e ela precisa da China. O interesse é mútuo. Sem a presença da China, a OMC não vai poder ser considerada uma organização global. Com relação ao que foi falado, apesar de a China ter esse crescimento econômico rápido, a renda "per capita" do chinês não está ruim. Ontem dei uma palestra, e a mesma pergunta me foi feita sobre o salário do chinês. Penso que isso vai mudar. Se tiver um emprego na China, poderá manter um nível de vida bom. Também ouvi dizer que mesmo se se tiver três empregos, pode-se passar fome em alguns países. Na China isso não acontece. Com um emprego você se sustenta. É muito difícil para mim escutar isso, porque não temos um salário mínimo hoje na China, mas podemos ter uma garantia mínima de seguridade social. Não é muito alto, mas é suficiente para garantir uma vida decente para o cidadão.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Lara, aluna da PUC: "No Ocidente, a mídia e também muitas pessoas, de propósito, apresentam o sucesso econômico chinês como fruto de uma abertura chinesa para o Ocidente, e não como consequência de uma estratégia clara de desenvolvimento, da qual faz parte a experiência do socialismo chinês. Essas pessoas não sabem que existem regras claras para a entrada de empresas ocidentais na China e que isso é feito sob total controle do Estado, com a participação de empresas chinesas e com o foco voltado não para o mercado, mas para a geração de empregos, a absorção de tecnologia e a melhoria das condições de vida da população chinesa. Que tipo de regras existem ou qual é a orientação do governo chinês para a entrada de empresas estrangeiras na China?"

O Sr. Fu Mengzi - É uma pergunta complexa, porém de resposta simples. A China precisa de capital e tecnologia estrangeiros, portanto oferecemos um acordo muito viável para as companhias estrangeiras, principalmente nos ramos em que precisamos desenvolver mais tecnologias. Por exemplo, agora, temos excesso de mão-de-obra e fabricamos certos produtos a baixos preços, como brinquedos, mas precisamos de capital estrangeiro para as nossas indústrias de alta tecnologia e informática. Além disso, permitimos investimentos estrangeiros na educação da China. Na agricultura, que não é muito forte, precisamos também de encorajamento do capital estrangeiro.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Sabrina: "Depois da queda da União Soviética, a China parece ser o único país capaz de fazer frente, no próximo século, tanto do ponto de vista econômico quanto militar, ao poderio norte-americano. Supondo que os russos, no lugar da abertura do mercado, tivessem escolhido um caminho chinês para seu desenvolvimento, havendo o surgimento de uma nova China, em que medida isso afetaria os planos dos sete grandes de consolidar, vitoriosamente, sua estratégia de controle global?"

O Sr. Fu Mengzi - Asseguro-lhes que a China está se tornando cada vez mais forte. De acordo com a pesquisa da Organização de Desenvolvimento Econômico, a OECD, o PIB da China aumentou em 23%, comparado ao dos Estados Unidos, em 1978, e em 52% em 1995, sendo que a previsão é de chegar a 60% em 2000 e a 100% em 2015. Em outras organizações, incluindo o FMI, há as mesmas previsões com relação ao poderio da China. Isso se baseia no cálculo do poder de participação econômica da China. Acreditamos que vamos ficar cada vez mais fortes, mas vamos ter que saber lidar com esse processo. De acordo com a minha análise, se pudermos manter de 60% a 80% do crescimento econômico de agora até 2015, a China poderá tornar-se a segunda potência econômica do mundo, sendo que os Estados Unidos continuarão sendo a primeira.

Com relação às leis da China no futuro, mesmo tornando-se a segunda potência, teremos dificuldades de lutar contra essa hegemonia mundial. A China precisa desenvolver suas relações com os Estados Unidos. O nosso país não os afeta muito, mas, por outro lado, sua hegemonia pode interferir em nosso crescimento. Mas se isso acontecer, lutaremos contra. A China já é a sétima economia do mundo, e alguns pesquisadores têm-na aconselhado a participar do Grupo dos 7, mas não é fácil entrar. Talvez precisemos de mais tempo.

O Sr. Coordenador - A próxima pergunta: "Gostaria de saber se existe déficit na China e qual a sua relação, em percentagem, com o PIB da China."

O Sr. Fu Mengzi - Diria, nesse caso, que a China tem US\$1.500.000.000,00 em reserva de moeda estrangeira e quase US\$1.400.000.000,00 em dívidas. Isso significa que não estamos tão fortes ainda. Se desenvolvessemos o país, a nossa dívida cairia.

Agora, quanto ao PIB, posso mostrar a estatística. O PIB da China é de quase US\$900.000.000.000,00. Acho que os dados mais recentes são quase 10 vezes maiores.

Então, o que gostaria de dizer é que essa previsão otimista é melhor do que o cálculo do PIB, do poder de compra, não taxa de moeda cambial, taxa de câmbio no mercado, mas poder de compra.

O Sr. Coordenador - A soberania nacional é um elemento imprescindível para a evolução dos povos e da humanidade?

O Sr. Fu Mengzi - Sim, é um elemento importantíssimo. Escutamos muito sobre esse assunto. As pessoas falam que não podemos tocar na questão dos direitos humanos, e isso também é muito complicado.

Em termos de direitos humanos, uma vez que a China tem 1.200.000.000 de habitantes, precisamos prestar mais atenção, para tentar melhorar a vida, tentar desenvolver a nossa economia, para podermos ter o direito de falar sobre direitos humanos. Acham que têm direitos suficientes para falar sobre essa questão? O que estou querendo dizer é isto: está relacionado a direitos humanos, à cultura, tradicionalmente.

A soberania é muito importante, porque também está relacionada com os direitos humanos. A economia também é muito importante.

O Sr. Coordenador - Dr. Fu, a China teria o mesmo crescimento econômico dos últimos 20 anos se tivesse um modelo político democrático?

O Sr. Fu Mengzi - Sim. Até conversei com um estrangeiro, certa vez, sobre isso, e vão concordar comigo. A China é um país socialista,

comunista, porque tem o partido comunista e tudo. Economicamente falando, a China é capitalista, é verdadeiramente capitalista. Então não concordo muito com essa separação. Somos como um país socialista, mas estamos tentando obter um rápido crescimento econômico. Com isso, estamos tentando estabelecer a nossa própria sociedade democrática para o futuro.

Precisaria de mais tempo para pensar sobre isso e responder mais adequadamente à pergunta. Paro por aqui, porque não tenho tempo.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Ana Paula, da FEAD: Quais princípios regem a relação da China com o resto do mundo e quais as lições que outros povos e países podem tirar desse processo de desenvolvimento chinês?

O Sr. Fu Mengzi - Lembrei-me de algo sobre a última pergunta. O socialismo chinês tem uma característica diferente: o sistema é chamado socialismo, mas tem uma característica chinesa. O modelo econômico é chamado de modelo socialista de economia de mercado e é uma característica da China.

Talvez estejam me perguntando sobre a experiência que outros países podem absorver. É isso? Não entendi direito a pergunta.

O Sr. Coordenador - Qual experiência chinesa poderia ser aproveitada por outras nações? A próxima pergunta talvez ajude a completar essa. É do Sr. Gérson, do Tribunal de Contas do Estado: "Como a experiência chinesa, no desenvolvimento econômico de 1976 a 1998, poderia servir ao Brasil, no aspecto de combate às desigualdades regionais internas?"

O Sr. Fu Mengzi - Depois que voltar para a China, terei de fazer uma pesquisa para responder a essas perguntas. Realmente não sei. Tenho de estudar mais o inglês para entender melhor não só a língua, mas também a cultura ocidental, para absorver melhor essas perguntas.

Na década de 70, quando a China começou a sua política de reforma e abertura, o Brasil tinha uma renda per capita muito mais alta que a da China. Agora, após 20 anos, a distância ficou muito grande. A China está se comparando aos Estados Unidos. A mudança foi muito grande, porque a China se desenvolveu muito rapidamente, e o Brasil está se desenvolvendo muito lentamente. Mas, para comparar as situações econômicas, a China teve um crescimento econômico mais rápido, e não sofremos um choque externo que afetasse a nossa economia. O Brasil tem sofrido as crises, as altas inflações passadas, as crises econômicas. O que vejo e escuto sobre o Brasil é diferente. O que vejo é muito melhor do que pensava ser, o que escuto sobre o Brasil não é... Qual a razão? Talvez muitas razões existam, penso. Muito esforço tem sido feito pelo Governo do Brasil, que, talvez, não esteja conseguindo acompanhar o contorno estrangeiro.

O capital estrangeiro e o movimento de globalização estão enfraquecendo o seu país e sua competitividade industrial. Mas também acredito que a China e o Brasil podem esperar um bom futuro. Temos uma tecnologia muito forte. Acho que a tecnologia brasileira é até maior que a da China em certas áreas.

Como sabem, antes de vir aqui, no dia 14 de outubro, a China lançou um satélite produzido por seus cientistas. Essa é uma boa notícia e está criando um exemplo que nunca tivemos. No lançamento desse satélite chinês os brasileiros também ajudaram. É um grande exemplo dessa cooperação. Ainda estamos construindo uma nova barragem hidrelétrica, e o Brasil tem muitas. Acho que podemos ter cooperação dos brasileiros para aprendermos sobre a construção de barragens hidrelétricas.

O Sr. Coordenador - Pergunta da jornalista Vânia Santaiana: "O senhor afirmou que no seu país 1.200.000.000 de pessoas vivem com dignidade, de forma que seus problemas básicos estão resolvidos. No Brasil, 1% da população detém mais de 55% da riqueza nacional, enquanto 60% da população é formada por miseráveis. Qual a situação do povo chinês, comparativamente?"

O Sr. Fu Mengzi - Não tenho dados exatos com relação aos pobres e ricos da China. Por um lado, a nossa economia se desenvolveu muito rápido, mas, por outro, a distância entre os ricos e pobres está aumentando. Esse é um problema sério que enfrentamos. Não podemos permitir que isso continue a existir. A China é muito grande e tem 1.200.000.000 de habitantes, não é instável, está forçando essa revolução, que pode acontecer. É uma coisa muito perigosa para a China e para o mundo como um todo.

O Governo chinês está prestando muita atenção a esse problema da desigualdade social, da renda. Não concordo com a estrutura de rico e pobre. Na China, a estrutura é dividida em regiões, é regional. A área da costa da China é rica, mas, no território continental, longe da costa, a pobreza prevalece. Para solucionar esse problema, o Governo chinês está encorajando o investimento de capital estrangeiro e o fato de que o capital doméstico seja investido na região pobre, no interior da China, para que possa haver desenvolvimento adequado da região. O Governo chinês também investe muito para tentar melhorar a infra-estrutura das regiões pobres. Investindo mais no interior, para que tenha uma educação melhor.

O Sr. Coordenador - Pergunta do Sr. Nilton Figueiredo, do Sindicato dos Artesãos: "A abertura da China, com a entrada do capital estrangeiro, não levaria o país ao capitalismo futuramente, conflitando, por assim dizer, com a política socialista chinesa?"

O Sr. Fu Mengzi - É muito difícil responder a esta pergunta.

O Sr. Coordenador - Pergunta do Sr. David Oliveira Pinto, da Faculdade de Ciências Econômicas: "A revista "Foreign Affairs" publicou artigo com o título "A China não é importante". Nesse artigo, diz que a China é uma eterna promessa, que nunca se realiza. As taxas de crescimento econômico do governo chinês não são confiáveis. Boa parte do crescimento da produtividade nos últimos anos se deve à saída de pessoas do campo para a cidade, o que acontece somente uma vez. E um enorme fluxo de capital estrangeiro para a China se refere, em sua maior parte, às transferências feitas por chineses que moram no exterior. Como vê essas questões?"

O Sr. Fu Mengzi - Preciso ler esse artigo. Sabem quem o escreveu? Acho que é do Instituto de Estratégia Econômica de Londres. O professor que o escreveu não tem boa atitude com relação à China. O governo chinês sempre se recusou a dar visto a esse autor para entrar na China. Não sei por quê. Conheço o autor desse artigo, e é por isso que está escrevendo isso. "A China é importante ou não?" Acho que as pessoas podem julgar por si mesmas; mesmo na década de 70, a China era um país muito pobre, e, ainda assim, até os Estados Unidos enfatizavam a posição da China no mundo globalizado. No início de 1997, a China e os Estados Unidos tiveram boas relações, o Presidente americano até a visitou. Agora, a China está muito mais forte, é uma potência nuclear. A China é uma potência econômica regional e também somos membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Então, a China tem a sua própria posição, o seu próprio valor no mundo de hoje. Nem todos os pesquisadores, investigadores, pensadores gostam da China, o que significa que nem todos os autores vão escrever coisas boas sobre a China.

O Sr. Coordenador - A última pergunta é de Camila Gomes Lopes, da Faculdade de Direito Milton Campos: "A Europa unificou a sua moeda. Seria possível o mundo futuramente unificar a sua moeda?"

O Sr. Fu Mengzi - Essa união não é boa. Talvez uma coisa unipolar, ou seja, unificar o globo, o mundo todo, por exemplo os Estados Unidos unificando o mundo, a moeda ser unificada, talvez isso seja até estável, mas não concordo com isso. Agora, podemos ver o euro, o yene japonês e o dólar americano.

O valor do euro está aumentando. Isso é bom também. É bom equilibrar o poder do dólar americano. Sabem que o dólar americano é enviado para todos os países, e vice-versa. Então, se uma moeda dominar o mundo todo, não tenho a certeza se isso é bom ou ruim. Espero que isso não ocorra.

O Sr. Coordenador - Com o agradecimento a todos os que perguntaram ao Sr. Fu Mengzi, devolvemos a palavra ao Presidente desta reunião.

O Sr. Presidente - Queremos acreditar que mais essa etapa de eventos do "Fórum de Políticas Macroeconômicas-Alternativas para o Brasil" tenha sido enriquecedora para o Brasil e para todos. Foram momentos enriquecedores. O Estado de Minas Gerais passa por um período de reflexão sobre a atual situação econômica mundial. Caracteriza-se, tradicionalmente, historicamente, por ser o Estado do equilíbrio nacional. Já dizia um Governador deste Estado, Tancredo Neves, que Minas Gerais é o Estado do equilíbrio brasileiro, porque aqui se acabam as riquezas do Sul e começam as misérias do Norte. Realmente, o nosso Brasil é dividido em uma região árida e paupérrima, que é o Nordeste, e uma região mais rica, que é o Sul. E justamente o Estado de Minas Gerais tem seu território nessas duas porções.

O nosso Governador está na França, dando seqüência a uma palestra feita aqui pelo Prof. Bernard Cassen, da Associação pela Taxação de Transações Financeiras de Apoio ao Cidadão, movimento que parte da França, combatendo a "macdonaldização" do planeta, com incipientes movimentos no Brasil. Temos a certeza de que vamos refletir mais sobre o fato de que talvez seja melhor que tenhamos cidadãos trabalhando a preços ínfimos na China do que pessoas morrendo de fome, sem protestos, sob o jugo do capitalismo selvagem. Há cerca de alguns dias, um Juiz da Infância e da Adolescência do Rio de Janeiro, Dr. Sirdarlan, falou peremptoriamente, durante entrevista num dos principais canais de televisão do Brasil, a Rede Bandeirantes, que preferia, como Juiz da Infância e da Adolescência, ver as nossas crianças reagirem com violência a presenciar as crianças africanas morrerem com os olhos esbugalhados e com a boca aberta.

Com essas palavras, queremos manifestar nosso especial agradecimento ao Prof. Fu Mengzi, ao nosso mediador, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, José Pedro Rodrigues de Oliveira; ao nosso expositor Carlos Alberto Teixeira de Oliveira; à expositora Profa. Cristina Vilani, aos demais presentes e aos telespectadores da TV Assembléia.

## Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprida a finalidade da convocação, a Presidência agradece a presença dos expositores, das autoridades e dos demais convidados e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 51ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 8/11/99

### Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Simão Pedro Toledo - Palavras do Irmão Dino Girardelli - Palavras de Dom Ricardo Pedro Chaves Filho - Apresentação do Coral da ASLEMG - Entrega de placas - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Marco Régis - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Dom Ricardo Pedro Chaves Filho, Arcebispo da Arquidiocese de Pouso Alegre, representando o Reitor do Seminário Arquidiocesano; Irmão Dino Girardelli, Diretor do Colégio São José, de Pouso Alegre; Simão Pedro Toledo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; Adriano Matos, Secretário Municipal do Meio Ambiente, de Pouso Alegre, representando o Prefeito; Ten-Cel. Wilson Pereira Gonçalves, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar de Pouso Alegre; Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Chico Rafael, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Sr. Paulo Roberto Belato de Carvalho, Prefeito Municipal de Elói Mendes.

### Destinação da reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Seminário Arquidiocesano e Colégio São José, de Pouso Alegre, pelo seu centenário de fundação.

### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir à exibição de um vídeo institucional do Seminário Arquidiocesano e Colégio São José.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras do Sr. Presidente

Esta reunião especial, em que comemoramos os cem anos de fundação do Seminário Arquidiocesano e Colégio São José, de Pouso Alegre, faz-nos lembrar duas máximas sobre a validade da educação.

A primeira é de Confúcio, o filósofo chinês, para quem a pedra preciosa não pode ser polida sem fricção, nem o homem aperfeiçoado sem provas. Já a segunda é do filósofo Pitágoras, conforme citação do Irmão Dino Girardelli, Diretor do Colégio São José, em correspondência recente ao Presidente da República: "Eduquem-se os meninos, e não será preciso punir os homens". São duas verdades eternas que acabamos de registrar.

Realmente, o trabalho da educação não se faz sem esforço para o educador e para o educando. Quanto à necessidade de ensinar as jovens gerações, seu atendimento irá evitar que, no futuro, tenhamos que reforçar o sistema carcerário.

Educar é trabalho, é necessidade e é um fim em si mesmo. Essa, sem dúvida, foi a filosofia que norteou os fundadores do Seminário Menor de Pouso Alegre, que deu origem às instituições que hoje homenageamos.

A história dos estabelecimentos - atualmente instituições distintas - é do conhecimento desta Assembléia e da sociedade mineira. De outra forma, não os estaríamos homenageando nesta reunião, por iniciativa dos companheiros Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Chico Rafael.

Assim, em vez de nos estendermos sobre a trajetória das entidades e sobre a obra que continuam a edificar em prol de Minas Gerais, preferimos tecer considerações sobre o momento educativo em nosso Estado e no Brasil.

Esta Assembléia, sempre atenta ao projeto de construção da cidadania, realizou seminário sobre a educação. Na oportunidade, pudemos constatar que muito nos falta para equacionar a questão em nosso País. Vários foram os problemas questionados, tais como a repetência no ensino fundamental, o currículo do ensino médio e a elitização indevida do ensino superior. Existe, pois, um trabalho de correção de rumos a ser feito. Felizmente, a sociedade sobre isso se conscientiza e se movimenta.

Lamentavelmente, o peso da educação parece não encontrar ressonância junto ao Governo Federal. Prova disso temos no Decreto nº 3.048, de 6/5/99, que praticamente eliminou a isenção das entidades filantrópicas quanto à quota patronal da Previdência Social. No caso específico do Colégio São José, a exclusão do benefício fez com que 180 alunos deixassem de estudar e 18 docentes e funcionários perdessem seu emprego, sem mencionar a majoração das anuidades que se impôs.

O episódio nos revela que, se o povo brasileiro não abre mão da educação, nossos governantes preferem atender a prioridades outras, sobretudo de interesse externo. Esta solenidade constitui demonstração da exigência social e deve servir de lembrete para o combate aos desvios do sistema. Porque é a educação que nos levará à realidade social próspera e justa, e são instrumentos como o Seminário Arquidiocesano e o Colégio São José de Pousos Alegres que nos vão auxiliar nessa trajetória.

Aos dirigentes, professores, funcionários e alunos do Seminário Arquidiocesano e do Colégio São José é mensagem calorosa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Estamos certos de que seu centenário é o marco inicial de novas e maiores realizações em benefício do povo mineiro. Muito obrigado.

Chega às nossas mãos relação de alguns ex-alunos do Colégio São José, figuras ilustres que me permito citar. Entre outros, os escritores Menotti del Pichia e Guilherme de Almeida, o Dr. Plínio Salgado, o Embaixador Francisco Rezek, o ex-Deputado Simão Pedro Toledo, que compõe esta Mesa e hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas; o ex-Ministro Luís Carlos Mendonça de Barros, o Desembargador José Artur e o ex-Ministro Paulo Paiva, que, não podendo comparecer a esta solenidade, em virtude de compromissos previamente agendados e inadiáveis, nos enviou a seguinte mensagem: (- Lê:)

"Estimado Deputado Dalmo Ribeiro, foi com muita alegria que, quando conversamos hoje, recebi a grata notícia de que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais irá prestar uma homenagem ao Colégio São José, de Pousos Alegres, por ocasião da celebração de seu centenário.

Foi, de fato, uma alegria dupla. Por um lado, porque tenho uma profunda e terna ligação com aquele Colégio, onde passei quatro anos de minha vida, cursando o ginásio, nos anos 50. Por outro lado, por ser a proposição da iniciativa de um confratão meu que muito estimo.

Gostaria, pois, meu caro Deputado, de associar-me a V. Exa. e a todos os seus colegas, nesta oportunidade. Tenho ainda presente em minha memória os tempos agradáveis que passei naquele Colégio, como aluno interno.

Devo muito de minha formação educacional e humana à influência do Colégio São José. Continuo até hoje fortemente ligado ao Colégio.

Gostaria que transmitisse aos meus caros irmãos Rino, que conheci naquele tempo, e Gino meus parabéns pela celebração. Mas, mais do que dar-lhes parabéns, quero agradecer-lhes por tudo que fizeram e estão fazendo pelos jovens do Sul de Minas. Espero que esteja aí o Irmão Miguel, que também estava em Pousos Alegres no meu tempo e agora mora em Patos de Minas.

O Colégio São José é uma instituição, agora centenária, que tem a juventude como sua energia. É uma instituição que tem contribuído para a formação educacional, religiosa e humana dos sul-mineiros. Que tem contribuído para o desenvolvimento integral da região.

Por ele passaram pessoas que contribuíram para a literatura brasileira, como Menotti del Pichia e Guilherme de Almeida; para a política, como o Deputado Simão Pedro, e tantos outros. Mas, sobretudo, passaram jovens que se tornaram homens íntegros, que contribuíram e estão contribuindo para o desenvolvimento do nosso País, nos diferentes setores de nossa sociedade.

Como você sabe, neste ano minha família comemora o centenário de nascimento de meu pai. É uma feliz coincidência. O ano de 1899 tem um significado muito especial para mim. Nasceu o meu pai e o Colégio São José, duas marcas profundas na constituição de meus princípios, de meu caráter e de minha formação educacional, religiosa e humana.

Quero, nesta ocasião, através de V. Exa., render também minhas homenagens ao Colégio São José, seus Diretores, professores, alunos, ex-alunos e funcionários. Homenagem que é prestada pelos representantes do povo mineiro, na Casa de Tiradentes, que é a Casa de todos nós, mineiros.

Deputado Dalmo Ribeiro, transmita aos Irmãos Gino e Rino meu mais carinhoso abraço e diga-lhes que, em breve, quero retornar ao Colégio e saborear aquela macarronada que só existe lá. Meus parabéns, Colégio São José. Muitas felicidades. Minhas saudações.

#### Palavras do Sr. Simão Pedro Toledo

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, que preside a sessão festiva de hoje; Revmo. Dom Ricardo Pedro Chaves Filho, Arcebispo da Arquidiocese de Pousos Alegres, representando o Reitor do Seminário Arquidiocesano; Irmão Dino Cirardelli, Diretor do Colégio São José, de Pousos Alegres; Adriano Matos, Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Pousos Alegres, que representa, neste ato, o Prefeito Municipal, Dr. Jair Siqueira; Ten.-Cel. Wilson Pereira Gonçalves, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar de Pousos Alegres; Exmos. Srs. Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Chico Rafael, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; convidados; representantes da imprensa; alunos do Colégio São José; senhoras e senhores, constitui para mim oportunidade singularmente grata a que ora se me oferece de poder saudar, por honrosa delegação, o bravo e heróico Colégio São José e o Seminário Diocesano, hoje Instituto Teológico, na comemoração de seu centenário de fundação.

Para quem, como eu, teve o privilégio de ser ex-aluno e também ex-professor do velho Colégio, esta hora, por certo, será uma hora especial, marcada pelas mais puras e ternas emoções, eis que levam aqueles dias idos e vividos do inesquecível estabelecimento, que ocupa e ocupará sempre um lugar de destaque no escritório do meu coração, pelas recordações dos momentos que marcaram, indelevelmente, os anos saudosos de minha adolescência.

No calor desta hora, acorrem-me à mente aquelas palavras imortais do grande Joaquim Nabuco, citadas por Paulo Pinheiro Chagas ao escrever aquele hino à sua infância, vivida numa velha usina de açúcar no sertão de Pernambuco. A beleza que brota das páginas de Massangana: "Está que todos nós trazemos, indelevelmente gravada no coração, a memória de nossos começos, assim como as conchas trazem, guardadas dentro de si, a memória do mar. Por isso, o reencontro do homem com as raízes de sua formação há que se impregnar daquele misterioso encantamento das velhas baladas do outro tempo". E será, por certo, essa a razão pela qual cada um de nós se sentirá envolto numa nuvem de melancolia ao experimentar essa volta às origens, esse regresso aos sonhos da juventude.

A exemplo da Massangana de Joaquim Nabuco, o nosso vetusto colégio tornou-se para seus alunos e ex-alunos um roteiro, um oráculo de sua fé cívica, consolo das horas de dificuldades, sua fonte de inspiração permanente.

Com a manifestação desses sentimentos e emoções, quero congratular-me com a egrégia Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que, nesta reunião especial, inserida na tradição mineira de cultivar a memória de suas instituições, reverencia esses educandários que, como verdadeiros templos, são merecedores dos maiores encômios pelas grandes realizações em favor de Minas e do Brasil.

Entre as realizações do homem nesta terra, nenhuma se compara àquela levada a efeito pelo educador. Sua missão o faz participar diretamente na obra criadora de Deus, na medida em que busca desenvolver ao máximo as potencialidades do ser humano, habilitando-o à consecução de suas finalidades últimas.

Por isso, não seria fora de propósito chamar de templo a uma escola. Nela se realiza, cotidianamente, a liturgia da comunhão dos espíritos, pela qual os educandos se nutrem dos alimentos intelectuais e morais necessários à jornada da vida.

Ao homenagear, nesta reunião, o Colégio São José de Pouso Alegre e o Seminário Diocesano, hoje Instituto Teológico, a Assembléia de Minas se dobra em reverência a esses templos, que há 100 anos vêm formando para a comunidade gerações inteiras de mineiros que ilustram este Estado pela extensão e profundidade de seus conhecimentos e pela solidez de seus princípios.

As instituições, como irmãs gêmeas, nasceram na mesma data, em 8/9/1899, fruto do idealismo e da clarividência do seu fundador, Padre José Paulino de Andrade. O primeiro Reitor foi o Padre Calzans Pinheiro, sucedido por uma plêiade de sacerdotes e leigos, notáveis pela virtude, pelo saber, pelo tino administrativo e pela vontade de servir à sociedade.

Como primeiro colégio do Sul de Minas, o São José tornou-se o responsável pelo progresso intelectual e educacional de vasta região. Em 1904, foi equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, adquirindo a prerrogativa de conferir diploma de bacharel em Ciências e Letras aos candidatos ao magistério secundário e colegial. Passou a ser então sementeira de mestres que, formados segundo os mais puros valores cristãos, disseminaram o ímpeto civilizatório, plantando escolas em diversas cidades sul-mineiras.

Dezenas de municípios sul-mineiros foram beneficiários da ação cultural do centenário Colégio, que, gerando educadores a mancheias, propiciou a criação de tantos educandários que enriquecem o patrimônio de nossas comunidades.

A partir do governo pastoral de D. Nery, o Seminário Diocesano e o Colégio, embora tivessem o mesmo Reitor, ganharam vida independente. No primeiro, estudou a nata do clero mineiro, constituída de sacerdotes notáveis não só pelo saber, mas também pela santidade e pelo zelo pastoral. Nos registros da instituição está, por exemplo, o nome do Padre Donizetti Tavares de Lima, antigo pároco de Tambaú, homem de muitas virtudes, que foi ordenado presbítero em 1908.

Pelas salas do São José, passou uma elite espiritual que brilharia no cenário de Minas e do Brasil, nos mais diversos ramos de atividades. Delas saíram grandes nomes da literatura, das artes, da política e do mundo jurídico, profissionais liberais de grande renome e professores que, no exercício de suas respectivas funções, foram testemunhos vivos da excelência da formação cristã e humanista recebida nos bancos escolares. Seja-me permitido citar os nomes de Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado, Mário Casassanta, Amadeu de Queiroz, Vinícius Meyer, Orlando Magalhães Carvalho, entre tantos outros que respiraram aqueles mesmos ares pouso-alegrenses e se projetaram no cenário cultural de nossa Pátria.

No setor político, citaríamos os nomes de ilustres figuras que enriqueceram o nosso parlamento, como os Deputados Carlos Mosconi, Cristóvam Chiaradia, Milton Reis, José Fernandes Filho, Milton Salles, João Rosa, além do Prof. Paulo Paiva, ex-Ministro da República, hoje Diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington. No campo do Judiciário, para citar os contemporâneos, também ex-alunos do Colégio, citaríamos os nomes do ministro Assis Toledo, do Superior Tribunal de Justiça, dos Desembargadores José Artur Carvalho Pereira e José Francisco Bueno, além do Ministro Resek, hoje na Corte Internacional de Haya, e de outros tantos que, na advocacia, na Medicina e no Ministério Público cumprem com dignidade destacado papel nas profissões que abraçaram.

Cumprir registrar que o ano de 1949 representou um marco na história do educandário. Com meio século de existência e já senhor de uma tradição construída com trabalho sério e competente, foi transferido pela diocese aos Padres Pavonianos, que lhe imprimiram as marcas do carisma próprio da congregação.

Fiéis ao pensamento do fundador, Padre Ludovico Pavoni, os religiosos da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada deixaram sua pátria movidos pelo zelo missionário para dedicar-se, de corpo e alma, à causa de nossa juventude.

Atentos à realidade regional, desenvolveram sua atuação, desde o começo, sob a égide do amor fraterno e da compreensão das condições de vida da gente brasileira, adequando os ideais de uma educação de qualidade à situação concreta do Brasil dos anos 50. Da aliança desse realismo com a fé que provém do compromisso incondicional com a mensagem evangélica, nasceu um colégio renovado, apto a atravessar outro meio século na vanguarda, como pioneiro da atividade educacional no Sul de Minas.

O Seminário prosseguiu fiel à sua missão de preparar padres para a comunidade católica e leigos comprometidos com a mensagem cristã, empenhados em fazer prevalecer na sociedade a justiça autêntica, alicerçada na verdade salvadora trazida a esta terra pelo Filho de Deus.

Em 1927, sendo Bispo diocesano Dom Octávio Chagas de Miranda, aquela casa ganhou sede própria, ampliada em 1947. Na década de 60, o saudoso Dom José D'Ângelo Neto mobilizou toda a Diocese em prol da construção de um novo prédio, mais adequado às novas exigências da formação sacerdotal. Com o apoio de toda a Igreja Particular de Pouso Alegre, elevada a Arquidiocese em 1963. Dom José D'Ângelo Neto levou a termo o arrojado projeto e inaugurou a obra em julho de 1968".

D. João Bergese, nomeado Arcebispo em 1991, promoveu uma reforma geral no imóvel, para que ele pudesse abrigar o futuro Instituto Teológico da Província Eclesiástica. A nova instituição, que é motivo de orgulho para a região e para Minas Gerais, foi inaugurada em 21/3/96 pelo Núncio Apostólico D. Alfio Rapisarda.

Hoje, Pouso Alegre tem o privilégio de abrigar, além do Instituto Teológico, o Colégio São José, um dos melhores estabelecimentos de ensino do Estado. Neste último, tradição e modernidade se juntam numa síntese harmônica, produzindo como resultado uma educação dinâmica, atenta às realidades do presente e, ao mesmo tempo, ciosa daqueles valores fundamentais que sustentam a dignidade da pessoa humana.

Atualmente, a instituição proporciona uma formação de qualidade a mais de 1.500 alunos em cursos que vão do jardim de infância ao ensino médio. Seu corpo docente é composto por mais de 70 profissionais, que, na maioria, possuem cursos de pós-graduação. A rede física é, sem dúvida, a melhor da cidade, incluindo, além de salas amplas, arejadas e bem mobiliadas, laboratórios de Física, Química, Biologia e Informática. O complexo esportivo, que será enriquecido em breve com um moderno e amplo ginásio, conta com quadras para a prática de diversas modalidades de esportes e uma piscina semi-olímpica aquecida. A biblioteca, com mais de 6 mil volumes, e a sala de recursos audiovisuais, com aparelhagem de última geração, constituem instrumentos valiosos para uma prática pedagógica atualizada.

O estabelecimento conta com eficiente provedor de acesso à Internet e já informatizou a totalidade de suas rotinas administrativas. Sob a direção competente do Irmão Dino Girardelli, o Colégio São José antecipou-se a seu tempo e se apresenta hoje plenamente sintonizado com as necessidades educacionais do terceiro milênio.

Em nome da comunidade pouso-alegrense e da região sul-mineira, aqui tão bem representada pelos nobres Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Chico Rafael, autores do requerimento que ensejou esta reunião, externamos nosso reconhecimento ao muito que o educandário tem feito, disseminando a cultura, formando grandes profissionais e preparando nossos jovens para o exercício da cidadania. Alicerçado no trabalho das gerações que construíram sua história, o estabelecimento centenário continuará, por certo, traçando os contornos da prática pedagógica do futuro, para orgulho de todos os mineiros.

O seminário, hoje Instituto Teológico, prossegue fiel a sua missão de cultivar as vocações sacerdotais e oferecer à comunidade católica de nosso País pastores bem preparados, notáveis pelo fervor de sua vida espiritual, pelo fulgor de sua inteligência e pela capacidade de fazer com que a eterna mensagem evangélica seja compreendida e vivenciada por homens e mulheres deste final de milênio.

Pelo muito que têm feito pela educação e pela fé, cumprimentamos efusivamente o Colégio São José e o Instituto Teológico Interdiocesano, ora homenageados pelo parlamento mineiro, intérprete fiel dos sentimentos do nosso povo, formulando votos para que as duas entidades, cujo passado engrandece este Estado por notável folha de serviços, tenham um futuro pleno de êxito e realizações, propiciando à juventude a oportunidade de constante aprendizado e crescimento intelectual, moral e religioso. Muito obrigado.

## Palavras do Irmão Dino Girardelli

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta reunião solene, Exmo. Sr. Dr. Dalmo Ribeiro Silva, Exmo. Sr. Francisco Rafael, demais Deputados que compõem esta Casa, Dom Ricardo Pedro, nosso querido Arcebispo, demais autoridades que compõem a mesa, amigos presentes, ex-alunos, professores e uma menção especial aos alunos presentes, o Colégio São José de Pouso Alegre comemorou este ano seu glorioso centenário. Essa longa trajetória foi marcada por desafios e vitórias que acabaram por nos impulsionar para novas conquistas. Nossos anais arrolam um expressivo número de alunos que, deixando nossos bancos escolares, têm enriquecido nossa política, nossa ciência e nossas artes.

Imbuídos do ideal de "Educar com amor", ano após ano, nossa instituição entrega à sociedade um grupo de jovens aptos a exercer grandes papéis no mundo, visto que têm sido norteados por ensinamentos claros e firmes, embasados em sólidos princípios cristãos.

Como atual Diretor do Colégio São José, coube-me a subida honra de receber estas simpáticas homenagens. Assim, torno-me porta-voz do corpo docente e discente, que aqui represento, para externar o contentamento e a gratidão de todos.

Na certeza de que esta noite memorável consolidará o apoio que nos oferecem, emprestando-lhe caráter de permanência, aproveito-me deste feliz ensejo, para solicitar de todos os nobres representantes do povo aqui presentes um empenho cada vez maior e constante em prol da educação.

Fazendo coro com tantas vozes de instituições filantrópicas prejudicadas em decorrência das modificações da lei que concerne à filantropia, faço-lhes um apelo em nosso favor. Sei que está é uma questão de nível federal; no entanto, sei também do peso da influência dos nobres deputados desta Casa sobre os destinos de nosso Estado e do País.

Nosso colégio concede inúmeras bolsas de estudo e descontos de mensalidade a alunos de baixa renda. Como é do conhecimento dos nossos queridos amigos Deputado Francisco Rafael e Dalmo Ribeiro Silva e dos demais que compõem esta casa, ela ainda mantém a Escola Profissional Delfim Moreira que abriga e educa 180 meninos de rua. É lamentável que muitos de nossos dirigentes desconheçam o valor das verdadeiras entidades filantrópicas, pois qual seria o custo-aluno se esses meninos estivessem estudando em uma escola pública?

Reiterando nossos mais sinceros agradecimentos pelas homenagens que ora recebemos, estou certo de que diretores do futuro aqui estarão para receber novas manifestações de reconhecimento pelos subseqüentes anos de gloriosa batalha em prol da educação dos cidadãos do amanhã, pois estamos preparados para a comemoração de novos centenários!

Obrigados a todos.

## Palavras de Dom Ricardo Pedro Chaves Filho

Senhores componentes da Mesa, Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, meus queridos alunos do Seminário, este importante momento será inesquecível para o Colégio São José e o Seminário Arquidiocesano de Pouso Alegre. Digo que será um momento inesquecível, por não fugir à bela tradição mineira de um povo cristão, um povo de fé, um povo que busca, na educação, transmitir não somente as ciências, mas também a fé católica. É um momento que mexe com nossos corações.

Agradecemos aos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Chico Rafael pela feliz iniciativa de promover, nesta Assembléia, uma sessão dedicada à comemoração dos centenários do Colégio São José e do Seminário Arquidiocesano.

Quando procuro entrar em contato com nossos educadores do Colégio São José, sempre o que neles me admira é seu empenho e esforço em não deixar fora da educação aquilo que é tão importante para todo cidadão: a fé cristã. E o homem de hoje que recebe essa educação tem um belo futuro pela frente. Por isso, meus agradecimentos a esta Assembléia Legislativa, pela gentileza e boa-vontade de destinar uma sessão especial a homenagear esses dois centros de educação. São homens que lutam pelo bem do cidadão, e jovens que se formam para o bem do Brasil. Penso que um país nunca poderá progredir se não der prioridade à educação. A educação deve ser a primeira preocupação de todo aquele que assume a responsabilidade de conduzir uma nação ou um Estado. Hoje, podemos compartilhar a alegria que sentimos nesta sessão brilhante e tão importante, reconhecendo os valores dessas duas entidades educativas. Nosso muito obrigado e que Deus os recompense!

## Apresentação do Coral da ASLEMG

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral da Associação dos Servidores do Legislativo - ASLEMG -, sob a regência de Guilherme Bragança, que também é servidor desta Assembléia.

- Ouve-se o Coral da ASLEMG.

## Entrega de Placas

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para proceder à entrega ao irmão Gino Girardelli de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "No transcurso do centenário do Colégio São José, de Pouso Alegre, a Assembléia Legislativa consigna a excepcional contribuição dessa casa de ensino à formação de sucessivas gerações de vultos notáveis da história de Minas Gerais e do Brasil. Belo Horizonte, 8 de novembro de 1999".

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva procede à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Chico Rafael para proceder à entrega a Dom Ricardo Pedro Chaves Filho, Arcebispo da Arquidiocese de Pouso Alegre, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Nos cem anos de fundação do Seminário Arquidiocesano de Pouso Alegre, a Assembléia Legislativa celebra a ação precursora do Padre José Paulino de Andrade e homenageia as gerações de mestres e educandos que construíram esse tradicional centro de ensino superior, patrimônio cultural de Minas Gerais e do Brasil. Belo Horizonte, 8 de novembro de 1999".

- O Deputado Chico Rafael procede à entrega da placa.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo desta reunião, encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 9/11/99.). Levanta-se a reunião.

## ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às dezesseis horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Maria Olívia e Marco Régis, membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, a Deputada Maria Olívia assume a Presidência e, havendo número regimental, declara aberta a reunião. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marco Régis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes.

Prosseguindo, a Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Marco Régis os Projetos de Lei nºs 10, 344 e 371/99 e ao Deputado João Paulo os Projetos de Lei nºs 48, 230, 61 e 381/99. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 10, 344 e 371/99 (relator: Deputado Marco Régis), e 48 e 230/99 (relator: Deputado João Paulo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva das Comissões. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 61 e 381/99 (relator: Deputado João Paulo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1999.

Djalma Diniz, Presidente - Maria Olívia - Luiz Fernando Faria.

#### ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e um de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos, João Leite (substituindo o Deputado Mauri Torres, por indicação da Liderança do PSDB) e Márcio Cunha (substituindo o Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir, em audiência pública, a Lei nº 9.791, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos. Após, o Presidente esclarece que serão ouvidos na reunião os Srs. Antônio Jorge Macedo da Cunha e Luiz Antônio Araújo, Gerente e Administrador do Departamento Comercial, respectivamente, representantes do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Diretor de Distribuição da CEMIG; Hélio Roberto da Silva e João Bosco Alexandrino, Gerente da Divisão de Cadastro e Faturamento e Consultor Jurídico, respectivamente, representantes do Sr. Marcelo Lignani Siqueira, Presidente da COPASA-MG; Tércio Augusto Moss Cabral, Gerente da Divisão de Faturamento, representante do Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira, Presidente da TELEMAR; Eustáquio de Paula e Carlos Alberto Nogueira Lemos. Ato contínuo, o Presidente tece as considerações iniciais relativas ao objetivo da reunião e, em seguida, concede a palavra aos convidados para fazerem suas exposições, exceto ao Sr. Eustáquio de Paula. Nesta fase, o Deputado João Leite apresenta questão de ordem quanto ao dispositivo do Regimento Interno desta Casa que versa sobre a exigência de traje adequado para que um convidado possa participar de reunião da Comissão. A Presidência responde a questão e dá seqüência aos trabalhos. Nesta oportunidade, o Deputado João Leite se ausenta da reunião. Abrem-se os debates entre Deputados e convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Após, a Presidência submete a votação, cada um por sua vez, em turno único, os Requerimentos nºs 627 e 632/99, que são aprovados. Ato contínuo, o Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e apresenta requerimentos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater sobre o golpe do consórcio de automóveis ocorrido neste Estado; e seja feito apelo às empresas concessionárias dos serviços públicos de água e telefonia (TELEMAR) para que se cumpra o art. 52 do Código de Defesa do Consumidor e, quanto à COPASA-MG, seja observada a Lei nº 9.791, de 24/3/99. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos e tece as últimas considerações sobre o assunto em tela. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 1999.

Elaine Matozinhos, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Antônio Carlos Andrade.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Às dez horas do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Dimas Rodrigues e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Dr. Viana. Havendo número regimental o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a avaliar o processo de fechamento das barreiras sanitárias a partir de 1º/8/99 e o resultado dos exames sorológicos que vêm sendo realizados pelo IMA e pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Logo após, a Presidência registra as presenças dos Srs Célio Gomes Floriane, Altino Rodrigues Neto e Paulo Renato Couto de Carvalho, respectivamente, Diretor-Geral, Diretor-Técnico e funcionário do IMA; Divaldo Melo Jardim, representante da Sociedade Mineira de Agropecuária - SMA -; Ricardo Pereira de Souza, representante da FAEMG; Oides Rodrigues Silva Júnior, Presidente do Sindicato Rural de Curvelo; Reinaldo Veloso Rabelo, Presidente do Sindicato Rural de Montes Claros; José Virgínio Gil de Freitas, Presidente do Sindicato Rural de Almenara; e Odilon Fernandes, representante do Sindicato Rural de Governador Valadares. O Deputado João Batista de Oliveira passa à leitura do Ofício nº 311/99, do Presidente da Câmara Municipal de Nanuque, comunicando o apoio dessa Casa Legislativa ao projeto que beneficia os produtores rurais; dos Ofícios nºs 820 e 874/99, do Presidente da RURALMINAS, que encaminham relações de processos de legitimação de terras devolutas rurais e urbanas a serem tituladas pela entidade; da carta da Escola Família Agrícola - EFA -, do Bairro Santa Amélia, nesta Capital, encaminhada aos Deputados Estaduais e Federais e aos Senadores por este Estado, publicada no "Diário do Legislativo" de 2/9/99; do Ofício nº 1.984/99, do Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, que encaminha cópia de extrato de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Associação Brasileira dos Criadores de Girolando; do Boletim Informativo da Livraria e Editora Agropecuária, de Guaíba, RS; e do Jornal da EMATER-MG, edição especial de agosto-99. Continuando, o Sr. Célio Gomes Floriane, seguido pelo Sr. Altino Rodrigues Neto, ambos do IMA, expõem sobre o processo de fechamento das barreiras sanitárias e suas conseqüências para o Estado, e sobre os exames sorológicos que vêm sendo realizados pela entidade e pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Logo após, os convidados e os Deputados se envolvem em amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada essa fase, o Deputado Paulo Piau apresenta requerimento solicitando audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 497/99, do Governador do Estado, em tramitação nesta Casa; e solicitando, ainda, seja convidado o Presidente da ASSOLEITE para expor sobre o trabalho da entidade e discutir a situação leiteira no Estado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado João Batista de Oliveira passa a Presidência ao Deputado Paulo Piau e apresenta requerimento solicitando sejam convidadas as Comissões de Política Agropecuária das Assembleias Legislativas dos Estados da Bahia, de Sergipe, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro para, estudarem soluções e proporem ações que visem à erradicação da febre aftosa no circuito do leite do Brasil, em reunião da Comissão. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Batista de Oliveira recebe requerimento do Deputado Dimas Rodrigues em que solicita seja convidado o Diretor-Geral do IMA para participar da supracitada reunião com representantes dos Estados da Bahia, de Sergipe, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; esse parlamentar solicita ainda, sejam convidadas as autoridades que menciona para participarem das visitas da Comissão ao Município de Monte Azul e ao Projeto Jaíba. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. A Presidência recebe requerimento do Deputado Gil Pereira em que solicita seja realizada reunião especial em Montes Claros, com a finalidade de se discutir a situação dos produtores rurais do Norte e do Nordeste de Minas, tendo em vista a prolongada seca que se abate sobre a região, e informa que a matéria será oportunamente apreciada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO Especial da Comissão de Administração Pública

Às quinze horas do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Sargento Rodrigues e Amílcar Martins (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a debater, com diversos convidados, o Projeto de Lei nº 346/99, do Deputado Amílcar Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, visando a obter subsídios para a elaboração do parecer do relator, Deputado Doutor Viana, no 1º turno. A Presidência registra a presença dos Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura; Jarbas Soares Júnior, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural; Flávio de Lemos Carsalade, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA -; Ilma Arrudas de Araújo Abreu, Presidente da Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contribuintes de Minas Gerais; Diane Rocha Dutra, Presidente da Associação Ambientalista Serra do Curral; Klaus Hannemann Wieloch; e Ana Luíza Paiva, representando a Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que suscitou esta reunião, para fazer suas colocações iniciais. Após, usa a palavra o Deputado Amílcar Martins, autor do projeto de lei em discussão. Também usam a palavra, cada um por sua vez, os convidados citados, que apresentam várias sugestões para a alteração do projeto, conforme consta nas notas taquigráficas, e elogiam a iniciativa, que visa a ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens

e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico no território do Estado, com a intenção de que os recursos sejam aplicados na região ou no bem que tenha sofrido o dano. Encerrada a fase dos debates, o Presidente agradece as sugestões apresentadas pelos convidados e passa à 3ª Fase da Ordem do dia, com discussão e votação de proposições da Comissão. Neste momento, assume a Presidência o Deputado Doutor Viana, oportunidade em que o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais para tratar de assunto referente à privatização de Furnas e aos recursos hídricos nacionais. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Arlen Santiago - Sargento Rodrigues - Paulo Piau.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da comissão especial das obras municipais

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bilac Pinto, Antônio Carlos Andrada e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento de correspondência do Sr. Ubiratan Soares de Sá, justificando sua ausência nesta reunião, e informa que esta se destina a ouvir os Srs. Ubiratan Soares de Sá, Secretário de Assuntos Municipais, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, ex-Secretário do Planejamento, Maria Luíza Leal, ex-Diretora da Superintendência Central de Planejamento da Secretaria do Planejamento, e Gilson Liboreiro da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Municípios de Minas Gerais, sendo que os três primeiros convidados não compareceram. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada, autor do requerimento que motivou esta reunião, tece suas considerações iniciais a respeito do tema a ser discutido. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Sr. Gilson Liboreiro da Silva, que faz sua exposição, seguindo-se amplo debate com a participação dos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Doutor Viana. Encerrada esta fase, o Deputado Antônio Carlos Andrada, com a palavra, apresenta dois requerimentos, solicitando sejam convidados para comparecer a reunião desta comissão os Srs. Armando Costa e Murílio Hingel, respectivamente, Secretários da Saúde e da Educação, e seja reiterado convite ao Sr. Ubiratan Soares de Sá, Secretário de Assuntos Municipais; e seja enviado ofício às Secretarias de Transportes e Obras Públicas, da Educação, do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, de Esportes, da Saúde, do Planejamento, da Fazenda, ao SERVAS, ao DER, à COPASA-MG e à CEMIG, para que remetam a esta Comissão a relação dos convênios firmados com municípios em 1997 e 1998, indicando o objeto, o valor e as parcelas pagas pelo Estado, bem como as parcelas não pagas, todas relativas às obras nos respectivos municípios, e informem também o prazo de vigência dos convênios, enviando a relação em prazo não superior a 20 dias. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Álvaro Antônio - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Chico Rafael - Arlen Santiago - Doutor Viana.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Luiz Menezes e Cristiano Canedo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, em seguida, procede à leitura de ofícios dos Srs. Marcelo de Araújo Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho; Agnus Rodrigues Silva, Diretor de Qualificação Profissional da Secretaria do Trabalho, e Dóris Simch Brochado, Oficial-de-Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, as duas primeiras publicadas na edição de 23/9/99, e a última, na de 30/9/99. Prosseguindo, designa os seguintes relatores para as matérias a seguir mencionadas: Projeto de Lei nº 526/99, Deputado Cristiano Canêdo; 527/99, Deputado Luiz Menezes; 535/99, Deputado Ivo José; e 542/99, Deputado Amílcar Martins. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 114, 491 e 494/99, os dois últimos com as emendas que receberam o nº 1 (relator: Deputado Luiz Menezes); 475 e 495/99 (relator: Deputado Cristiano Canêdo); 477 e 490/99 (relator: Deputado Amílcar Martins), os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Cristiano Canêdo lê requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja formulada moção de protesto contra a empresa de processamentos de dados DATAPREV, em virtude das perseguições à Sra. Wania Costa Val, Diretora da Federação Nacional de Trabalhadores em Processamento de Dados. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Neste momento, o Deputado Ronaldo Canabrava registra a presença do Deputado Ivo José e passa-lhe a direção dos trabalhos. O Presidente, Deputado Ivo José, submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 247, 355, 359, 400, 406, 414, 417, 429, 431, 437, 438 e 441/99, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Ivo José, Presidente - Amílcar Martins - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes - Ronaldo Canabrava.

#### ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Alberto Bejani, Antônio Roberto, Edson Rezende e Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede, então, à leitura da seguinte correspondência recebida: ofício do Deputado Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em que encaminha o "Relatório da Sociedade Civil Brasileira sobre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Políticos" e solicita a esta Comissão a realização de audiências públicas interativas sobre esse tema; fax do Vereador Betinho Duarte convidando para reunião da Associação Comunitária do Bairro São Pedro, no dia 30 de setembro último, para tratar da violência na região; carta da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais criticando palavras do Deputado Irani Barbosa em reunião da Comissão, sobre as organizações não governamentais pela cidadania infanto-juvenil, e solicitando da Comissão uma retratação; fax do Sr. Marílio Malagutti Mendonça, Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH comunicando a interrupção do atendimento da Maternidade Ernesto Gazzoli ao SUS, a partir de 27 de setembro último, e informando que o atendimento às usuárias desse hospital será absorvido pela rede própria e conveniada do SUS; moções de congratulação e de aplauso e solidariedade encaminhadas ao Presidente desta Comissão pela Câmara Municipal de Belo Horizonte a requerimento dos Vereadores Antônio Pinheiro, Betinho Duarte e outros; convite da Sra. Imaculada dos Santos, Presidente da Associação de Defesa da Comunidade Fraterna - ADCF -, para missa em ação de graças pelo reassentamento da comunidade Nossa Senhora da Boa União, a realizar-se no dia 6 de outubro, às 19h30min, na Rua 1, Bairro 1º de Maio; "e-mail" do Sr. Alessandro Amaro da Mata informando que mais de 700 policiais selecionados para cursar a Academia de Polícia - ACADEPOL -, após 6 meses de treinamento, ainda não foram nomeados; fax do Sr. Fábio Alves dos Santos, da PUC-MINAS, informando que o Tribunal de Alçada de Minas Gerais decidirá no dia 5 de outubro do corrente o destino de 300 famílias da Vila Padre Dionísio, no Bairro Novo Progresso, em Contagem, e encaminhando também artigo de sua autoria sobre fatos recentes ocorridos na Delegacia de Furtos e Roubos e pedindo providências do Governador Itamar Franco. O Presidente informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos a respeito de suspeita de irregularidades no processo de cassação do mandato do Prefeito de Manhuaçu e da ameaça de morte sofrida pela Vereadora Maria Imaculada Dutra desse município e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 755/99, do Deputado Edson Rezende, e 757/99, da Bancada do PT. Passa-se à fase de discussão de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: 1) do Deputado Marcelo Gonçalves, solicitando providências ao Governador do Estado para o pagamento da indenização devida aos herdeiros da Fazenda Ferrugem, localizada no Município de Contagem, pertencente à família Abreu e desapropriada há 56 anos; 2) dos Deputados Alberto Bejani e Marcelo Gonçalves, solicitando ao Governador do Estado empenho para que sejam nomeados os aprovados no último concurso realizado pela Polícia Civil; 3) do Deputado Alberto Bejani, em que solicita seja encaminhado ofício ao Governador do Estado pedindo providências para receber os aprovados no último concurso da Polícia Civil, que ainda não foram nomeados após 6 meses de cursos e treinamentos; 4) do Deputado Alberto Bejani, solicitando que seja ouvido na reunião um representante dos aprovados no último concurso da Polícia Civil; 5) do Deputado Antônio Roberto, solicitando realização de audiência pública da Comissão para que sejam ouvidos o Deputado Federal João Magalhães, a Prefeita, o Vice-Prefeito e os Vereadores do Município de Manhuaçu sobre as denúncias de corrupção na administração desse município; 6) do Deputado Miguel Martini, solicitando ao Presidente desta Casa proteção policial para a Vereadora Imaculada Dutra, sr. Geraldo Perigolo e seus familiares, até que seja solicitada inscrição deles junto à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. É aprovado relatório de visita da Comissão ao Centro de Integração do Adolescente Monsenhor Messias de Sete Lagoas, no último dia 4/10/99. O Deputado João Leite transforma em

especial a parte da reunião destinada a ouvir os convidados. A Presidência convida a compor a Mesa os Srs. Geraldo Perígolo, ex-Prefeito de Manhuaçu, Eduardo Nepomuceno, Promotor de Justiça, Rômulo do Carmo Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu, Geraldo D'Ángelo Borel, Diretor Comercial da Rádio Manhuaçu e as Sras. Maria das Dores Rocha e Maria Imabulada Dutra, Vereadora do Município de Manhuaçu. Registra-se a presença do Sr. José Geraldo Magela Alves Pereira, representante dos aprovados no último concurso da Polícia Civil. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que originou a reunião. Em seguida, os demais parlamentares e convidados se manifestam sobre o assunto em pauta, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 1999.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Irani Barbosa.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Rêmolo Aloise, Rogério Correia e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Mauro Lobo, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Supervisora dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal; do Centro de Análise Econômica da Secretaria da Fazenda; do Sr. Maldonado Sanches, da Editora Prisma; do Conselheiro Sylo Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; dos Srs. Paulino Cícero, Secretário de Estado de Minas e Energia; José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda, e Elias José Ferreira, Prefeito Municipal de Coromandel. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a quem foram distribuídas: Projeto de Lei Complementar nº 11/99; Projetos de Lei nºs 411, 440 e 448/99 (relator: Deputado Rogério Correia); 360, 353, 517 e 479/99 (relator: Deputado Olinto Godinho); 395, 444 e 482/99 (relator: Deputado Mauro Lobo); 362, 363, 365 e 518/99 (relator: Deputado Miguel Martini); 401 e 418/99 (relator: Deputado Márcio Cunha) e 454/99 (relator: Deputado Rêmolo Aloise). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres mediante os quais os relatores concluem pela aprovação das seguintes proposições, todas em 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 11/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Rogério Correia); Projetos de Lei nºs 52/99 (relator: Deputado Eduardo Hermeto); 360/99 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Educação (relator: Deputado Rêmolo Aloise); 411/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rogério Correia). Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer mediante o qual o relator conclui pela rejeição da Emenda nº 2, apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 262/99 (relator: Deputado Rogério Correia). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é o Requerimento nº 625/99 aprovado. A seguir, na fase de votação do Requerimento nº 763/99, o Deputado Rogério Correia apresenta a Emenda nº 1. Submetido a votação, salvo a Emenda nº 1, é o requerimento aprovado. Submetida a votação, é a Emenda nº 1 aprovada, com voto contrário do Deputado Eduardo Hermeto. Fica, então, aprovado o Requerimento nº 763/99 com a Emenda nº 1, do Deputado Rogério Correia. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Rogério Correia apresenta requerimento, em que solicita o acompanhamento permanente da Comissão na contratação de profissionais, nos serviços e nas obras de construção de três unidades prisionais nos Municípios de Belo Horizonte, Betim e Juiz de Fora. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Deputado Márcio Cunha passa a direção dos trabalhos ao Deputado Rêmolo Aloise e apresenta três requerimentos: no primeiro, solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a de Administração Pública para debater o Projeto de Lei nº 424/99; no segundo, pede a realização de audiência pública da Comissão para debater o Projeto de Lei nº 418/99; no terceiro, solicita a realização de reunião especial da Comissão para debater o projeto de lei que trata do orçamento do Estado para o ano 2000, tendo como convidados técnicos do Poder Executivo e consultores da Assembléia Legislativa. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Rêmolo Aloise retorna a direção dos trabalhos ao Deputado Márcio Cunha. A seguir, o Deputado Rogério Correia faz uso da palavra, solicitando que a Comissão envide esforços junto ao Presidente da Assembléia para que o Secretário de Estado da Fazenda compareça a esta Casa para debater com os Deputados a questão da renegociação da dívida do Estado com a União, bem como para divulgar o resultado de leis que foram aprovadas pela Assembléia no primeiro semestre deste ano e tiveram repercussão financeira para o Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1999.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, César de Mesquita e Elbe Brandão (substituindo esta ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PSDB). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elbe Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Edson Rezende, informa que a reunião se destina a discutir os efeitos da Lei nº 13.315, de 21/9/99, que institui no Estado a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal. Prosseguindo, o Presidente convida para tomar assento à mesa os seguintes Srs.: Arthur Luiz Ribeiro Álvares, Superintendente Odontológico do IPSEMG; Arnaldo Almeida Garrocho, Diretor da Associação Brasileira de Odontologia - ABO -, representando a Presidente da ABO; Luiz Henrique Maia Santiago, Coordenador de Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Odontologia; Amarílio de Vasconcelos Campos, Presidente do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais; e Abílio dos Santos Baltazar, Coordenador de Saúde Bucal da Secretaria da Saúde. A seguir, a Presidência passa a palavra à Deputada Elbe Brandão, autora do requerimento que motivou o convite. O Presidente concede a palavra aos convidados, pela ordem acima mencionada, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os parlamentares e convidados presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Cristiano Canêdo - Carlos Pimenta - César de Mesquita.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Às quinze horas do dia treze de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Adelino de Carvalho, Antônio Roberto e Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelino de Carvalho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Cabo Morais, informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. Ato contínuo, a Presidência comunica que designou relator do Projeto de Lei nº 346/99, em 1º turno, o Deputado Adelino de Carvalho. A seguir, são submetidas a votação e aprovadas as seguintes proposições: em 2º turno: Projeto de Lei nº 204/99, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências. Parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno, com a emenda nº 1. Em 1º turno: Projeto de Lei nº 458/99, que declara de interesse comum e imune de corte o buriti. Parecer pela aprovação com a Emenda nº1, da Comissão de Constituição e Justiça. Requerimentos nºs 705/99, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 723/99, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. A seguir, o Presidente, Deputado Cabo Morais, submete a votação requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita realização de audiência pública com a finalidade de tornar público o "Diagnóstico de Saúde e Meio Ambiente da Bacia do Rio das Velhas". Aprovado. Ato contínuo, o Deputado Cabo Morais passa a presidência dos trabalhos ao Deputado Fábio Avelar e apresenta requerimento de sua autoria, em que solicita sejam ouvidos em reunião os convidados que menciona, com a finalidade de se discutir o rebaixamento do lençol freático, decorrente das atividades da Cia. Mineradora FERTECO S.A. Aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1999.

Antônio Roberto, Presidente - Fábio Avelar - Ivo José.

## ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Ailton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja debatida na Comissão a concessão de aumento salarial para os Secretários Municipais de Belo Horizonte. A seguir, encaminha a matéria à Consultoria para análise. São encaminhados, também, à Consultoria o Ofício nº 1.071/99, do Secretário da Cultura, em que solicita a possibilidade de ser dado o nome de "Milton Campos" a um município mineiro, e Ofício nº 97/99, do Juiz Eleitoral da cidade de Mantena, por meio do qual encaminha resultado de plebiscito realizado em 3/10/99, sobre a mudança do nome de Itabirinha de Mantena. O Deputado Ailton Vilela é designado relator do Requerimento nº 5/99, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita a emancipação do Distrito de Vista Alegre do Município de Claro dos Poções. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - César Mesquita - Dalmo Ribeiro Silva.

## ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às quinze horas do dia dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Alberto Bejani e Márcio Cunha. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Dando prosseguimento, passa à leitura da seguinte correspondência: Ofício nº 199/99, do Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, Sebastião Mauro Figueiredo Silva, comunicando que a referida entidade tem por responsabilidade hierárquica representar as CDLs, razão pela qual, quando uma instituição ou um órgão público propuserem uma ação direta com uma CDL, ela deverá ser estabelecida com a Federação, que se encarregará da divulgação da ação entre elas, para que os resultados sejam os mais satisfatórios possíveis; ofício do Sr. Alfredo Dolabella Portella Filho, do Município de Montes Claros, que solicita apoio da Comissão para a construção do monumento Empresário Desconhecido; Ofício nº 34/99, do Secretário Adjunto de Estado de Indústria, Comércio e Turismo, Olavo Vieira da Silva, que encaminha proposta preparada por entidades sindicais e solicita seja indicado membro da Comissão para participar de reuniões, debates e da elaboração de uma proposta de solução, a ser discutida pelo Governo, para o setor pecuarista, referente à recuperação da cadeia produtiva do rebanho bovino em Minas Gerais. A Presidente indaga aos Deputados se estão de acordo com a indicação do nome dela para participar das reuniões de debates mencionadas. Estando todos de acordo, solicita à assessoria que tome as providências necessárias. A Presidente designa os Deputados Alberto Bejani e Pastor George para relatarem os Projetos de Lei nºs 502 e 533/99, respectivamente. A seguir, passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo discussão e votação de proposições que não estão sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 687, 731, 736 e 772/99. Prosseguindo, a Presidente passa à 3ª fase da Ordem do Dia, compreendendo discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados três requerimentos: o primeiro, do Deputado Paulo Piau, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para discutir, em audiência pública, o sistema de controle ambiental proposto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais e aprovado pela FEAM; o segundo, também do Deputado Paulo Piau, em que solicita seja convidado o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo para esclarecer o posicionamento da Pasta com relação às condições e aos contratos de financiamento e certificados de liberação por parte do COIND até dezembro de 1998, bem como seja esclarecido se houve mudanças no processo operacional com relação aos programas amparados pelo FIND e pelo FUNDIEST; o terceiro, do Deputado Márcio Cunha, em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 533/99, que trata da internacionalização do Aeroporto de Confins, implementando programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior no local. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro 1999.

Elbe Brandão - Presidente - Marcelo Gonçalves - Pastor George.

## ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL para emitir parecer SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Márcio Cunha, Paulo Piau e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alberto Bejani, Arlen Santiago e Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a discutir o tema objeto da Comissão Especial - que prevê dotação de recursos à UEMG e à UNIMONTES-, passa a Presidência ao Deputado Márcio Cunha e apresenta requerimento em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os Srs. José Gama Dias, Pró-Reitor de Administração, Finanças e Planejamento, representando o Sr. Gerson de Brito Mello Boson, Reitor da UEMG; José Geraldo de Freitas Drummond e Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor e Vice-Reitor da UNIMONTES, respectivamente. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Carlos Pimenta reassume a direção dos trabalhos e tece as considerações iniciais relativas ao objetivo da reunião. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra aos convidados, que fazem as suas exposições e respondem às perguntas dos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Após, os debates, o Deputado Carlos Pimenta passa a Presidência ao Deputado Márcio Cunha e apresenta requerimento, em que solicita sejam convidados o corpo docente e o discente da UEMG e da UNIMONTES, para discutirem, em audiência pública, o tema objeto desta Comissão e que as reuniões sejam realizadas nesta Capital e em Montes Claros, respectivamente. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Após, o Deputado Carlos Pimenta reassume a Presidência e tece as considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1999.

Carlos Pimenta, Presidente - José Milton - Márcio Cunha.

## ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às nove horas e trinta minutos do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede à leitura da seguinte correspondência recebida: correspondência do Sr. Elpídeo Donizetti Nunes, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS -, conforme publicado no "Diário do Legislativo" de 23/10/99; carta de funcionários do Hotel São Diego Flat denunciando tratamento discriminatório e desumano por parte da gerente, Sra. Célia Marise, e pedindo providências da Comissão junto à Arco Administradora; carta dos Srs. Marcos Antônio Cardoso e Wilson Luiz Queiroga, da Comissão Executiva Provisória do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Minas Gerais, solicitando a intermediação da Comissão junto ao Governador Itamar Franco e ao Presidente desta Assembléia para a apresentação de projeto de lei que vise transformar esse conselho em secretaria de Estado; ofício do Sr. Geraldo Ferreira Monção, Diretor do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH-MG -, solicitando a parceria da Comissão para a comemoração solene da Declaração Universal dos Direitos Humanos no dia 10 de dezembro próximo; ofício do Sr. José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral de Polícia informando sobre a instauração de Inquérito Policial nº 38.050 para a apuração dos fatos narrados pelo Sr. José João de Paula, em que Hedirley Mirusculo de Paula figura como vítima; ofício do Sr. Geraldo Ferreira Monção, Diretor do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH-MG -, solicitando informações sobre denúncia formulada pelo preso Balbino Pires de Oliveira; "e-mail" do Sr. José André de Souza, endossando a lista de moradores de Ipatinga que se manifestaram contra a construção do presídio nesse município; carta dos Srs. Paulo Dias, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ronaldo Cardoso de Lima, da Comissão Pastoral da Terra, e do Vereador Joel Rodrigues Fonseca informando sobre a situação de 41 famílias que ocupam a Fazenda Tira-Teima, no Município de Arinos, e solicitando o apoio desta Comissão junto à Superintendência do INCRA para agilizar o processo de desapropriação da fazenda; carta do Sr. José Otávio Freitas denunciando a situação de exploração dos auxiliares de taxistas por parte dos permissionários (donos dos táxis) e pedindo ajuda; "e-mail" da Sra. Sílvia Alessandra, denunciando a situação de violência em que vivem os alunos da Escola Estadual Maria Coutinho, no Bairro Jaqueline, e pedindo proteção policial nos horários de entrada e saída de aula para evitar que muitas famílias retirem seus filhos da referida escola. O Presidente informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a morte de Wilson Roberto Rodrigues de Souza e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de matéria sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Após a leitura do parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 267/99, é aprovado requerimento da Deputada Maria Tereza

Lara solicitando o adiamento da discussão do parecer. Em seguida, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados: o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 393/99, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4 apresentadas (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 537/99, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 7 (relator: Deputado Marcelo Gonçalves). Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 815/99, do Deputado Carlos Pimenta. Em seguida, o Deputado João Leite, passa a Presidência à Deputada Maria Tereza Lara em virtude da apreciação de matéria de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 823/99. A Presidência anuncia o início da fase de apreciação de matéria da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos do Deputado João Leite: 1) solicitando passagens aéreas para os Deputados que menciona para irem a Brasília a fim de tratar do Programa Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas; 2) solicitando seja oficiado ao Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Prefeito Municipal, ao Promotor e ao Juiz de Direito da Comarca de Betim, solicitando informações sobre a construção de estabelecimento penal no Bairro Pingo d'Água. Em seguida, a Deputada Maria Tereza Lara retorna a Presidência ao Deputado João Leite. Submetidos a votação, são aprovados os seguintes Requerimentos: da Deputada Maria Tereza Lara: 1) seja enviada mensagem de condolências ao Diretório Nacional do PT, ao Diretório Regional do PT de Mato Grosso do Sul e ao Diretório Municipal do PT de Mundo Novo, pelo falecimento da Prefeita Dorcelina Solador; 2) seja enviado ofício ao comando da Polícia Federal em Brasília solicitando rigor na apuração do assassinato da Prefeita Dorcelina Solador; 3) seja enviada mensagem de solidariedade ao Deputado Ivair Nogueira, pelas agressões sofridas por seus familiares durante a invasão de sua residência; 4) seja oficiado ao Deputado Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Sr. José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia, solicitando rigor na apuração das denúncias de extorsão, por parte de policiais militares, apresentadas pelo empresário Márcio João Ribeiro; 5) seja enviado ofício ao Secretário Adjunto de Direitos Humanos, ao Ouvidor de Polícia e ao Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando providências com relação ao desaparecimento do menor Paulo César Gonçalves dos Santos; do Deputado Marcelo Gonçalves: 1) seja enviado ofício ao Secretário da Educação e à Diretora da Escola Estadual Deputado Manoel Costa, no Bairro Céu Azul, solicitando esclarecimentos sobre a dispensa da Prof. Thalita Gema de Souza Lima; 9) dos Deputados Rogério Correia e João Batista de Oliveira, solicitando audiência pública para apurar agressões contra os perueiros no último dia 27 de outubro em Contagem e Belo Horizonte. Nesse momento, a Presidência transforma em especial a parte desta reunião destinada a ouvir os convidados e convida a compor a mesa os Srs. José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia, Edson Moreira, Chefe da Divisão de Crimes contra a Vida do Departamento de Investigações, o Ten.-Cel. Reni Abel de Miranda, Comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar, e José Márcio Rodrigues de Souza, irmão do Sr. Wilson Roberto Rodrigues de Souza. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Sr. Geraldo Magela, morador do Bairro Pingo D'Água, em Betim, que denuncia a construção de presídio nesse bairro. Ato contínuo, o Deputado João Leite passa a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, autor do requerimento que originou a reunião, para suas considerações iniciais sobre o assunto em pauta. Em seguida, a palavra é concedida aos demais parlamentares e convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente - Marcelo Gonçalves - Maria Tereza Lara - Glycon Terra Pinto.

#### ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, César de Mesquita, Carlos Pimenta e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão. A seguir, o Presidente distribui os Projetos de Lei nºs 104/99, no 2º turno, ao Deputado César de Mesquita; 575/99, em turno único, ao Deputado Carlos Pimenta; 579/99, em turno único, ao Deputado Cristiano Canêdo; 363/99, no 2º turno, ao Deputado Carlos Pimenta. Após, passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 566/99 (relator: Deputado Carlos Pimenta). A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a expor a situação atual do Programa REFORSUS no Estado. Ato contínuo, passa a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que motivou o convite. Participam dos debates todos os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do convidado e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Cristiano Canêdo - César de Mesquita - Adelmo Carneiro Leão.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da cpi do ipsm

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Cabo Morais, Márcio Kangussu e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Roberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cabo Morais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros presentes. Neste momento comparece o Deputado Glycon Terra Pinto. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Pedro Antônio Nolasco, Judas Tadeu Monteiro Lobato, Marco Antônio Ripoli e Antônio Rodrigues Alves e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se o não comparecimento dos depoentes. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. São votados e aprovados requerimentos do Deputado Cabo Morais, em que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 60 dias, e do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Diretor-Geral do IPSM relação de todos os empréstimos efetuados pelo Instituto em favor de Comandantes-Gerais e Chefes do Estado Maior da PMMG, Diretores-Gerais do IPSM, Diretores-Gerais do Gabinete Militar, a partir de 1994. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Cristiano Canêdo, Presidente - Márcio Kangussu - Sargento Rodrigues - Cabo Morais.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, César de Mesquita e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do PSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado César de Mesquita, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar proposição da Comissão. A seguir, designa o Deputado Aílton Vilela para relatar o Projeto de Lei nº 228/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, no 2º turno, e o Requerimento de Emancipação nº 6/99, do Deputado Eduardo Brandão; e o Deputado José Henrique para relatar o Projeto de Resolução nº 309/99, do Deputado Eduardo Brandão, no 2º turno. Encerrada essa fase, o Deputado Ambrósio Pinto passa a Presidência ao Deputado César de Mesquita e apresenta requerimento solicitando audiência pública da Comissão para se discutir, com as autoridades que menciona, a previdência municipal, visando a obter esclarecimentos sobre a intenção manifestada pelo INSS de bloquear o Fundo de Participação dos Municípios que optaram pelo regime próprio de previdência. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ambrósio Pinto agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - José Henrique - Carlos Pimenta.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, José Henrique e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, procede à leitura da correspondência recebida, o Noticiário nº 407/99, do IBAM. Após, a Presidência redistribui o

Requerimento de Emancipação nº 5/99, do Deputado Carlos Pimenta, ao Deputado José Henrique. Encerrada a 1ª Parte da reunião, o Deputado José Henrique emite parecer, mediante o qual conclui pela rejeição do Requerimento nº 5/99, do Deputado Carlos Pimenta. Submetido a votação, é o requerimento rejeitado. A Presidência determina seja arquivada a matéria e, a seguir, procede à leitura dos Requerimentos nºs 798/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 811 e 812/99, da Deputada Maria Olívia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado Carlos Pimenta encaminha à Mesa requerimento em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para se discutir o destino final dos convênios celebrados entre a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais - SEAM - e os municípios, nos dois últimos anos, os quais têm por finalidade a liberação de verbas destinadas à conclusão de obras municipais, e que, para essa reunião, sejam convidadas as autoridades que menciona. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Deputado José Henrique procede à leitura de informação elaborada pela Consultoria da Casa sobre o Ofício nº 97/99, do Juiz Eleitoral da cidade de Mantena, publicado no "Diário do Legislativo" de 15/10/99. Após a discussão da matéria, a Presidência determina seja enviado ofício às autoridades interessadas, solicitando-lhes informações complementares. A seguir, o Deputado Carlos Pimenta procede à leitura de informação elaborada pela Consultoria da Casa sobre o Ofício nº 1.071/99, do Secretário de Estado da Cultura, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/99. A Presidência determina seja a matéria devolvida ao órgão de origem, por entender que não se trata de assunto de competência da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Ailton Vilela - José Henrique.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Daladier e Paulo Piau, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Administração Pública; Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho e Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e informa aos Deputados que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. Informa, ainda, que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, os pareceres dos Deputados Antônio Júlio, Sebastião Navarro Vieira e Rêmolo Aloise, relatores, respectivamente, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 18/99. O Presidente passa a palavra ao Deputado Antônio Júlio, que solicita sejam distribuídos avulsos de seu parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. O Presidente determina a distribuição dos avulsos do parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta destas Comissões, logo mais, às 17 horas, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Antônio Júlio - Sebastião Navarro Vieira - Márcio Cunha - Sargento Rodrigues - Rêmolo Aloise - Eduardo Daladier - Mauro Lobo - José Henrique - Miguel Martini - Ermano Batista.

#### MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 11/11/99

Foi rejeitada a seguinte proposição:

Em turno único: Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170.

Matéria Votada na 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 11/11/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Em 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 11/99, do Deputado Mauro Lobo, com a Emenda nº 1, e 18/99, da Mesa da Assembléia, na forma do Substitutivo nº 1; Projetos de Lei nºs 284/99, do Deputado Hely Tarquínio, com a Emenda nº 1, 449/99, do Governador do Estado.

Em 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, com as Emendas nºs 1, 3 e 4; Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia, na forma do vencido em 1º turno; Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DA MENSAGEM Nº 58/99

Comissão Especial - Indicação de Conselheiro para o Tribunal de Contas

#### Relatório

Por meio da Mensagem nº 58/99, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do disposto no art. 78, § 3º, da Constituição Estadual, e no art. 16, inciso X, da Lei Complementar nº 33/94, o nome do Auditor Eduardo Carone Costa para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, em razão da aposentadoria do Sr. Maurício Brandi Aleixo.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

O candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para a qual foi indicado como Conselheiro, atendendo, ainda, aos critérios exigidos para a ocupação do cargo, julgando esta Comissão, por isso mesmo, tratar-se de pessoa que o irá dignificar.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do nome do Sr. Eduardo Carone Costa para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Antônio Júlio, relator - Dinis Pinheiro - Álvaro Antônio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 219/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado José Milton, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Padre Adelmo, com sede no Município de Itabirito.

Após o exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria, vem ela agora a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Comunitária do Bairro Padre Adelmo trabalha junto à comunidade, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais carentes. Para tanto, estimula a união dos moradores, para que, juntos, possam analisar e avaliar as suas necessidades ligadas à subsistência, procurando meios de supri-las.

Em virtude do relevante trabalho desenvolvido pela Associação, entendemos meritória a declaração de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 219/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999 .

Ronaldo Canabrava, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 550/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Anderson Aداuto, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Amigos Caminhoneiros de Pratápolis - AACAMP -, com sede no Município de Pratápolis.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, de acordo com o que preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Amigos Caminhoneiros de Pratápolis tem por finalidade a defesa dos direitos e o bem-estar de seus associados. Para tanto, mantém um fundo, cujo objetivo é financiar a reforma de veículo de carga pertencente a qualquer membro ou sua substituição em caso de roubo, o que constitui uma forma importante de auxílio aos caminhoneiros, que arriscam suas vidas e seus equipamentos na realização de suas atividades.

Tais iniciativas fazem a Associação merecedora do título declaratório de utilidade pública ora proposto.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 550/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Ivo José, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 563/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 563/99, do Deputado Chico Rafael, visa a declarar de utilidade pública a Associação de Valorização e Integração dos Deficientes Ativos - AVIDA -, com sede no Município de Pouso Alegre.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que

apresentou. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A AVIDA presta relevantes serviços às pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, propõe iniciativas visando a proporcionar a seus associados meios de subsistência e desenvolve atividades sociais, culturais e esportivas, como forma de integrá-los na sociedade.

Pelas atividades de caráter filantrópico desenvolvidas pela instituição, somos favoráveis a que lhe seja outorgado o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 563/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Cristiano Canêdo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 584/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 584/99, do Deputado Bené Guedes, visa a declarar de utilidade pública o Asilo Santo Antônio, com sede no Município de Leopoldina.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Asilo Santo Antônio é uma entidade filantrópica, que tem por finalidade prestar assistência moral, religiosa e material a pessoas idosas e inválidas. Além disso, mantém menores desamparados, contribuindo, dessa forma, para minimizar os problemas sociais.

Pelo trabalho desenvolvido em favor da comunidade, entendemos ser meritório declarar a entidade de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 584/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 625/99

Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, por meio do Projeto de Lei nº 625/99, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Antônio e Marcos Cavanis, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 23/10/99, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Os requisitos pelos quais as sociedades civis em funcionamento no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências nele mencionadas, razão pela qual não vislumbramos impedimento à tramitação do projeto em exame.

#### Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 625/99 na forma original.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Irani Barbosa, relator - Maria Tereza Lara - Antônio Júlio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 655/99

Comissão de Constituição e Justiça

## Relatório

De autoria do Deputado Eduardo Hermeto, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Grajaú - ASGRAJAU -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 6/11/99, foi a matéria encaminhada a esta Comissão para o exame preliminar de seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, conforme preceitua o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

Os requisitos legais para que sejam declaradas de utilidade pública as associações, sociedades civis e fundações de direito privado, dispostos no art. 1º da Lei nº 12.972, são os de servir desinteressadamente à coletividade, ter personalidade jurídica, estar em funcionamento há mais de dois anos e ter como Diretores pessoas idôneas e não remuneradas.

Analisando os autos do processo, verificamos o atendimento desses requisitos, inexistindo, assim, óbice à tramitação da matéria na Casa.

## Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 655/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio, relator - Irani Barbosa - Maria Tereza Lara.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 16/99

## Comissão de Administração Pública

## Relatório

De autoria do Deputado Anderson Adatao, o projeto de lei complementar em epígrafe, que dispõe sobre reforma de militar por incapacidade física, foi publicado e distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno. A primeira Comissão concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto. Cabe, agora, a esta Comissão emitir parecer sobre a matéria quanto ao mérito.

## Fundamentação

O projeto em análise estende ao militar excluído da Polícia Militar por incapacidade física definitiva antes da vigência do estatuto do pessoal daquela corporação, aprovado pela Lei nº 5.301, de 16/10/69, o direito à pensão mensal vitalícia correspondente ao do posto que ocupava à data da exclusão.

Nos termos do projeto, os militares excluídos dos quadros daquela corporação militar por incapacidade física definitiva no período compreendido entre 5/7/52, data de vigência da Lei nº 869 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), e 14/8/58, data de publicação da Lei nº 1.803, que instituiu a aposentadoria por invalidez de servidores militares, ficaram prejudicados em virtude do tratamento diferenciado recebido do Estado.

De fato, enquanto os militares de que trata o projeto em exame haviam sido sumariamente excluídos da Polícia Militar, o Estado assegurou aos servidores civis, a partir de 1952, e aos servidores militares, a partir de 1958, o direito à aposentadoria por invalidez, com proventos. Ao longo de todos esses anos, foi inobservado, portanto, o princípio constitucional da igualdade, já que todos são iguais perante a lei.

A Lei nº 869, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, dedica o Título VI à vacância do cargo e reserva o Capítulo IV deste à aposentadoria. Com efeito, assim dispõem o art. 108, "caput" e § 5º:

"Art. 108 - O funcionário, ocupante de cargo de provimento efetivo, será aposentado:

.....

c) quando verificada a sua invalidez para o serviço público;

d) quando inválido em consequência de acidente ou agressão, não provocada, no exercício de suas atribuições, ou doença profissional;

e) quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, cardiopatia descompensada, lepra, leucemia, pênfigo foliáceo ou paralisia, que o invalide para o serviço público.

.....

§ 5º - A aposentadoria a que se referem as letras "c", "d" e "e" somente será concedida quando for verificado não estar o funcionário com condições de reassumir o exercício do cargo depois de haver gozado licença para tratamento de saúde, pelo prazo máximo admitido neste Estatuto".

Já o art. 110 do mesmo Estatuto estabelece que os proventos da aposentadoria serão integrais se o funcionário contar 30 anos de efetivo exercício ou se enquadrar numa das hipóteses contidas nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 108.

Vê-se, portanto, que, desde 1952, os servidores públicos civis fazem jus a aposentadoria por invalidez, com proventos integrais.

Também os militares foram contemplados com semelhante tratamento, a partir da Lei nº 1.803, de 1958, que contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais. Com a revogação expressa desta pelo art. 240 da Lei nº 5.301, de 1969, que contempla o atual estatuto do pessoal daquela corporação, a partir de então, vigora, no Título V, que trata da inatividade, o disposto no Capítulo III, para a reforma de oficiais e praças (arts. 139 a 145), inclusive por incapacidade física definitiva. E, ressalte-se, a reforma dá ao militar o direito a proventos, integrais ou proporcionais, nos termos do art. 94, II, c/c o art. 96, do mesmo Estatuto.

Por todas essas razões, entendemos que a proposição em exame possui elevado alcance social em intensidade, ainda que não o seja sob o aspecto quantitativo de beneficiários. De fato, o projeto proporciona ao Estado a oportunidade de reparar a injustiça que vem sendo cometida há algumas décadas contra alguns militares, que, idosos e incapacitados, têm sido prejudicados pelo tratamento discriminatório da administração pública estadual, daí decorrendo sérias dificuldades financeiras para uma vida digna e para o sustento das respectivas famílias.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 16/99 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Chico Rafael - Agostinho Patrús - Doutor Viana - Sebastião Navarro Vieira - Arlen Santiago.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 267/99

#### Comissão de Direitos Humanos

#### Relatório

De autoria dos Deputados Rogério Correia e Márcio Cunha, a proposição em epígrafe dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social, criado pelo art. 134 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 33, de 18/3/98.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 30/4/99, foi o projeto distribuído preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que lhe apresentou o Substitutivo nº 1.

Vem, agora, o projeto de lei a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, em obediência ao disposto no art. 188, c/c o art. 102, VI, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A segurança do cidadão e da sociedade constitui seção importante no capítulo da Constituição mineira que dispõe sobre a organização dos Poderes. Trata-se de tema relevante, que tende a merecer cada vez maior atenção das autoridades, considerando-se a intranquilidade da população em aspectos relativos à segurança pública e à defesa social.

À defesa social, "dever do Estado e direito e responsabilidade de todos", nos termos do art. 133 da Constituição Estadual, cabe garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem pública, com a finalidade de se proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados, coibindo-se os ilícitos penais e as infrações administrativas. Cabe-lhe, também, prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos. Constitui, ainda, dever da defesa social promover a integração social, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade.

O projeto de lei em análise dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social, "órgão consultivo do Governador do Estado na definição da política de defesa social do Estado", (grifo nosso), nos termos do art. 134 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda nº 33, de 18/3/98.

Em sua obra "Vocabulário Jurídico", Plácido e Silva conceitua "conselho consultivo" como a organização pública ou particular destinada a dar pareceres sobre negócios de interesse do Estado ou da instituição que o criou.

Destaque-se que a criação de um conselho consultivo da natureza do proposto, considerada a sua importância, deverá ser precedida de determinações e critérios que lhe possibilitem o bom desempenho de sua função.

A esse respeito, cumpre-nos enfatizar a observação feita pela Comissão de Constituição e Justiça quanto à nova redação dada ao art. 134 da Constituição Estadual pela Emenda nº 33, de 1998. A nova redação, além de acrescentar inciso ao "caput" desse dispositivo, ampliando a composição do Conselho de Defesa Social, excluiu o § 1º e seus incisos e o § 2º desse artigo. Tal medida, fruto de lapso ou não, excluiu, respectivamente, as diretrizes a serem observadas na definição da política de defesa social do Estado e a determinação de que a lei disponha "sobre a organização e funcionamento do Conselho de Defesa Social".

É importante destacar que a lei proposta busca resgatar, no art. 2º do Substitutivo nº 1, as diretrizes a serem observadas na definição da política social do Estado. Tais diretrizes constituem fundamentos éticos e filosóficos, básicos e indispensáveis na busca da excelência do trabalho a ser realizado por órgão consultivo de tamanha importância.

A lei proposta representa, portanto, um avanço, uma vez que antecipa condições e estabelece critérios de funcionamento de órgão público a ser criado, destacando-lhe a importância a partir da sua competência funcional.

No entanto, propomos ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, a Emenda nº 1, que amplia o nível de atuação do Conselho de Defesa Social.

Propomos, ainda, as Emendas nºs 2 e 3, que propõem a repristinação, respectivamente, do art. 3º e do inciso II do art. 4º do projeto inicial.

A Emenda nº 4 altera o inciso III do art. 3º do Substitutivo nº 1.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 267/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 1 a 4, a seguir apresentadas.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao "caput" do art. 2º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 2º - Compete ao Conselho de Defesa Social estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a defesa social e opinar sobre elas, observadas as seguintes diretrizes:".

#### EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier:

"Art. .... - Caberá ao Conselho Estadual de Defesa Social, além do disposto na Constituição Estadual:

I - levantar e discutir as questões relacionadas com a segurança dos cidadãos nos municípios;

II - promover eventos para discussão das questões relacionadas no inciso anterior, com vistas, especialmente, a despertar a consciência pública local para os problemas relativos à defesa social urbana;

III - elaborar e propor aos órgãos federais e estaduais competentes as medidas necessárias para melhoria das condições de defesa social nos municípios;

IV - promover ações integradas, visando à defesa dos cidadãos nos municípios e zelando pelo respeito a seus direitos e garantias fundamentais;

V - viabilizar canais de participação popular no âmbito do Conselho, que permitam a inserção dos cidadãos na discussão acerca da segurança social nos municípios;

VI - sugerir aos órgãos competentes ações de combate às causas da violência urbana.

#### EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 3º do Substitutivo nº 1 o seguinte inciso XI:

"Art. 3º - .....

XI - um representante de central sindical, eleito em plenária amplamente divulgada, promovida pelo sindicato da classe."

#### EMENDA Nº 4

Substitua-se, no inciso III do art. 3º do Substitutivo nº 1, a expressão "Comissão de Defesa Social" por "Comissão de Direitos Humanos".

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara, relatora - Marcelo Gonçalves - Glycon Terra Pinto.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 365/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Deputado Pastor George, a proposição em tela dispõe sobre a associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências.

Primeiramente, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto.

Cabe agora a esta Comissão emitir seu parecer.

#### Fundamentação

Esta proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a associar-se com outras entidades visando à criação de associação civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover o acesso de pequenos empreendedores ao microcrédito.

Por admitir a interferência do poder público na organização de associação privada, a proposição esbarrava em óbices constitucionais intransponíveis. A Comissão de Constituição e Justiça, no afã de superar tais obstáculos, apresentou o Substitutivo nº 1, em que propõe alterações na Lei nº 12.647, de 1997, que instituiu o Programa Estadual de Crédito Popular. Preservando a idéia básica do projeto, o substitutivo amplia os objetivos do citado programa, incluindo entre suas metas a promoção de estudos técnicos que possam atestar a viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos financiados com seus recursos.

O Programa Estadual de Crédito Popular é administrado pelo BDMG, que também é seu agente financeiro. De acordo com o Programa, os recursos devem ser repassados à Associação Estadual de Crédito Popular ou a associações municipais ou intermunicipais de crédito popular, que efetuarão os financiamentos aos beneficiários finais.

Conforme informado pelo BDMG, atualmente existem no Estado sete associações em funcionamento, dentro do modelo preconizado pelo Programa, em Ipatinga, Uberaba, Montes Claros, Juiz de Fora, Itabira e Belo Horizonte (Prefeitura e CAPE). Três dessas cidades já receberam apoio do Programa. Ipatinga recebeu R\$410.000,00; Uberaba e Montes Claros, R\$300.000,00.

O maior problema do Programa é que não existem fontes de recursos definidas, e todos os financiamentos liberados foram feitos com recursos próprios do BDMG.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 365/99 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente e relator - Mauro Lobo - Eduardo Hermeto - Rogério Correia - Rêmoló Aloise - Olinto Godinho.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 395/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 12.079, de 12/12/96, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública, foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A primeira concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A segunda opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 e apresentou-lhe a Emenda nº 4. A terceira opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4.

Agora vem o projeto a esta Comissão para receber parecer nos termos regimentais.

Fundamentação

O projeto em tela visa alterar alguns dispositivos da Lei nº 12.079, que dispõe sobre estágio em órgãos públicos estaduais. Altera o seu art. 2º, ao determinar que o candidato a estágio deve estar regularmente matriculado. Modifica o seu art. 3º, garantindo ao estagiário seguro contra acidentes pessoais.

As comissões que nos precederam apresentaram emendas com o intuito de aprimorar técnica e juridicamente o projeto, razão pela qual as acatamos. Assim, foram suprimidos pelas Emendas nºs 2 e 3 os demais dispositivos da lei que o projeto visa alterar (arts. 5º e 6º), por contrariarem normas federais e invadirem esfera de competência do Governador do Estado, conforme bem se pronunciou o relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, não há obstáculos à aprovação do projeto em comento. Entretanto, este relator entende que é necessário assegurar maior transparência ao processo de seleção e contratação de estagiários, razão pela qual optou por apresentar a Emenda nº 5, propondo que a administração pública mantenha um cadastro único de estágio de seus órgãos e entidades, dando publicidade, semestralmente, das vagas existentes e das disponíveis para preenchimento no semestre seguinte.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 395/99 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça; com a Emenda nº 4, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 5, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte § 2º, transformando o parágrafo único em § 1º:

"Art. 1º - .....

§ 2º - A administração pública manterá um cadastro único de estágio de seus órgãos e entidades e publicará semestralmente o número de vagas existentes e as disponíveis para preenchimento no semestre seguinte."

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo, relator - Rêmolo Aloise - Olinto Godinho - Eduardo Hermeto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 440/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Agostinho Silveira, o projeto de lei em foco cria sala de aula nas escolas estaduais para o atendimento de alunos com deficiência auditiva e dificuldade de aprendizagem e de linguagem.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Logo em seguida foi a proposição apreciada, quanto ao mérito, pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a qual opinou por sua rejeição.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar a proposição no âmbito de sua competência, conforme disposto no art. 188, c/c o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo dispõe, em seu art. 1º, que as escolas estaduais deverão manter, em suas dependências, sala de aula especial para alunos portadores de deficiência auditiva e com dificuldade de aprendizado e linguagem, de acordo com a demanda constatada.

Argumenta o autor do projeto que o Estado de Minas Gerais possui hoje cerca de três mil deficientes auditivos e que, por não serem estes assistidos pelo Estado, são obrigados a deslocamentos diários para educandários próprios, o que onera sobremaneira suas famílias.

Entendemos, contudo, que a criação de salas de aula especiais requer uma preparação anterior à sua operacionalidade, o que, no caso, consistiria na formação de uma equipe de professores ou, pelo menos, no encaminhamento dos atuais professores para treinamento com pessoal especializado. A contratação de pessoal habilitado para tal tarefa está prevista no art. 2º do projeto, o que constitui, a nosso ver, o primeiro custo decorrente da implementação da proposta.

Entendemos ainda que salas de aula destinadas à complementação de educação de deficientes auditivos, isto é, ambientes especialmente preparados para esse fim, requerem equipamentos especiais, estando aí o segundo custo da proposição.

Por último, cabe ressaltar que, como muito bem observou a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, existe ampla legislação sobre a matéria objeto da proposição, o

que a torna inócua.

Logo, em que pese à nobre intenção do autor, consideramos improcedente a aprovação do projeto.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 440/99.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Eduardo Hermeto - Rêmoló Aloise (voto contrário) - Mauro Lobo (voto contrário) - Olinto Godinho.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 451/99

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende, dispõe sobre o controle de organismo geneticamente modificado - OGM - no Estado de Minas Gerais.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos regimentais. Por força de requerimento aprovado em Plenário, em 17/8/99, a matéria deverá ser apreciada, também, pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

A Comissão de Constituição e Justiça, conforme requerimento deferido pela Presidência da Casa, com fundamento no art. 232, VII, c/c o art. 140, do Regimento Interno, deixou de apreciar a matéria.

Cumpre-nos, agora, opinar sobre o projeto quanto ao mérito.

#### Fundamentação

A matéria de que trata o projeto em análise - os organismos geneticamente modificados ou transgênicos - deixa, cada vez mais, de ser assunto de especialistas, restrito aos meios acadêmicos, e passa a ser preocupação de toda a sociedade, ocupando as páginas dos principais jornais e revistas, bem como provocando debates em todo o mundo. Evidentemente, o assunto, pelo seu caráter inovador e, até mesmo, revolucionário, desperta fascínio e inquietação, pois envolve aspectos ligados à produção de alimentos, à saúde humana e à proteção do meio ambiente.

Atualmente, um dos temas que mais despertam a atenção é o desenvolvimento de plantas ou animais que, por meio da engenharia genética, incorporam genes de outras espécies e por isso são denominados plantas ou animais transgênicos. Há muitas dúvidas, até mesmo no meio científico, sobre os possíveis prejuízos causados por esses produtos à saúde humana e ao meio ambiente.

A Constituição Federal, com o intuito de assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe ao poder público, nos incisos II e V do § 1º do art. 225, a obrigação de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético e de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida e o meio ambiente. Esses dispositivos constitucionais foram regulamentados pela Lei Federal nº 8.974, de 5/1/95, que estabelece normas para o uso de técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBio - e dá outras providências.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo, proteção do meio ambiente, controle da poluição e defesa da saúde. Nesse caso, a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal suplementar a norma federal, de forma a atender suas peculiaridades. Como se vê, não há impedimento a que o Estado legisle sobre essa matéria, desde que a legislação estadual não contrarie as normas gerais da União sobre o assunto. Assim, é bastante oportuna a apresentação do projeto em análise.

Estamos, ao final deste parecer, apresentando um substitutivo ao projeto original, como forma de torná-lo mais adequado às disposições da legislação federal em vigor, evitando-se a duplicidade de ação. O substitutivo incorpora algumas sugestões colhidas na reunião conjunta das Comissões de Saúde, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Política Agropecuária e Agroindustrial, ocorrida no dia 5/10/99, que contou com a participação de representantes de diversas entidades ligadas à questão dos transgênicos, envolvendo técnicos de instituições de pesquisa, professores universitários, ambientalistas, produtores e trabalhadores rurais.

Gostaríamos, para finalizar, de citar um trecho do artigo "Da Agricultura Neolítica à Segunda Revolução Verde: a História e o Contexto da Criação de Organismos Transgênicos", de Maurício Mercadante, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, que diz o seguinte: "A engenharia genética é uma técnica, nada inocente, é verdade, mas que pode ser bem ou mal utilizada, ou, dizendo melhor, utilizada de modo mais cuidadoso e responsável, considerando seriamente o bem-estar das pessoas e a saúde do meio ambiente, ou utilizada sem as salvaguardas necessárias, colocando o lucro econômico das empresas acima de qualquer outro critério ou valor".

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 451/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a pesquisa, a produção, a comercialização, o transporte, a manipulação e a liberação, no meio ambiente, de organismo geneticamente modificado - OGM - no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A pesquisa, a produção, a comercialização, o armazenamento, o transporte, a manipulação e a liberação, no meio ambiente, de organismo geneticamente modificado - OGM - no Estado de Minas Gerais observarão, além do estabelecido na legislação federal específica em vigor, as normas complementares fixadas nesta lei e em sua regulamentação.

Art. 2º - O OGM só poderá ser produzido, transportado, armazenado, comercializado, manipulado e liberado no meio ambiente, no Estado de Minas Gerais, se registrado no órgão federal competente e cadastrado no órgão estadual próprio.

Art. 3º - As entidades e instituições que produzem, comercializam, transportam, manipulam ou liberam OGMs no meio ambiente são obrigadas a se registrar no cadastro dos órgãos estaduais responsáveis pela agricultura, pecuária e abastecimento, meio ambiente ou saúde, segundo a competência de cada um, ouvida a Comissão Técnica Estadual de Biossegurança - CTEBio -, de que trata o art. 4º desta lei.

Art. 4º - Fica criada a Comissão Técnica Estadual de Biossegurança - CTEBio -, composta de membros efetivos e suplentes designados pelo Governador do Estado, constituída por:

I - um representante das Secretarias de Estado:

- a) de Ciência e Tecnologia - SECT - , que será o seu Presidente;
- b) de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA -;
- c) de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD -;
- d) da Saúde - SES -;

II - um representante dos seguintes órgãos e entidades:

- a) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG -;
- b) Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -;
- c) Instituto Estadual de Florestas - IEF -;
- d) Fundação Centro Tecnológico do Estado de Minas Gerais - CETEC -;
- e) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG -;
- f) instituição federal de ensino superior sediada no Estado, com atuação comprovada com OGMs;
- g) unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA -, com sede em Minas Gerais;
- h) Serviço de Proteção ao Consumidor de Minas Gerais - PROCON - MG -;
- i) Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

III - um representante das seguintes entidades da sociedade civil:

- a) organização não governamental, de âmbito estadual, com atuação na área ambiental;
- b) Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -;
- c) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG -;
- d) Associação Mineira de Nutrição.

Parágrafo único - A participação na Comissão é considerada atividade de relevante interesse público e não enseja nenhuma remuneração dos seus membros.

Art. 5º - Compete à CTEBio:

- I - autorizar a inscrição de produto, empresa ou pessoa física no cadastro de OGMs;
- II - colaborar com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - nas matérias de sua competência;
- III - recomendar aos órgãos federais competentes a cassação ou suspensão do registro de OGMs;
- IV - expedir normas técnicas de segurança alimentar, ambiental e de saúde relativas à pesquisa, à produção, à comercialização, ao armazenamento, ao transporte, à manipulação e à liberação, no meio ambiente, de OGMs no Estado de Minas Gerais;
- V - promover e divulgar estudos e pesquisas sobre OGMs.

Art. 6º - Compete aos órgãos e entidades estaduais de defesa agropecuária, da saúde e do meio ambiente:

- I - fiscalizar e monitorar o transporte, a comercialização, a manipulação e a liberação de OGMs no meio ambiente, bem como todas as atividades e projetos relacionados a OGMs;
- II - manter cadastro dos OGMs e das pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades relacionadas a OGMs no Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido nos arts. 2º e 3º desta lei;
- III - acompanhar a realização de pesquisas, experimentos e demonstrações com materiais transgênicos ou derivados destes;
- IV - aplicar as penalidades definidas nesta lei e, cumulativamente, aquelas previstas na Lei Federal nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995;

Art. 7º - Dependem de licenciamento ambiental no órgão estadual competente quaisquer atividades ou projetos que envolvam OGMs no Estado de Minas Gerais.

Art. 8º - A pesquisa, a produção, a comercialização, o armazenamento, o transporte, a manipulação e a liberação, no meio ambiente, de OGMs não cadastrados no órgão estadual próprio constituem infrações administrativas, sujeitas às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas:

I - apreensão de produtos, máquinas e equipamentos;

II - suspensão da atividade;

III - interdição da área;

IV - multa de cinquenta a dez mil Unidades Fiscais de Referência - UFIRs.

Art. 9º - A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG - destinará recursos específicos para projetos e atividades relacionados à pesquisa e à experimentação que envolvam OGM no Estado de Minas Gerais.

Art. 10 - As empresas que já exercem atividades relacionadas com OGMs têm o prazo de cento e oitenta dias, a contar da implantação do cadastro de que trata esta lei, para se adaptarem às suas exigências.

Art. 11 - Esta lei será regulamentada no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Antônio Roberto, relator - Fábio Avelar.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 580/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, o Projeto de Lei nº 580/98 torna obrigatória a instalação, nos ônibus de linhas gerenciadas pelo DER-MG, de instrumento que permita aos passageiros a visualização da velocidade do veículo.

Publicada, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1. Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

Dispõe o projeto que será exigida, nos contratos de delegação de prestação de serviço no transporte rodoviário coletivo intermunicipal, a instalação de equipamento para visualização, pelos passageiros, da velocidade desenvolvida pelo veículo.

Ainda segundo o projeto, o Estado terá o prazo de 90 dias contados da publicação da lei para a alteração dos contratos em vigência, a fim de adequá-los as suas disposições. De igual modo, serão concedidos aos delegatários 180 dias para adaptação dos veículos, constituindo-se infração administrativa, punida com multa de 150 UFIRs, transitar com o veículo em desacordo com as demais especificações da lei.

O serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, nos termos do art. 10, IX, da Carta mineira, é da competência do Estado, cabendo a esse ente federado prestá-lo diretamente ou delegar a sua execução a terceiros, mediante contrato de concessão. Na hipótese de delegação, cabe ao Estado, que mantém a titularidade do serviço, regulamentá-lo de modo que a sua prestação pelos concessionários se dê em estrita conformidade com o interesse público. Seria esse o caso da proposição em exame, cujas exigências tentam buscar o aprimoramento do serviço público de que ora se cogita.

A nosso ver, todavia, a medida ora proposta é inócua, porque os veículos de transporte coletivo já possuem instrumento de limite de velocidade, denominado tacógrafo, que deve ser fiscalizado não só pelas empresas como também pelos órgãos de trânsito. Além do mais, é inconveniente, porque o fato de expor a velocidade do veículo aos passageiros poderia gerar atritos entre eles, se se levarem em conta os interesses e as necessidades de cada um.

Vale ainda salientar que a adoção dessa medida em outros países não serve de argumento para justificar a aprovação do projeto, porque as peculiaridades das estradas e as condições brasileiras são bastante diferenciadas.

Além disso, a instalação de mais um instrumento de controle da velocidade nos veículos coletivos implica em prejuízo para os passageiros, que, certamente, serão onerados pelo repasse do custeio da instalação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 580/99.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Agostinho Patrús, relator - Doutor Viana - Arlen Santiago - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Chico Rafael.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 583/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

Por meio da Mensagem nº 56/99, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que objetiva suprimir incisos e dar nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 1996.

Publicado em 6/10/99, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou.

Cumprido, agora, a esta Comissão o exame do mérito da proposição, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

A proposição tem por escopo alterar a Lei nº 12.278, de 1996, que instituiu contribuição previdenciária para o custeio parcial de aposentadoria de servidores públicos, suprimindo dela a exigência do recolhimento dessa contribuição pelos servidores inativos do Estado de Minas Gerais.

Conforme a exposição de motivos encaminhada juntamente com a mensagem governamental, a proposição objetiva adequar a legislação à política social do Governo estadual relativa à previdência dos servidores públicos do Estado.

Ademais, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal deferiu liminar suspendendo a eficácia das disposições legais que autorizavam o desconto previdenciário sobre o provento do servidor público inativo dos três Poderes da União.

Sabemos que o déficit previdenciário, assim como outros déficits públicos, é um problema grave que os Estados brasileiros estão enfrentando. A medida em exame poderá forçar o Estado a cortar mais despesas, em busca do equilíbrio das contas públicas.

Por outro lado, não consideramos justa a medida que estabelece a cobrança de uma contribuição dos aposentados do setor público, o que certamente trouxe inegáveis prejuízos a eles.

Ressalte-se ainda a questão pertinente ao direito adquirido dos servidores aposentados, cujo princípio consiste no fato de que as relações realizadas sob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma for substituída.

Na esteira desse entendimento, ou seja, buscando a segurança das relações jurídicas, também defendemos que qualquer sistema de seguridade social deve zelar pelo respeito às expectativas de gerações de trabalhadores, já que a segurança tem valor fundamental quando se trata de previdência social.

Finalmente, ressaltamos o parecer exarado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, por meio do qual, oportunamente, foram apresentadas emendas à proposição, as quais, fundamentadas no princípio da isonomia, estenderam aos demais Poderes e ao Ministério Público a medida consubstanciada na proposição em análise e determinaram o ressarcimento das parcelas correspondentes à contribuição recolhida pelos servidores inativos e demais agentes públicos inativos dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

A esse respeito, entendemos que o prazo de 90 dias, estabelecido para o ressarcimento, dificilmente será cumprido, em face das dificuldades financeiras do Estado.

Assim, para que o Governo possa honrar esse compromisso propomos, por meio da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, a fixação de um prazo correspondente ao tempo de contribuição dos inativos.

Ademais, consideramos que o valor das parcelas descontadas, quando ressarcido, deverá ser corrigido, em virtude da desvalorização da moeda, proposta também consubstanciada na referida Subemenda nº 1.

Pelas razões aduzidas, a proposição em pauta é justa, conveniente e oportuna.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 583/99 com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça, a qual apresentamos.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 4

Acrescente-se onde convier:

"Art. .... - As parcelas correspondentes à contribuição previdenciária recolhida pelos servidores públicos inativos e demais agentes públicos inativos dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, a que se referem as normas alteradas nesta lei, lhes serão integralmente devolvidas, corrigidas pelos índices da caderneta de poupança, no prazo correspondente àquele em que ocorreu a contribuição."

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael, relator - Doutor Viana - Agostinho Patrús - Sebastião Navarro Vieira - Sargento Rodrigues.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 627/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, da Deputada Maria Olívia, tem como objetivo alterar o art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 23/10/99, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer quanto aos aspectos da juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

No projeto em análise, pretende-se autorizar o Poder Executivo a reduzir a carga tributária relativa ao ICMS incidente sobre as operações internas com produtos de couro industrializado e seus derivados.

O tributo a que se refere a proposição em apreço, por força do art. 155, II, da Constituição Federal, integra a receita do Estado, competindo a este disciplinar a sua cobrança. Também por força do art. 25 da mesma Carta, de 1988, cabe aos entes federados, como no caso, adotar as leis que melhor atendam aos seus interesses.

No que tange à iniciativa parlamentar para deflagrar o processo legislativo neste caso, ao contrário da Constituição Estadual, de 1967, que limitava a atuação do Deputado em matéria de natureza tributária, a atual não impõe qualquer limitação nesse sentido. Aliás, o art. 61 do texto vigente legitima tal iniciativa.

#### Conclusão

Pelas razões aduzidas, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 627/99.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Maria Tereza Lara, relatora - Irani Barbosa - Antônio Júlio.

#### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 10/11/99, as seguintes comunicações:

Da Deputada Elaine Matozinhos, dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Lairta Maria Roenick Junqueira, ocorrido em 22/10/99, em Conselheiro Lafaiete. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Marcelo Gonçalves, dando ciência à Casa do falecimento de Wandeir Alves dos Santos, ocorrido em 7/11/99, em Divinópolis. (- Ciente. Oficie-se.)

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/10/99

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoal da imprensa, público das galerias, é com grande satisfação que subo a esta tribuna, mais uma vez, para falar que, realmente, está havendo um equívoco por parte da imprensa, quando diz que os Deputados não trabalham. Esse equívoco pode ser demonstrado pela quantidade de serviço que têm tido as comissões, as CPLs, etc.

O fato de votar ou não é muito relativo para o trabalho do Deputado. Penso até que seja a menor questão. Mas vem à tona na imprensa, na primeira página, que Deputado faz greve branca, que não trabalha há três meses. É um grande equívoco.

Vou dar o exemplo da nossa Comissão, a de Direitos Humanos. Recentemente, fizemos uma visita junto com o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Tilden Santiago, a São Gonçalo do Pará, onde se encontrava o famoso lixo tóxico. Hoje faço parte dessa Comissão, presidida pelo Deputado João Leite, juntamente com a Deputada Maria Tereza Lara. E, em visita "in loco", vimos o lixo tóxico ser totalmente retirado e a cidade voltar à sua vida normal, na maior harmonia.

Isso prova que, realmente, os Deputados estão trabalhando, cumprindo a sua obrigação e, principalmente, fiscalizando todo o Estado.

Recentemente, tivemos, em Pedro Leopoldo, a visita do Secretário Geraldo Rezende, que demonstrou seu interesse pelo crescimento de Minas Gerais, fato que trará mais progresso e maior número de empregos. O Secretário visitou todas as indústrias, e esperamos que outras sejam atraídas não só para Pedro Leopoldo como para toda a região do Aeroporto de Confins, de São José da Lapa, Matozinhos, Capim Branco. Enfim, estamos cumprindo o nosso papel.

No jornal "Estado de Minas" estava estampada a preocupação do Secretário da Saúde de Belo Horizonte, Sr. Malagutti, com o atendimento médico. Trata-se de um Secretário altamente capaz. Não pertencço ao seu partido nem tenho procuração para defendê-lo, mas é, com certeza, o Secretário que mais sofre no Estado, porque toda a saúde do Estado está centralizada em Belo Horizonte. Todos os problemas mais graves, ocorridos no Estado, vêm para Belo Horizonte, porque os melhores CTIs, tanto os infantis quanto os de adultos, aqui se encontram. Creio que a proposta do Secretário Armando Costa está no caminho certo. Trata-se da descentralização da saúde, levando os CTIs neonatais e os de adultos para o interior de Minas. Belo Horizonte já não suporta essa centralização, com a agravante de que todos os casos mais sérios da região metropolitana vêm para a Capital. Não existe CTI na região metropolitana nem em regiões mais afastadas aparelhado para o atendimento de partos de alto risco. As notícias de morte de criança por falta de CTI, em Belo Horizonte, se devem ao fato da superlotação, aqui ocorrida, devido à centralização do atendimento médico. Não sou representante nato de Belo Horizonte nem me encontro falando pelo Secretário, apenas alerta a comunidade para a necessidade da descentralização.

Recentemente, o hospital de Sete Lagoas recebeu uma verba para a construção de um CTI, e nenhuma providência foi tomada até agora. Existem muitas omissões, e nós, como Deputados, temos o dever de fiscalizar para saber se a verba foi encaminhada e como está sendo empregada. Estive, ontem, na Secretaria da Saúde, conversando com o Secretário e o Secretário Adjunto, e constatei que está sendo liberado um recurso do SUS, através da Secretaria do Estado, uma verba de R\$315.000,00, para Divinópolis, para a construção de um CTI infantil.

Posto isto, acho que nossa função é verificar se essa verba está sendo aplicada, se a sua finalidade está sendo cumprida, com destino para o CTI infantil de Divinópolis, cidade que possui mais de 250 mil habitantes e onde não há tratamento médico para os pobres. Eram quatro hospitais funcionando pelo SUS, hoje existe apenas um, a Fundação São João de Deus. Hoje, essa fundação tem uma lista de espera de mais de 150 pacientes, para tratamento, internação e cirurgias. A população de Divinópolis, quando precisa de alguma cirurgia, deve-se dirigir a Moema, Estrela do Indaiá, Pedro Leopoldo, e é um absurdo que uma cidade daquele porte não tenha atendimento na área de saúde para os pobres e mais carentes. Em Divinópolis existe saúde, sim, para as pessoas que possuem convênios e para aqueles que têm dinheiro. E assim acontece na maioria dos casos no Brasil, onde a saúde é um caos e continuará sendo. Não vejo perspectiva de melhora, com esse Governo Federal mantendo a saúde como vem fazendo.

Quero agradecer, também, ao Secretário de Planejamento, Manoel Costa, pela agilização da verba de R\$315.000,00, enviada pela Secretaria de Saúde, por intermédio do Secretário Armando Costa. Essa verba deve chegar rapidamente àquela cidade, e vamos acompanhar se será empregada no CTI infantil. Tenho a certeza da consciência do Secretário da Saúde, que está vendo o caos que está acontecendo em Divinópolis. Tenho convicção de que teremos o nosso CTI infantil, de que tanto necessitamos naquela região, para melhorar e descentralizar a saúde de Belo Horizonte.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Tem demonstrado, de fato, sua preocupação com a saúde pública do nosso Estado, principalmente com a região de Divinópolis. Somos testemunha disso não só agora, mas há cinco anos.

Ao cumprimentá-lo, quero passar uma informação que acho interessante. A Comissão de Saúde estava programando, para o ano que vem, um seminário sobre a saúde pública em nosso Estado. Mas três fatos que estão acontecendo nos levaram hoje, na parte da manhã, a repensar a possibilidade de fazer um amplo seminário, a exemplo do que aconteceu recentemente com o setor de educação. Em primeiro lugar, estamos em vias de obter, do Congresso Nacional, a votação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, que vai determinar o financiamento da saúde pública em nosso País. Em segundo lugar, acontecerão em Minas Gerais, no ano que vem, várias reuniões municipais, culminando com ampla reunião em Belo Horizonte, para tratar do mesmo assunto. Com base nisso, optamos por fazer uma reavaliação de nossa estratégia, fazer várias reuniões setoriais, apenas por um motivo: Minas Gerais, por intermédio de emendas de parlamentares federais, terá R\$70.000.000,00, dos quais R\$20.000.000,00 serão destinados para a FUNED, para a produção de medicamentos, e R\$50.000.000,00 serão destinados ao término de obras inacabadas e para dotar as cidades pólos, principalmente, de uma estrutura melhor para o atendimento às pequenas cidades.

Quero convidá-lo, neste momento, a participar desse amplo esforço que será feito pela Comissão de Saúde e pelos médicos desta Casa, para fazer um diagnóstico preciso do que está acontecendo nas várias regiões de Minas Gerais, para que, quando os R\$50.000.000,00, vindos do Governo Federal, chegarem, já tenhamos um projeto elaborado em comum acordo com o Secretário Armando Costa e possamos apresentar esse estudo, terminando de vez com essa dificuldade que estamos enfrentando, com a falta de CTIs, de hospitais e de leitos.

A proposta é de não construir mais hospitais, mas de terminar os que já existem e de equipar os que estão operando com dificuldade. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Essas palavras do nobre Deputado Carlos Pimenta são as mais sábias. Não queremos construir mais hospitais, mas recuperar os que já existem e terminar os que estão sendo construídos. A sua interferência é muito oportuna, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado Marcelo Gonçalves, gostaria de, rapidamente, cumprimentá-lo pelas suas palavras, pelo trabalho que tem feito nesta Casa por mais de um mandato e por tudo que tem representado junto aos diversos municípios. V. Exa. é uma pessoa extremamente querida. Podemos perceber isso quando encontramos com um eleitor de V. Exa., exatamente, por sua transparência e pelo seu trabalho. Gostaria de sublinhar em sua fala o que nos lembrava há pouco. Infelizmente, temos visto, nos últimos dias, uma crítica geral a este Poder, quando, na verdade, essa crítica não condiz com a realidade total e complexa. É evidente que há um assunto que está sendo discutido entre este Poder e o Executivo que, muitas vezes, tem sido um ponto de discórdia entre eles. É importante reafirmarmos os trabalhos dos Deputados. Outro dia, fui à tribuna para elogiar cada um dos 76 companheiros daqui, porque percebo que são responsáveis, nas diversas comissões e em suas bases eleitorais, por muito trabalho. É preciso que defendamos este Poder, especialmente as pessoas que estão aqui diuturnamente trabalhando. Parabéns, ilustre Deputado, pelo seu trabalho.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Gostaria de falar, como participante da Comissão de Direitos Humanos, que essa Comissão está tendo uma imagem de defensora dos ladrões e dos bandidos. Essa não é a imagem que tenho dessa Comissão. Sabemos que, em todos os segmentos, existem os bons e os maus profissionais. Não gostaríamos de criticar as Polícias Militar e Civil, que são excelentes e exemplares, no Estado de Minas Gerais. Elas detêm um papel importante, mas há alguns elementos que merecem ser eliminados da corporação. O Deputado Sargento Rodrigues é um defensor da polícia e tem razão em diversos aspectos. Concordo com ele e dou-lhe razão. Mas a nossa Comissão não defende bandido e assassinos. Tenho certeza de que a Comissão de Direitos Humanos faz um trabalho transparente. Há o abuso de alguns policiais. Recentemente, a filha do Sr. Paulo Rabelo de Souza Lima, uma menina que estuda na PUC, foi agredida literalmente pelo policial Natanael, sem nenhum argumento e respaldo. Isso deixa a imagem da Polícia Militar, que é excelente, manchada. Sou defensor da polícia, mas gostaríamos que esses maus policiais fossem punidos. Existem os maus policiais, como existem os maus médicos e os maus advogados. Gostaria de parabenizar a Polícia Militar e a Civil. Se houver a denúncia e a comprovação, vamos eliminar essas pessoas que não sabem respeitar as leis e o cidadão. De antemão, parabeno a Polícia Militar e a Civil do nosso Estado, que vêm desempenhando um papel excelente.

Não será por um elemento que essa corporação ficará difamada.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, estou apresentando à Casa um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade para as empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações em dar conhecimento explícito e detalhado das ligações que geraram os valores cobrados a título de impulsos excedentes. (- Lê:)

"Art. 1º - As empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações são obrigadas a explicar a origem das ligações que geraram impulsos excedentes nas contas telefônicas.

Parágrafo único - Para cumprimento do disposto neste artigo, a companhia telefônica deverá fazer constar na conta telefônica o número do aparelho que recebeu a ligação, o nome do assinante deste aparelho e o tempo de duração do contato.

Art. 2º - As obrigações impostas por esta norma atingirão tanto as ligações provenientes da telefonia fixa como as originárias da telefonia móvel.

Art. 3º - O descumprimento desta lei sujeita o infrator às penalidades administrativas previstas em regulamento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação: Nos tempos modernos, tanto as empresas quanto os cidadãos buscam obter em suas atividades melhores resultados econômicos, financeiros e práticos. Do lado das empresas, a busca e a disputa por novos clientes fazem com que haja um constante melhoramento e aperfeiçoamento na qualidade de seus serviços. Em contrapartida, o cidadão procura e deseja, cada vez mais, atender às suas necessidades buscando melhores serviços, redução de suas despesas e um controle eficaz e efetivo destes gastos. A nosso ver, as companhias telefônicas estão prestando um desserviço à população, quando se eximem de mostrar efetivamente nas contas telefônicas as ligações geradoras do valor lançado, apenas como "impulsos excedentes". O cidadão é obrigado a acatar aquela despesa e pagar a respectiva conta sem nenhuma comprovação de seu fato gerador.

Achamos que as empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações, ao receberem os valores constantes nas contas telefônicas, têm a obrigação de provar e explicitar a sua origem, não só para o controle do usuário, mas também para justificar o seu bom desempenho dentro do mercado prestador de serviços. À vista do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos pares para a aprovação desta proposição de caráter eminentemente atual e social."

Estou encaminhando, também, um requerimento.

- Lê requerimento em que solicita seja inserido na ata de nossos trabalhos voto de congratulações com o Sr. Wilson Petrillo, ao ensejo de seu agraciamento com o título de Cidadão Honorário da cidade de Mariana. A justificação do requerimento é a seguinte:

"O Sr. Wilson Petrillo é nascido em Palma, Minas Gerais. É filho de imigrantes italianos, residente há mais de 30 anos em Mariana, onde constituiu família e notabilizou-se pelo seu

exemplo de honradez, dignidade, trabalho e altruísmo. Foi Vereador à Câmara Municipal, na época o mais votado da cidade. Ocupou importantes cargos na área esportiva, educacional e cooperativa. Como Presidente da Companhia Nacional dos Educandários, em Mariana, foi o principal responsável por liderar seus companheiros e colaboradores na edificação do monumental prédio que serviu para dar condições físicas à execução do sonho e do projeto educacional do santificado Pe. José Dias de Avelar e, dessa forma, consubstanciar os ideais humanísticos de educação desse virtuoso sacerdote.

Consideramos, pois, justa e oportuna a homenagem prestada ao Sr. Wilson Petrillo, que constituiu uma família de quatro filhos, que também se destacaram em suas áreas de atuação: saúde, educação, direito e segurança pública".

Gostaria ainda de cumprimentar o ex-Deputado desta Casa e jornalista Dirceu Pereira, que se encontra entre nós. Foi um Deputado combativo e é um homem da imprensa, que defende com muito ardor e muita garra o povo de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa, pessoas presentes nas galerias, quero aproveitar a semana do funcionalismo público para tratar de um tema delicado, mas, ao mesmo tempo, oportuno, visto que diz respeito à valorização do servidor público municipal, peça-chave na engrenagem de todos os municípios.

Temos que reconhecer que o setor público, tanto no Estado como nos municípios, vem enfrentando um período particularmente difícil, com a falta de recursos de um lado, e a sobra de problemas de outro. Com isso, o salário dos servidores públicos passa longe das prioridades, agravando cada vez mais o achatamento da categoria, sem nenhuma perspectiva de aumento há vários anos.

Os servidores públicos que trabalham diretamente com a educação vêm sendo compensados com o repasse de recursos do FUNDEF, obrigatoriamente destinados à educação, aí incluídos os salários dos professores. É pouco. Reconhecemos que a classe dos professores merece muito mais. Mas não posso deixar de me referir aqui àquele contingente de servidores responsável pelo andamento de todos os outros serviços públicos. É para essa classe de servidores que vislumbro a possibilidade de se corrigir essa defasagem salarial que vem tomando cada vez mais difícil a sua sobrevivência e a de seus familiares, como ocorre, por exemplo, em Montes Claros, nossa cidade.

Refiro-me ao Fundo de Estabilização Fiscal que, em outras palavras, nada mais é do que a retenção de receita do município pela União. Pelos entendimentos que estamos acompanhando e pela disposição que o Governo Federal vem mostrando de renunciar a essa retenção, extinguindo-a, estou vendo o caminho e a oportunidade da administração municipal de repassar, ao funcionalismo, esse ganho extra, corrigindo-se, dessa forma, a defasagem salarial dos servidores, a qual se encontra achatada pela inflação do período.

É uma chance de se fazer justiça a todos os servidores municipais e de se atender a sua antiga reivindicação, abrindo espaço para a sua valorização como profissional e contribuindo para maior eficácia do serviço oferecido à comunidade. Muito obrigado.

O Deputado Ailton Vilela - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ontem ocupou esta tribuna o Deputado Antônio Carlos Andrada, que fez um protesto sobre a decisão tomada pelo Governo do Estado de retirar as máquinas que vêm prestando relevantes serviços aos municípios, através das associações microrregionais. Nesta oportunidade, queremos também manifestar a nossa tristeza e revolta por essa infeliz decisão tomada pelo Governo do Estado, por intermédio do DER.

Desde 1982, esses convênios vêm sendo renovados sem um mínimo de burocracia, atendendo a esses municípios, que muito têm contribuído para o fortalecimento e para o desenvolvimento do nosso Estado. Portanto, é de suma importância a permanência dessas máquinas nas associações microrregionais. Tudo indica que o Governo está sinalizando para que os Prefeitos venham à Capital do Estado tomar a bênção, tomar um cafezinho, receber uma preleção político-partidária e, talvez, depois, assinar o convênio, o que não é justo. Isso é cercear, tolher o direito de cada cidadão.

Assim, deixamos aqui nosso protesto por essa atitude tomada pelo Governador do Estado, por meio do DER. Minas Gerais já possui em sua estrutura 853 municípios e vários distritos, que estão se solidificando e desenvolvendo, fazer destacar, cada vez mais, o Estado no cenário nacional. Alguns desses municípios ainda engatinham em sua formação político-administrativa, mas já almejam ser um pólo economicamente rico, oferecendo boa qualidade de vida para seus moradores. Se os municípios são fortes, o Estado também é. Por isso, acreditamos que seja obrigação do Governo dar suporte para que os municípios possam crescer e se desenvolver, pois são a base da construção do Estado.

No entanto, não é isso que tem acontecido. Os Prefeitos e demais administradores municipais sempre vêm à nossa presença cobrar liberação de recursos, cobrar melhoria nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, etc. Mas raramente temos conseguido atendê-los. O exemplo mais recente diz respeito a associações microrregionais, como a Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas, as Associações Microrregionais de Pouso Alegre, de Varginha e de outros municípios do Estado, que receberam correspondência do DER, informando-os sobre o recolhimento dos equipamentos cedidos às associações para a prestação de serviços. Por meio de convênio firmado com o DER, o Estado tem cedido às associações microrregionais equipamentos, como tratores de esteira, retroscavadeiras, entre outros, para a recuperação de estradas e demais obras que se fizerem necessárias. Essas máquinas e veículos recebem manutenção, e seus operadores são contratados e pagos pelas próprias associações e Prefeituras.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - Nobre Deputado Ailton Vilela, estou ouvindo tentamente as suas palavras, sempre pautadas pela sabedoria e correção. No entanto, apesar de respeitar seu pronunciamento, quero discordar por completo dessas palavras. Com relação aos Prefeitos e Vereadores, se quiserem vir a Belo Horizonte tomar um café, encontrar-se com Secretários, com o Diretor do DER, tenho a certeza de que o acolhimento será mineiro e muito afável.

Vamos, ponto por ponto, a fim de entendermos essa decisão do DER, que é simples, correta e objetiva.

Senão, vejamos: o senhor fala que vão concentrar todas as máquinas aqui, em Belo Horizonte. Não é verdade. O DER está todo diluído, pulverizado, estendido a diversas localidades e setores do Estado de Minas Gerais.

Outro ponto que podemos ressaltar: as associações microrregionais e o DER. Qual tem estrutura, corpo técnico mais adequado e mais aparelhado para atender aos municípios e para desenvolver esse trabalho, levando as máquinas às regiões mais necessitadas? As associações ou o DER?

Portanto, Sr. Deputado Ailton Vilela, vejo com naturalidade essa decisão tomada pelo DER. Na sua direção se encontram o Dr. Bortoletti e o Vice-Governador Newton Cardoso, que são pessoas empreendedoras, que conhecem muito bem a sua estrutura e não vão, de forma alguma, prejudicar os pequenos municípios. Todos aqui sabem que o Dr. Newton Cardoso é um homem dedicado ao interior, que leva obras ao interior, que realiza e trabalha em parceria com aqueles municípios mais carentes, mais pobres, em situações adversas. Quero, então, repudiar suas declarações. E digo mais: ficando as máquinas no DER, o Sr. Deputado Ailton Vilela e qualquer Deputado aqui terão a oportunidade de exercer de forma mais tranquila e independente o seu primordial trabalho e a prerrogativa de fiscalizar; estando nas associações, essa prerrogativa estará um pouco inibida. Portanto, quero comungar dessa decisão do DER e tenho a certeza de que tem ele feito um pleno atendimento aos pequenos municípios. Podemos buscar o testemunho de diversos parlamentares, tamanho o brilhantismo e acolhimento do DER às nossas pretensões e às dos pequenos municípios. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis (em aparte)\* - Gostaria de me solidarizar com o Deputado Ailton Vilela e discordar frontalmente das palavras do Deputado Dinis Pinheiro. Sabemos, com a nossa experiência de Prefeito, que as associações microrregionais, pelo menos na minha região, fazem trabalho sem politicagem. Recebemos o maquinário da AMOG, a Associação dos Municípios da Microrregião da Baixo-Mogiana, por meio de inscrição prévia, e todos os municípios são beneficiados. Não posso concordar com as palavras do Deputado Dinis Pinheiro, porque, na verdade, a independência está no fato de as associações aplicarem o maquinário. Não considero justo que o DER promova o recolhimento de maquinário de 1981, 1982, 1984, maquinário com 15, 20 anos de uso.

Já tive oportunidade de me manifestar da tribuna e quero discordar, com veemência, hoje, à noite, quando estaremos reunidos com o Diretor-Geral do DER, Dr. Antônio Bortoletti, e alguns Deputados aqui, na Assembléia Legislativa. A mesma veemência com que falamos aqui queremos transmitir a ele, porque não aceito dissimulação. Não concordo com essa política rasteira de promover o recolhimento de maquinário antigo para, depois, fazer política para beneficiar Prefeitos seus companheiros. Isso não faz parte da minha filosofia política. Obrigado.

O Deputado Ailton Vilela - Muito obrigado pela contribuição. É justamente o que falei. Desde 1982 esses convênios estão sendo renovados, sem burocracia. E essas máquinas estão prestando serviço aos municípios por meio dessas associações. Se forem recolhidas, o que vai acontecer é que vão ficar enferrujando no pátio do DER, ou, então, aquilo que disse há pouco: os Prefeitos terão de vir à Capital e tomar as bênçãos do Secretário, se não do Governador, para ter esses convênios renovados, o que não vem acontecendo há tantos anos - eles já têm sido renovados normalmente.

Portanto, não estamos de acordo com a posição do Deputado Dinis, porque essas máquinas estão prestando serviços através de operadores pagos pela Prefeitura. O Estado está contribuindo apenas com o maquinário. Esse maquinário vem prestando esses relevantes serviços a municípios que tanto têm contribuído com o Estado, através de atendimento à Polícia Civil, à Polícia Militar, ao Judiciário e a tantos outros órgãos do Estado. E a recíproca não tem sido verdadeira.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Deputado, rapidamente, queria cumprimentá-lo por sua manifestação. Também tenho recebido denúncias de várias associações microrregionais, de que existe esse esforço por parte do Governo para tomar essas máquinas que tantos serviços têm prestado, sobretudo às regiões mais pobres, aos municípios mais pobres, à população mais pobre de Minas Gerais. É mais um desserviço do Governo Itamar Franco, que tentou tomar as ambulâncias dos municípios mineiros, das associações que prestavam serviços à população pobre. É um desserviço igual ao fim do Psu Móvel. Já denunciei isso nesta Casa, várias vezes. Acabaram com o Psu Móvel, que tanto atendeu à população pobre de Minas Gerais, um projeto de cidadania, que expedia Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento, CPF, etc. Acabaram com o Psu Móvel, venderam as carretas e mais uma vez atacam tudo de bom, grande parte do que foi construído pelo Governo passado. O atual Governo não tem a grandeza, não tem a dignidade de reconhecer a importância do que foi feito no Governo passado na área da saúde, da educação, etc, e vem tentar destruir o que foi construído em defesa dos interesses de Minas Gerais, o que é profundamente lamentável.

O Deputado Ailton Vilela - Por que motivo agora, depois de tantos anos renovando esse convênio, o Estado quer recolher as máquinas, causando prejuízo enorme aos municípios mineiros? O que será feito delas? Ficarão estacionadas nos pátios do DER, tomando sol e chuva, até que se precise delas e se descubra que estão enferrujadas pelo desuso? Como serão feitas as melhorias nas estradas rurais que estão sendo, até o momento, executadas por este maquinário? A administração municipal terá de arcar com tudo? E onde fica a contribuição do Estado?

As associações microrregionais e as Prefeituras não têm caixa suficiente para adquirir equipamentos desse tipo; aliás, não têm nem mesmo recursos para fazer o acerto na demissão dos operadores das máquinas, que, ressaltamos, serão mais desempregados na rua. Além disso, diversas despesas que seriam atribuições do Estado, e até mesmo da União, têm sido assumidas por Prefeituras, com o objetivo de agilizar e maximizar o atendimento às suas necessidades. Podemos citar como exemplo as despesas com manutenção dos veículos das Polícias Civil e Militar e o atendimento ao Judiciário e à Defensoria Pública através de cessão de pessoal e imóveis. Alguns municípios também cobrem obras de recuperação e manutenção de prédios onde funcionam órgãos públicos, como fóruns, escolas e delegacias, entre tantos outros benefícios que seriam de obrigação do Governo. Ressaltamos que até mesmo as obras iniciadas no Governo anterior estão paralisadas, sem previsão de finalização. E onde estão as benfeitorias do atual Governo?

Esta situação é absurda se levarmos em conta que os municípios são o maior gerador de arrecadação de impostos do Estado. Enfim, as administrações regionais são um grande ponto de apoio para o Governo do Estado, pois detectam e conhecem a fundo os principais problemas e sugerem soluções mais viáveis para melhorar a qualidade de vida da população local. No entanto, mesmo diante de sua importância para o desenvolvimento do Estado e, conseqüentemente, do País, os municípios têm sido alvo do descaso do Governo. A recíproca do Estado à confiança e à lealdade dos municípios não tem sido satisfatória.

E, agora, agravando ainda mais a situação, extinguiu-se a Secretaria de Assuntos Municipais, dentro do projeto de reforma administrativa aprovado recentemente nesta Casa. Lamentavelmente, os municípios estarão perdendo mais uma forma de contato estreito com o Governo, mais um caminho para as soluções de seus principais problemas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Srs. Deputados, membros da imprensa, vínhamos caminhando em direção à tribuna, nem mesmo acreditando que, pelo número de oradores inscritos, tivéssemos eu a oportunidade de nos pronunciar.

Vimos para cumprimentar o Deputado Ailton Vilela pela sua maneira inteligente e sintética de colocar para o povo de Minas Gerais, por meio desta tribuna e da TV Assembléia, e dos meios de comunicação em geral, a preocupação, a inquietação por que passam os municípios do interior do Estado de Minas Gerais.

Os municípios organizaram-se numa filosofia de associativismo, instalaram-se em núcleos das regiões microrregionais do Estado de Minas Gerais. Ali se firmou uma estrutura, uma assessoria contábil, com orientação e projetos e, sobretudo, contemplada por governos visionários do passado, com patrulhas motomecanizadas para que pudessem assistir os municípios mais carentes.

O Deputado Antônio Carlos Andrada, alguns outros colegas e eu, tivemos a felicidade de, quando Prefeito de município do interior, ser Presidente de associação microrregional.

Naquela associação, estabelecemos que as máquinas ali existentes prestariam serviços, sim, aos municípios que delas não dispusessem, em primeiro lugar; depois, seria a vez daqueles que tivessem menos quantidade e, por último, daqueles que tivessem maior arrecadação e maior porte geográfico, populacional e econômico.

E assim foi feito. As associações tiveram seus dias áureos, quando o Governo reconhecia que elas poderiam, perfeitamente, sintetizar e representar os órgãos estaduais naquela região do Estado onde estava instalada.

Para nossa surpresa, entretanto um dia desses recebemos em nosso gabinete um fax, vindo do Prefeito de Taparuba, pequena cidade de Minas Gerais, recém-emancipada, localizada mais precisamente na cabeceira do rio Doce, entre as cidades de Ipanema, Mutum e Conceição de Ipanema. Aquele Prefeito, que atualmente preside a associação microrregional, comunicava que acabara de receber ofício recomendando recolhimento das máquinas destinadas ao município por convênio e em comodato, para que viessem para a área de ação do DER-MG.

Perguntamos: num regime plenamente democrático, centralizar para quê? Ou centralizar por quê? Seria para fortalecer este ou aquele órgão do Estado, ou seria para estabelecer critérios político-partidários com bens e patrimônios públicos? Essa a indagação que fazemos agora. Recolher as máquinas para quê? Para fortalecer o departamento estadual? Para fortalecer políticos que têm influência indireta naquele órgão; ou seria para deixar os municípios no período das chuvas sem estrada, sem equipamentos e sem recursos. Esta é a nossa preocupação, e, por isso, queremos cumprimentar o Deputado Ailton Vilela, que não veio a esta tribuna com um discurso apenas para ocupar espaço e tempo, mas dotado de conteúdo profundo, com uma preocupação permanente e com visão no interior das Minas Gerais.

Por essa razão, às vezes, estamos na tribuna, uma vez ou outra sendo interpretados como figuras da Oposição. Às vezes, estamos aqui para contribuir; contribuir para alertar; e alertar para que o Governo possa acertar. Não temos outras intenções, mesmo porque não temos formação radical. Mas temos a consciência cívica de que, enquanto estiver centralizado, o poder não vai chegar aos menos favorecidos.

Estamos preocupados. Aqui estão vários colegas que percorrem o interior das Minas Gerais que sabem que existem municípios em que, se houver um deslizamento de terra, a estrada ficará interrompida. Existe município que não dispõe de meios para deslocar ou remover essa terra.

Por isso, preocupamo-nos, porque, ainda que a atitude do recolhimento fosse correta, foi imprudente e inoportuna. Que se fizesse em outro tempo. Eu, que já fui Prefeito, posso dizer isto. Entre os meses de abril e outubro, existe uma calma nas rodovias municipais, mas, entre outubro e janeiro, há uma verdadeira inquietação. O Deputado Marco Régis, que é ex-Prefeito, tem conhecimento de causa e sabe disso, e também o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Nós, que já passamos pela vida municipal, sabemos perfeitamente que os dias mais aflitivos do poder público municipal estão concentrados no período das chuvas, entre os meses de outubro e fevereiro ou março.

Agora, exatamente nesse período das chuvas, o Governo Estadual, por meio de seus órgãos, pratica mais uma imprudência. Ainda que estivesse amparado em todos os princípios

legais, encontraria o óbice intransponível do princípio do bom-senso ou do senso de oportunidade. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos nos solidarizando com o pronunciamento do Deputado Ailton Vilela, que conhece como poucos a vida dos municípios, que já enfrentam dificuldades financeiras e econômicas.

O Deputado Ivo José (em aparte)\* - Deputado Sebastião Costa, estamos ouvindo atentamente as suas palavras e também as dos Deputados Ailton Vilela, Dinis Pinheiro e Marco Régis. Esse assunto tem trazido preocupação às nossas associações microrregionais. Achamos que é oportuno solicitar do Diretor-Geral do DER-MG que faça um esclarecimento à Assembléia Legislativa para que não pare dúvida quanto aos objetivos do recolhimento ou proposta de recolhimento das máquinas, uma vez que também somos testemunhas de que as máquinas sofrem manutenções periódicas por parte dos Prefeitos que integram as respectivas associações microrregionais e têm realizado um trabalho de grande importância, principalmente porque estão muito próximos da realidade dos municípios, e nem sempre o DER possui essa integração nos municípios.

Gostaria também de contribuir, solicitando mais esclarecimentos, até porque os objetivos ainda não foram devidamente explicados para todos os 77 Deputados desta Assembléia. Pode ser até que haja um objetivo claro, que ainda não foi explicitado. Por isso, gostaria de reivindicar do Dr. Antônio Erdes Bortoletti essa explicação.

Sr. Deputado, não abusando da sua paciência, uma vez que nossa inscrição não vai nos permitir uma intervenção nesta fase de debates, também gostaria de solicitar um espaço para fazer uma homenagem ao trabalhador Fábio Roberto Costa da Silva, de 27 anos, empregado da Camargo Correa, que residia em Ouro Branco, pai de três filhos, que faleceu num acidente, ontem, nas dependências da USIMINAS, justamente meia hora antes da inauguração da linha de laminação a frio número 3. Para esse evento estavam presentes vários Deputados desta Casa e também o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique.

Além de prestarmos uma homenagem ao trabalhador neste momento, aproveitamos o ensejo para dizer que, como sindicalista e Presidente da Comissão do Trabalho, temos recebido muitas denúncias sobre excesso de trabalho, de horas extras, etc. A jornada de trabalho excessiva acaba levando ao desgaste dos empregados. E a USIMINAS, empresa muito eficiente, fez, de 1991 a 1999, uma redução drástica no número de seus trabalhadores. Se, antes da privatização, havia 14 mil trabalhadores, hoje, há apenas 8 mil. Então, os poucos que ficaram e os contratados das empreiteiras, às vezes, são obrigados a trabalhar de forma sobrecarregada.

Embora as condições do acidente ainda estejam sendo apuradas, isso nos preocupa. Gostaríamos de fazer esse registro e lamentar essa fatalidade, dizendo que esse trabalhador pode ter sido vítima dessas circunstâncias que gostaríamos de ver evitadas, contornadas pelos empresários, que, apesar de estarem trazendo benefícios, não podem deixar de olhar o lado dos trabalhadores. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Compartilhamos a sua preocupação, Deputado Ivo José, e de o seu reconhecimento àquele trabalhador, que, coincidentemente, tem o sobrenome igual ao meu e que foi vítima de um acidente lamentável.

Para ter respeito por uma pessoa que morreu no trabalho, independentemente de ser ou não sindicalista, basta que sejamos humanos. Estamos todos consternados, lamentando e esperando que sua família possa ter conforto e que sejam responsabilizados os culpados pelo acidente que ceifou uma vida tão jovem, de um pai de família. Embora não seja nosso conhecido, pelo fato de ter morrido no trabalho, já é digno de respeito e da admiração de todos nós, mineiros e brasileiros.

Queremos, para terminar, dizer que é preciso que o Deputado Ivo José, que mostrou essa predisposição, formalize o seu requerimento, pedindo esclarecimentos ao Diretor-Geral do DER. Contará com o nosso apoio para solicitar informações sobre o que se passou, por que se recolheu, para que se recolheu e quais os critérios que serão adotados para o aproveitamento das máquinas que estavam nas associações microrregionais. É preciso que se esclareça isso. É o que os municípios esperam de nós. Minas Gerais espera um tratamento, por parte do Governo Estadual, semelhante ao que é dado ao resto do Estado. É o que também esperamos. Qual o critério? Como? Quando serão colocadas essas máquinas à disposição dos municípios, e de que maneira? Queremos dizer que, se necessário for, no decorrer desses trabalhos, voltaremos a esta tribuna para maiores esclarecimentos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Álvaro Antônio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltei a esta tribuna para dar explicações relativas a projeto de lei de minha autoria, sobre o qual alguns Deputados ainda não se encontram bem-informados. Trata-se de um projeto de lei que cuida de reconhecer, no Município de Mário Campos, uma das maiores minas do globo terrestre. É uma nascente com a qual se preocupam, desde 1975, os proprietários da área, que deram os primeiros passos para a apresentação de um projeto no Departamento Nacional de Produção Mineral, o que foi feito através do Projeto nº 888.651/55. Naquela oportunidade, os proprietários da jazida reivindicavam do Departamento Nacional de Produção Mineral o direito de pesquisa da água, que, posteriormente, foi analisada, quando constataram tratar-se de água mineral de primeiro teor.

Existe um projeto do ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira, que procura disciplinar, ordenar a declaração de hidromineral de uma determinada localidade. Preocupa-nos o fato de ser o projeto cerceativo, principalmente em se tratando de uma área, verdadeira dádiva de Deus, de uma vazão de mais de 4.860.000 litros de água em 24 horas. Não é simplesmente uma nascente, é um trabalho que vem sendo realizado pelos proprietários, e não é por acaso que este Deputado apresenta, nesta Casa, um projeto reconhecendo tratar-se de uma estância hidromineral o Município de Mário Campos, onde se encontra sediada aquela jazida.

Neste momento, esclareço aos Deputados, e principalmente ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, que lá, hoje, corre-se o risco das invasões, comumente chamadas de "homens da lona preta", tendo em vista que loteamentos já foram implantados naquela região. Tenho a certeza de que, neste ou em dois ou três anos, ali será o teatro de invasões, que jogarão por terra a considerada maior mina do globo terrestre. Portanto, peço a compreensão dos Deputados, pois, quando apresentamos esse projeto nesta Casa, estamos, sim, preocupados em resguardar aquela jazida, para que possa prosperar e trazer riquezas para o Município de Mário Campos, um município recém-criado e desmembrado da Prefeitura de Ibirité, que ainda depende de outros municípios para sua sobrevivência. Temos a certeza de que a aprovação desse projeto trará ganhos para aquele município e também para outros vizinhos, como Sarzedo, Bicas e Ibirité, que era o "município-mãe" de Mário Campos. Temos a certeza de que essa ação trará riquezas para esses municípios.

Reconhecemos a valia do projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, mas, neste momento, é mais importante preservarmos aquelas jazidas e, posteriormente, procuraremos verificar quanto é importante aquela cidade ser colocada como uma das estâncias hidrominerais do Estado. Digo isso porque temos uma lista de itens que beneficiam determinado município considerado estância hidromineral, entre eles a Lei nº 2.661, de 3/2/95, que regulamenta o § 4º do art. 153 da Constituição Federal: "será concedido, pela União, através de convênios a serem firmados com os Estados e municípios interessados, para os seguintes fins: I - elaboração para cada uma das estâncias de um plano diretor de melhoramentos que compreenderá:

- a) planta cadastral;
- b) fixação da área de proteção das fontes minerais;
- c) rede de abastecimento d'água;
- d) rede de esgotos sanitários e pluviais;
- e) estudo completo do problema de energia elétrica;
- f) plano de urbanismo;
- g) plano rodoviário de acesso aos sítios de passeios;

II - realização de estudo de águas minerais de aplicação medicinal e execução das obras de captação e adução das mesmas". Nesse aspecto, não sei se a água é de aplicação

medicinal. Mas, indo à frente, ainda temos uma série de vantagens daqueles municípios que são considerados hidrominerais. V. Exas. sabem e percebem que uma das maiores preocupações da ONU é simplesmente preservar as águas do planeta, pois entende que, nos próximos anos, o grande problema do globo terrestre será a água potável.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Deputado Álvaro Antônio, estou ouvindo atentamente seu pronunciamento e sua preocupação. Quero parabenizá-lo pelo seu projeto e pela sua preocupação, que não é só sua, mas sim mundial. A maior preocupação do globo terrestre, sem dúvida, é a falta de água.

Estudos têm comprovado que, daqui a 25 ou 30 anos - o que não está tão longe -, em cada três habitantes, dois enfrentarão falta de água. Isso é apenas para se ter uma idéia da dimensão do problema que preocupa o mundo. Esse projeto de V. Exa. trata da preservação de uma jazida tão importante, que é talvez a maior do globo terrestre. O senhor está de parabéns. Tenho certeza de que todos aqui têm essa preocupação, não apenas nós, Deputados, mas o mundo todo. Com certeza, esta Casa será sensível em apoiá-lo nesse projeto.

O Deputado Álvaro Antônio\* - Agradeço o aparte do Deputado Marcelo Gonçalves e apelo para os Deputados e para o autor do outro projeto. O nosso projeto não interfere no projeto do ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira. Espero contar com a colaboração dos Deputados.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Álvaro Antônio. Gostaria de, rapidamente, dizer do meu apoio a esse projeto. Tivemos a oportunidade de conhecer a fonte e tudo que a envolve. A natureza, na verdade, beneficiou muito Mário Campos. A riqueza mineral de Mário Campos é estupenda. V. Exa., em um bom momento, apresenta à Casa esse projeto. Não há dúvida de que receberá o nosso apoio. Muito obrigado e parabéns, Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Álvaro Antônio\* - Agradeço o aparte do Deputado João Leite, que é um Deputado sobejamente votado naquela região; se não me engano, é o majoritário no Município de Mário Campos. Ele conhece perfeitamente as condições daquela jazida. Tenho certeza de que será um daqueles Deputados que farão força para tornar Mário Campos uma estância hidromineral, para que possa receber o alento e os recursos do Governo Federal. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com um minuto e meio, mal dá tempo para cumprimentar a todos os Deputados presentes, mas é tempo suficiente, Sr. Presidente, para, mais uma vez, desta tribuna, dizer ao povo de Minas Gerais que, ontem, a decisão do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ou seja, da Suprema Corte do nosso Estado, deixou-me, pessoalmente, de alma lavada. O Tribunal de Justiça, pela maioria dos votos dos Desembargadores que deliberaram sobre a matéria, decidiu e reconheceu que o instituto estabelecido pelo Governo passado, na negociação da venda dos 33% das ações ordinárias da CEMIG, chamado de Acordo de Acionistas, é legal. Nele, não há nenhuma ilegalidade, nenhuma imoralidade e nenhuma indecência, e esse Acordo não prejudica o Estado, nem a CEMIG e nem o povo de Minas Gerais. Essa decisão é uma decisão histórica daquele Tribunal. Ainda que retirando dos sócios minoritários o poder de veto, há um reconhecimento que tem um simbolismo muito mais importante, que é o reconhecimento da validade e legitimidade do Acordo de Acionistas.

Termino lembrando que o poder de veto dos sócios minoritários nunca foi exercido efetivamente. Havia um clima de entendimento, de companheirismo e de trabalho para o desenvolvimento de Minas e da CEMIG. Portanto, por ter participado dessa discussão, exaustivamente, na CPI da CEMIG e em todos os fóruns para os quais fui convocado, sinto-me gratificado com o reconhecimento da Corte mais alta da justiça mineira, que reconheceu a tese que defendemos, de que o instituto do Acordo dos Acionistas é legal, é legítimo, decente e honrado. E foi isso o que foi feito pelo Governo passado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\*- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, nem que solicita, nos termos do art. 306 do Regimento Interno, seja convocado, para prestar esclarecimentos perante o Plenário desta Casa, o Sr. Antônio Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG, sobre a recente decisão do órgão de retirar das associações microrregionais máquinas rodoviárias legalmente a elas cedidas por governos anteriores.

Gostaria de firmar esse encaminhamento favorável por entender que o Diretor-Geral do DER-MG deve trazer a esta Casa as razões que levaram o Governo do Estado a retirar máquinas tão importantes para a manutenção das estradas e o atendimento de diversos municípios. Com elas, as associações microrregionais podem manter as estradas que ligam os municípios, especialmente nesta época do ano, em que as chuvas são mais frequentes, tornando o tráfego muito difícil. Além de ligar os municípios, essas estradas são responsáveis pelo escoamento da produção leiteira e agropecuária. Os Deputados foram surpreendidos com esse fato.

Além da manifestação do Deputado Antônio Carlos Andrada, tivemos a oportunidade de acompanhar a de outros Deputados, inclusive a do Deputado Ailton Vilela, que ocupou esta tribuna, demonstrando, com muita competência, a importância dessas máquinas para os municípios e suas associações microrregionais. Vários Deputados tiveram a oportunidade de se manifestar contrários a essa decisão do Governo do Estado, por meio do DER. Por isso, o requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada é muito importante, pois dá oportunidade ao Governo do Estado, representado pelo Diretor-Geral do DER-MG, para explicar as razões que levaram esse órgão a retirar tais máquinas das associações microrregionais. Podemos, inclusive, imaginar o que acontecerá com elas, pois sabemos que servem especialmente para o serviço de manutenção das estradas dos municípios que não são ligados por asfalto. Eles precisam sempre das máquinas para o conserto das estradas que os ligam aos distritos, onde, muitas vezes, ficam as fazendas produtivas. Portanto, as associações microrregionais precisam, praticamente, todas as semanas, do auxílio dessas máquinas, já que não contam com ligação asfáltica.

Não precisam de manutenção constante, como dependem as estradas de terra, as encascalhadas, que dependem da patrol e de outras máquinas, a fim de que possa haver não só escoamento dos produtos oriundos das fazendas, mas também ligação de uma cidade a outra. Tal ligação pode ser muito importante, porque, às vezes, em outra cidade, está a assistência médica. Assim, o atendimento de uma pessoa enferma depende das condições da estrada, cuja manutenção é feita por essas máquinas.

Por isso, encaminhamos favoravelmente, reconhecendo o papel dos Deputados como representantes dos Prefeitos e das populações que tanto utilizam tais estradas, dependendo, portanto, de suas boas condições. Para tanto, é necessário que essas máquinas façam a manutenção. Portanto, quero reconhecer esse papel importante dos Deputados e das Deputadas, que pretendem trazer a esta Casa um representante do Poder Executivo para explicar-nos qual é a motivação do Governo do Estado em retirar essas máquinas, que são tão importantes para as populações dessas cidades. O Estado de Minas Gerais tem 853 municípios. Mais de 500 municípios têm menos de 5 mil habitantes e dependem do atendimento dessas máquinas. Acreditamos que o Governo do Estado deve ter uma explicação coerente, uma razão muito forte, que sustente essa decisão de retirar tais máquinas, especialmente num momento tão delicado para as populações, ou seja, num período de chuva intensa, em que as estradas ficam intransitáveis. É justamente nessa época do ano que as máquinas são mais necessárias. Sabemos que, às vezes, servem até para rebocar caminhões, que ficam retidos por causa dos buracos, da lama. São utilizadas, muitas vezes, para socorrer a produção que fica encahalhada nas estradas.

Esperamos que o Governo do Estado e o DER tenham uma explicação, mas uma explicação que realmente possa fortalecer uma decisão desse nível. Tal decisão, segundo constatamos pela fala de vários Deputados, desagradou às suas bases. Imediatamente, houve uma reação por parte dos Prefeitos, dos Presidentes das associações, dos produtores - que dependem das boas condições das estradas, dependem das máquinas -, enfim, da população de Minas Gerais. Foi uma reação totalmente contrária a essa decisão, que, parece-me - e tive a oportunidade de perceber por meio da fala de alguns Deputados -, não foi tratada com as associações, pois não houve encaminhamento prévio, discussão prévia. Portanto, tal decisão não foi discutida, ou seja, retiraram-se as máquinas dessas associações num momento delicado para a população da zona rural, e não se fala mais nisso.

Imagino que o Governo não contava com a reação dos Deputados e das Deputadas que ocuparam a tribuna da Assembléia, que ocuparam os microfones em aparte ao Deputado Ailton Vilela, a fim de dizer que não concordam com tal decisão. Assim, quero encaminhar favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado Antônio Carlos Andrada, para que venha a esta Casa um representante do Governo do Estado dizer por que foram retiradas essas máquinas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a esta tribuna para encaminhar o seguinte requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada. (- Lê requerimento, em que solicita seja convocado para prestar esclarecimentos o Diretor-Geral do DER-MG, sobre a recente decisão daquele órgão de retirar das associações microrregionais máquinas rodoviárias legalmente cedidas por Governos anteriores.)

Nesse requerimento, fica definida a marca, a fisionomia do Governador no âmbito do DER, um grande cabo eleitoral. De qualquer forma, é um setor muito útil a Minas Gerais, mas não dessa forma, solicitando a retirada das máquinas imediatamente.

Na minha região, fui procurado por dois Presidentes, um da Associação Microrregional do Noroeste de Minas - AMINOR -, e outro da Associação Microrregional do Alto Paranaíba - ANAPAR -, bem como por alguns Prefeitos, lamentando essa decisão vertical, em que o DER retira esse maquinário das associações microrregionais. E faz isso num momento inoportuno. Se tivesse havido, pelo menos, aviso prévio ... mas não, é de maneira vertical.

Os Prefeitos dos pequenos municípios têm uma escala de trabalho para essas máquinas, com a finalidade de executar seus projetos, microprojetos ou projetos maiores. E o instrumento principal, em tese, são as patrôlas mecânicas. E esse instrumento é retirado no início da chuva, no fim da seca. A maioria desses municípios não tem asfalto nem na estrada principal nem nas vicinais. Essa estrada principal de que falo é aquela entre os pequenos municípios, e as vicinais são as que dão acesso às pequenas e médias propriedades.

O mapa de Minas está virando uma anarquia. Não existe harmonia no que tange ao sistema viário dos pequenos municípios, e, mesmo nas cidades, esse maquinário faz falta. Conheço vários Prefeitos que, inclusive com dinheiro de subvenção social, têm comprado patrôla mecânica. Vejam a importância da subvenção social, feita com lisura, através do Poder Legislativo. Mas agora tem de ser feita através de um demonstrativo que se estão negando a nos fornecer. Não há patrôla mecânica, e tem município que se vale somente dessa patrôla da microrregional, porque não tem nem trator. Não é trator de esteira, um simples trator de pneu.

Havemos de convir que muitos municípios foram emancipados de forma febril e não tinham estrutura, embora haja nisso a participação desta Casa.

Isso é muito polêmico porque todos gostam de ter liberdade, de caminhar com suas próprias pernas. Existem municípios que não têm um mínimo de infra-estrutura, não têm asfalto, não têm sistema de tratamento de água. Esse trabalho de infra-estrutura é realizado pela patrôla mecânica. Em uma hora infeliz, o Governador ordenou ao DER que retirasse essas patrôlas mecânicas dos municípios. Então, só temos que lamentar essa atitude e encaminhar favoravelmente à atitude do Deputado Antônio Carlos Andrada, homem que conhece o mapa e as necessidades de Minas Gerais, e, em boa hora, solicita, por esse requerimento, a presença da pessoa responsável, o Dr. Antônio Bortoletti, que, temos certeza, virá a esta Casa fazer explanação do ponto de vista técnico. Talvez não possa justificar politicamente, mas, de qualquer forma, somos fiscais da administração do Executivo. Vamos ouvir suas ponderações, seus esclarecimentos, suas colocações.

A Casa do povo é a via final das reclamações. Mais uma vez, vemos o Poder Legislativo cumprindo seu trabalho, sua missão de averiguar a vida de Minas Gerais no dia-a-dia, dando-lhe encaminhamento. Essa é a nossa função de Deputados Estaduais. A Oposição faz questão de trabalhar de forma transparente, cobrando a presença do ilustre Diretor-Geral do DER. Com isso, vamos nos inteirar da verdade, do motivo pelo qual se retiraram as máquinas e quais as providências que serão tomadas em substituição a esse expediente determinado pelo Diretor-Geral do DER. É dessa forma que este Poder trabalha: de forma transparente e responsável. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ailton Vilela - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos uso desta tribuna para dar o nosso apoio ao requerimento do ilustre Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando ao Diretor-Geral do DER-MG que compareça nesta Assembléia para dar esclarecimentos referentes a essa decisão de retirar as máquinas das associações microrregionais. Essas máquinas, como já dissemos, vêm prestando relevantes serviços aos municípios de Minas Gerais. Hoje o Estado possui 853 municípios, e todos eles dependem do auxílio dessas máquinas. São motoniveladoras, tratores de esteira, camionetes, que vêm contribuindo para o desenvolvimento desses municípios. Portanto, não é justo que se tome uma medida impensada, recolhendo sem aviso prévio essas máquinas, que estão dando sua contribuição principalmente para o pessoal da zona rural.

Essas máquinas têm por finalidade atender às estradas vicinais, que prestam serviços, principalmente, aos pequenos produtores, que vêm dando sua contribuição para o município, o Estado e o País.

Estamos, portanto, de acordo em que o requerimento seja bem acolhido e tenhamos nesta Casa o Diretor do DER para dar-nos explicações precisas do recolhimento imediato de tantas máquinas.

Acreditamos que todas as associações estão sendo beneficiadas com essas máquinas. Devemos ter, em todo o Estado, mais de 200 máquinas, entre motoniveladoras, tratores, caminhões e caminhonetes. Essas máquinas serão recolhidas aos depósitos regionais do DER não só de Belo Horizonte, como também do interior, e ficarão expostas ao tempo, à chuva, ao sereno, sem prestar esses serviços de que tanto necessitamos.

Se não for assim, o que o DER busca com o recolhimento delas? Não temos investimentos em estradas nem em outras atividades, para que elas sejam recolhidas. Que serviço essas máquinas estarão prestando com esse recolhimento pelo DER se o Estado alega que não tem recursos para fazer investimentos nem estão sendo iniciadas obras? Por que, então, recolher essas máquinas, que estão dando contribuição aos municípios e, principalmente, aos pequenos produtores?

Portanto, deixamos nosso apelo a todos os companheiros para que sejam sensíveis ao nosso posicionamento e tenhamos uma solução satisfatória para todos os municípios, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento do Estado.

É, justamente, nos municípios que há uma participação ativa para a grandiosidade de um Estado. Nós, que fomos Prefeito da cidade de Três Corações, somos conhecedores das dificuldades por que os municípios passam. Três Corações, por exemplo, tem 2.700km de estradas rurais, e, com seus próprios recursos, é impossível atender a todas essas estradas. Então, é por meio desse sistema de cooperativa, de associações microrregionais, com as máquinas do DER, que os Prefeitos terão condições de dar atenção aos municípios, atendendo-os, melhorando-os, encasalhando-os, enfim, fazendo aquilo que é possível para eles.

Esperamos que o Governo, através do DER, reveja a sua posição, chamando os Prefeitos para as cidades, ou, melhor ainda, como sempre aconteceu, desde 1982, que o DER encaminhe para o município convênio para que os Prefeitos assinem e devolvam sem burocracia ou mais delongas, atendendo às necessidades das Prefeituras. É isso que esperamos que o DER faça - encaminhar às associações microrregionais convênio para que seja renovado, deixando esse maquinário nos municípios. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Deputados, Deputadas, jornalistas; assomamos a esta tribuna para encaminhar esse requerimento, que consideramos da maior relevância. Mas, antes de proceder ao encaminhamento, é oportuno que se registre uma informação que recebemos há poucos instantes, de um dos políticos mais respeitados pela sua história, um lutador pela democracia, o ex-Deputado Arnaldo Penna. A informação é a de que a Associação Microrregional do Alto Paraopeba, com sede em Conselheiro Lafaiete, também teve os equipamentos recolhidos. Queremos dizer que está recolhendo das cidades pequenas e médias, e, daqui a pouco, não saberemos qual será a destinação desses equipamentos nem os critérios.

Congratulamo-nos com o Deputado Ailton Vilela pela sua maneira de encaminhar, pela forma objetiva de se expressar e pela maneira eficiente e convincente de encaminhar documentos e requerimentos dessa natureza. Queremos também homenagear de público o autor do requerimento, Deputado zeloso, homem público respeitado, com experiência em associativismo municipal, foi Presidente de uma das associações, o Deputado Antônio Carlos Andrada, que, com muita presença de espírito - diria com muita sutileza -, está propiciando, através desse requerimento, oportunidade para que o Governo do Estado, através do DER, possa explicar o porquê do recolhimento das máquinas. Essas retroscavadeiras, esses tratores agrícolas prestam pequenos serviços para produtores rurais na área daqueles municípios.

Vamos repetir: estamos encaminhando favoravelmente a esse requerimento e podemos adiantar que, ainda que o Governo tenha aliados dispostos a fazer galpões para abrigar as máquinas que vêm do interior, para não ficarem expostas ao sol e à chuva, o senso de oportunidade lhe falta quando recolhe máquinas exatamente no início do período chuvoso. Já administramos um município com 630km de estradas vicinais, e, como sabemos, Minas Gerais tem uma característica especial: é, na sua maior parte, montanhosa, portanto está mais sujeita a deslizamento de terra, o que traz transtornos e bloqueia as rodovias vicinais; o produtor de leite tem que transportá-lo do seu pequeno sítio à cooperativa ou ao laticínio.

Sabemos que é no tempo das chuvas que os pais ficam preocupados com o transporte escolar, porque sabem perfeitamente que, com as estradas montanhosas, aumenta a incidência de deslizamento de terra, impedindo, às vezes, a passagem.

Esse período que se aproxima do final do ano é o de maior incidência de enchentes. Por isso, de público, podemos dizer que o Deputado Antônio Carlos não está fazendo oposição por oposição, mas fornecendo ao Governo a oportunidade de vir a este parlamento dizer por que recolheu as máquinas.

Temos certeza de que, nesse Governo, deve haver pessoas inteligentes, que sabem que o associativismo municipal surgiu de uma idéia de europeus, da cooperação entre os mais fortes e os mais fracos. Poderíamos dizer que, se tivesse vindo dos Estados Unidos, talvez fosse repellido pela cultura de Minas Gerais. Mas a idéia do associativismo não veio dos Estados Unidos, e sim da Europa, para que os pequenos municípios pudessem ser assistidos, pudessem compartilhar seus sofrimentos e suas dificuldades com os de maior porte em sua microrregião.

Quando o Diretor-Geral do DER aqui estiver, irá esclarecer - é isso que o Deputado Antônio Carlos está requerendo - por que recolheu as máquinas exatamente quando se inicia o período em que mais delas necessitam os municípios.

Por essa razão, encaminhamos favoravelmente ao requerimento. Também queremos contar o que aconteceu em outra associação microrregional, em Conselheiro Lafaiete, notícia essa encaminhada a este orador pelo Deputado Arnaldo Penna, a quem agradecemos. Podemos dizer a ele e a todos os mineiros que a nossa preocupação continua.

Infeliz do governo que centraliza todo o poder. Infeliz de quem quer ter sob seu comando todas as decisões. É necessário que, para ser bem-sucedido, o governo acredite em alguém. Não querem que um Prefeito de outra corrente política presida uma associação microrregional: que, na eleição seguinte, elejam um aliado, mas respeitem a autonomia das associações microrregionais.

Essa não é uma idéia político-partidária de quatro anos. Presidimos a associação em 1986, e lá já existiam máquinas, cedidas em comodato na administração que nos antecedeu. E foram colocadas à disposição de acordo com o seguinte critério: primeiramente, seriam atendidos aqueles que tinham menos ou nada.

Portanto, é esse o apelo que - temos certeza - o Deputado Antônio Carlos Andrada quer fazer ao Diretor-Geral do DER-MG, por meio desse requerimento: que, pelo menos durante o período das chuvas, as máquinas permaneçam no interior, onde deveriam para sempre ficar; que estejam mais próximas das barreiras, dos barrancos, das quedas de pontes e dos empecilhos das estradas; e que não venham para as cidades asfaltadas, porque, nelas, a sua utilidade é menor.

Defendemos, sim, o crescimento das grandes cidades. Reconhecemos, sim, a sua importância. Mas não podemos negar que tirar das associações microrregionais os seus equipamentos seja, no mínimo, um ato de imprudência, quando se avizinha o tempo chuvoso.

Temos certeza de que a vinda do Diretor-Geral vai esclarecer todas essas dúvidas. Se não esclarecer, que possa vir mais vezes, mas que a Assembléia Legislativa tenha condições de dar uma satisfação convincente àqueles que estão no interior esperando por uma solução.

Parabéns, Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo seu requerimento. Daremos o nosso apoio integral à sua aprovação, para que Minas Gerais como um todo seja esclarecida sobre mais essa ação governamental.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Lagoa da Prata ensinou-me, graças a Deus, a respeitar os outros. Respeitar principalmente os limites da ação de cada pessoa, de cada entidade e de cada órgão. A todos, então, que fogem aos ensinamentos de minha terra natal considero inoportunos. Pior, considero impróprios para serem apresentados aos outros. Faço essas considerações iniciais para justificar meu espanto e minha indignação quanto ao veto apostado pelo Sr. Governador Itamar Franco à emenda dos Deputados Sebastião Navarro Vieira...

Desculpem-me. Não me encontrava no Plenário, e sim, em Comissão, acompanhando projeto de minha autoria. Por isso achei que o encaminhamento fosse em relação ao veto, Sr. Presidente. Não me encontrava a par do seu teor.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna para encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que pede a convocação do Diretor-Geral do DER-MG para que apresente as explicações que deve não apenas a esta Casa, mas ao povo de Minas Gerais quanto às razões que o levaram a, numa atitude intempestiva, desrespeitosa, determinar e proceder ao recolhimento dos equipamentos cedidos pelo Governo do Estado, através de convênios, às associações microrregionais, equipamentos esses que têm prestado os mais importantes serviços à população mineira. Na verdade, o alcance desta nossa manifestação e do requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada é muito maior, pois representa mais que pura e simplesmente cobrar mais esse crime que está sendo cometido contra os interesses da população mineira. Representa um gesto de protesto, uma palavra de basta a essa política de terra arrasada que tem sido praticada por esse Governo medíocre, que tanto mal tem feito a Minas Gerais.

Tenho a certeza de que o Diretor-Geral do DER-MG não fez isso por decisão própria, mas seguindo orientação superior, que veio do Governador Itamar Franco. Muitos governantes, ao longo da história, têm sido conhecidos por seus predicados. Temos Pedro, o Grande, e o Governador Itamar Franco ficará conhecido na história de Minas e do Brasil como Itamar, o pequeno; Itamar, o minúsculo; Itamar, o medíocre; Itamar, aquele que não tem grandeza nem para dar prosseguimento, nem para reconhecer iniciativas importantes ou para dar continuidade administrativa, respeitando não o Governo passado, pois não dependemos do seu respeito e a história fará o julgamento do Governo Eduardo Azeredo, mas respeitando os interesses da população, a população pobre e miserável. O Governador Itamar Franco, nestes dez meses em que está à frente do Governo, nada mais fez senão destruir, senão tentar, sistematicamente, destruir o que foi construído a duras penas, com dificuldade e sacrifício, pelos Governos passados, não só pelo último. Esse é mais um exemplo.

Temos o exemplo de que todos nos lembramos: a tentativa de recolhimento das ambulâncias que foram distribuídas aos municípios mineiros, às associações de bairros e às associações comunitárias, as quais tantos serviços têm prestado à população. Dezenas dessas ambulâncias foram distribuídas, a partir de critérios e indicações dos Deputados desta Casa. Se necessário for, tenho a relação de quantas ambulâncias cada um dos Deputados da legislatura passada pôde distribuir. E não há demérito nisso, isso não é uma denúncia, é um reconhecimento de que os Deputados, atentos e sensíveis aos interesses dos seus municípios e das comunidades que representam, tiveram esse gesto de transferir essas ambulâncias para os municípios e associações. O atual Governo tentou cortar esse atendimento à população, que salva a vida da população pobre.

Depois disso, soubemos que o PSIU Móvel - que também chegava a qualquer recanto deste Estado onde existisse uma estrada, mesmo que de terra, com suas seis carretas; que, envolvendo tecnologia de última geração, levava cidadania aos pobres do nosso Estado, porque era capaz de, em menos de 6 minutos, expedir cédula de identidade, carteira de trabalho, certidão de nascimento, CPF e tantos outros documentos, para atender não à classe média ou à população rica do nosso Estado, porque esta tem recursos, não precisa disso, mas aos recantos mais longínquos do nosso Estado e à população mais miserável - foi destruído pelo Governador Itamar Franco. Foi esmagado e destruído num gesto de ódio, pois esse é o sentimento que domina o atual Governo. Faço, mais uma vez, nesta tribuna, esta denúncia e desafio qualquer Deputado, de qualquer partido, a negar o que estou falando. O PSIU Móvel foi destruído, desmontado e desmantelado pela atual administração, e as carretas já foram vendidas.

Esse serviço auxiliou muito a população pobre de Minas Gerais! Hoje, não se sabe mais qual o atendimento que a Lei Robin Hood tem dado aos municípios pobres. É um projeto verdadeiramente social-democrata, para que a parte de Minas mais rica favoreça e ajude as regiões mais pobres do Estado. Esse é mais um exemplo dessa política de terra arrasada e de desrespeito aos pobres, aos Prefeitos e às associações microrregionais. Eu, como, provavelmente, todos os Deputados, recebi essa carta, que é de apenas uma das 37 associações microrregionais do Estado, porque todas foram vítimas dessa violência. Recebi essa correspondência da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí, com sede em Pouso Alegre, assinada pelo seu Presidente, Antônio Rodrigues da Silva, em que faz essa denúncia, dizendo do recolhimento, ordenado através do Ofício nº 1.120/99, desses equipamentos, pelo DER-MG. Faz um relato, dizendo que desde 1982 - isso representa vários governos mineiros, de várias tendências e de vários partidos - esses convênios vêm sendo renovados, sem discussão de partidos ou outra que não fosse o atendimento efetivo das populações pobres do nosso Estado. Só na Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí, foram recolhidos: uma caminhonete, duas retroscavadeiras, três motoniveladoras e um trator de esteira. Foram sete equipamentos recolhidos nessa região. Calculamos que, no Estado todo, foram recolhidos entre 150 a 200 equipamentos, que são tão importantes nesse período, para garantir que as estradas do nosso Estado permaneçam transitáveis, para o escoamento da produção do campo e para o livre trânsito das pessoas pelas regiões. Muitas vezes, uma estrada impedida representa a morte de um paciente que necessita de um atendimento de emergência. No entanto, a covardia de um Governador, que é movido pelo ódio, que tem nome e sobrenome, que se chama Itamar Franco, permite que se recolha esses equipamentos e que as nossas estradas, em um período de chuva, fiquem intransitáveis, impedindo o salvamento de vidas e o transporte de mercadorias. Isso precisa ser denunciado. Cumprimento ao Deputado Antônio Carlos Andrada pela sua iniciativa. Temos de ouvir o Sr. Diretor-Geral do DER, para que dê explicações à população sobre as razões que o levaram a praticar essa covardia contra o povo.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está havendo confusão por parte da Oposição com relação a essa iniciativa do DER. Todos sabem perfeitamente que o DER foi totalmente sucateado nos últimos governos. Sabem da importância e do papel que o DER sempre teve nos governos que antecederam o atual. Sabem do prestígio, da importância vital, da presença permanente que o DER sempre teve em Minas.

Hoje, com a iniciativa de alcance do Governo do Estado e do Diretor-Geral, Dr. Antônio Bortoletti, estão tentando recuperar o prestígio do nosso DER, mesmo com essas máquinas em uso, nesses últimos 8 anos. Por que o recolhimento? É para voltar um DER forte, com a visão que sempre teve em nossa história e, não, como muitos falaram, de forma afrontosa e pecaminosa perante a opinião pública. Não podemos admitir que tal inverdade possa persistir sem que alguém levante a voz da nossa própria história.

Não é esse o Governo nem o DER desenhado por alguns dos mais nobres que, aqui, me antecederam; não é esse o Governo que tem ódio em seu coração. Esse Governo está tentando recuperar o prestígio e o patrimônio de Minas. Ele não é um Governo mediocre, como foi aqui falado, e nunca será um Governo entreguista, como aconteceu com a nossa CEMIG. Não podemos permitir que essas colocações absurdas ecoem com a sombra da verdade, porque não podemos nunca nos calar.

Entendo que a Oposição é mais do que indispensável, desde que suas atitudes e investidas sejam sadias, voltadas para a verdade, para a seriedade, para que possa ser responsável, em nosso Estado e Governo. Não podemos deixar que denigrem a imagem de um órgão que merece o nosso respeito.

Não estou querendo, com isso, enfraquecer o requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada. Acho importante a vinda, aqui, do Dr. Antônio Bortoletti, para que possa expressar o sentimento dos parlamentares que se preocupam com as associações microrregionais. Elas sempre mereceram o meu respeito. Mas não podemos nos esquecer das mais diversas residências do DER em toda a região do Estado, que estão sem fazer nada, com um quadro técnico da mais alta capacidade e competência. Então, temos que arrumar uma alternativa para as associações microrregionais, a fim de que possam, também, alavancar suas mais diversas iniciativas. Não podemos deixar que o DER e suas respectivas residências continuem na inércia. Não desejamos isso.

Tenho certeza de que a contribuição do DER, com seus equipamentos restaurados, vai atender a todos os municípios e a Minas, direta e indiretamente.

O DER jamais deixará, como jamais deixou, de assistir a nenhum município deste Estado, por menor que seja. Essa iniciativa do Diretor-Geral do DER merece o nosso respeito. Não é esse o caminho por que se deve fazer essa oposição cega, cheia de ódio, tentando denegrir uma ação que, na verdade, representa um benefício, um resgate, para centenas de municípios do Estado. Portanto, quero parabenizar a iniciativa de todos que pensam em ter um DER fortalecido, que possa recuperar a sua dignidade e seu papel importante que sempre teve na política e prosperidade de Minas Gerais.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é importante a Emenda à Constituição nº 39, que anulou as punições disciplinares e reintegrou o pessoal excluído da PMMG, em decorrência da participação da chamada "greve dos militares", em 1997. O único caso ainda não solucionado, relativo àquele episódio, é o da família do Cabo Valério, a vítima fatal, justamente o caso mais grave de todos. Precisamos dar urgência à solução.

Sabemos que a viúva, desde 1997, vem passando por dificuldades financeiras, atravessando momentos difíceis. E, honra seja feita: temos de divulgar aqui o apoio que vem recebendo do Deputado Sargento Rodrigues e dos militares que a todo momento procuram ajudá-la. Não é uma forma ainda concreta, mas, pelo menos, faz com que sofra menos. É por isso que estamos pedindo que essa pauta seja colocada em votação, e aprovada, por questões até humanitárias. Uma senhora com filhos, cujo marido perdeu a vida em 1997, defendendo, evidentemente, a PMMG, quando um tiro o atingiu. Não entendo, ainda, porque o Estado não se responsabilizou, pagando o que é de direito, que seria a pensão a essa senhora que pagou um custo muito alto por estar seu marido defendendo a PMMG. Não vejo nenhuma dificuldade em que aprovemos essa matéria de maneira definitiva, para que ela possa receber, retroativamente, todo aquele dinheiro a que tem direito, para sustentar os seus filhos e, naturalmente, poder caminhar com as próprias pernas.

Digo aos senhores, aproveitando a oportunidade, que não tenho absolutamente nada a ganhar, a não ser a parte humanitária, porque todos já sabem - não é novidade - que a minha vontade é, com a graça de Deus ser candidato a Prefeito de Juiz de Fora no ano que vem. Essa senhora tem título de Belo Horizonte, não votará em Juiz de Fora, portanto, não há nenhum interesse eleitoral nesse caso da esposa do Cabo Valério; estou atento sim, à questão humanitária, para que possamos fazer justiça também àquele que foi a vítima maior da greve - ou da reivindicação, como queiram colocar -, em 1997.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer aos Srs. Deputados que, ao ler a Tribuna de Minas no dia de hoje, vi que vem noticiando fala do Dr. Marcelo Siqueira dizendo que o Deputado Alberto Bejani está querendo criar em Juiz de Fora um "bunker", isto é uma trincheira, contra o Governador Itamar Franco para as eleições do próximo ano. Essas afirmações não são verdadeiras. Em momento algum este Deputado pensou em acirrar qualquer tipo de briga ou mesmo de campanha eleitoral com o Sr. Governador. Até entendo que o Sr. Marcelo Siqueira esteja preocupado, porque na pesquisa realizada em Juiz de Fora, em que ele consta como candidato a Prefeito, está apenas com 2%, enquanto estamos com 31%. Isso não quer dizer nada. É um momento, apenas. Até conselho o Dr. Marcelo Siqueira que não conte com o Dr. Itamar Franco como cabo eleitoral.

Acredito que a população de Minas votou no Dr. Itamar Franco para ser o Governador de Minas, não cabo eleitoral. Para quem tem 2% na pesquisa, cabo eleitoral é pouco. O Dr. Marcelo Siqueira teria que arrumar de coronel a general eleitoral para garantir sua eleição na nossa cidade. Digo também ao Dr. Marcelo Siqueira que não estou preocupado em polarizar com ele, nas eleições do próximo ano, porque eu mesmo já tive a oportunidade de ganhar dele por duas vezes. Vou discutir política com quem tem mais de 15%, não com quem tem apenas 2%. Dizem os mais entendidos, para nós que somos principiantes, que temos que discutir com quem tem votos; quem não tem voto devemos apenas ouvir, e não discutir. Dr. Marcelo Siqueira, pode ficar tranquilo, porque não vou criar nenhuma polêmica com o senhor. Apenas o conselho, porque ainda há tempo, e talvez o senhor tenha a chance de ser um bom Vereador na cidade de Juiz de Fora. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados que integram a Mesa, Srs. Deputados presentes no Plenário, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, estamos novamente querendo, de início, fazer um esclarecimento: não estamos num processo de obstrução, estamos num processo de encaminhamento de um requerimento que o Deputado Alberto Bejani apresentou nesta Casa hoje, o qual visa tão-somente corrigir uma distorção na legislação atual. É público e notório que a viúva do Cabo Valério não tem hoje o tratamento que deveria ter por parte da Polícia Militar. Não acreditamos que haja discriminação, mas, na verdade, se por falta de amparo legal, se por falta de iniciativa, uma coisa é certa: ela vem sendo injustiçada. É essa injustiça que o Deputado Alberto Bejani quer corrigir. O requerimento é do seguinte teor, dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa:

- Lê requerimento em que se solicita a inversão da pauta da reunião, de modo que seja debatido, em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 197/99, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo Valério dos Santos Oliveira, cuja justificação é a seguinte.

"A Emenda à Constituição nº 39 anulou as punições disciplinares e reintegrou à PMMG o pessoal excluído em decorrência da participação na chamada greve dos militares, em 1997. O único caso relacionado ao episódio, e que não foi solucionado, é o da família do Cabo Valério, a vítima fatal, justamente o mais grave de todos. Precisamos dar urgência a essa solução."

Inverter a pauta não é obstrução. É uma proposta nova que vem contribuir para que assunto relevante para o momento seja apreciado em primeiro lugar. É com esse espírito que o Deputado Alberto Bejani apresenta este requerimento, que tem o nosso integral apoio.

Vale ressaltar, também, que, quando se propôs essa inversão, havia o objetivo de se permitir uma discussão deste projeto quanto antes possível, para que se possa definir de vez o que se pretende fazer para corrigir essa injustiça praticada contra familiares, dependentes e até menores, filhos do Cabo Valério. Essa é a preocupação que temos hoje.

Queremos lembrar que não estamos fugindo do tema. Estamos apenas enfatizando-o, dando base para o que estamos argumentando. De certa feita, alguém participava de um julgamento em um de nossos tribunais. Lá, surgiu o conflito de competência. A quem compete julgar a ação, pelo valor dos bens contidos na petição e na contestação? Começou o conflito de competência, e alguém, de forma iluminada, usou a seguinte argumentação: "Não importa o valor pecuniário; o que estipularia o valor da causa para o autor ou para o réu é exatamente o seu sentimento ligado àquele fato". E citou, por exemplo, uma pequena herança que alguém recebe de um ente querido. E diria que a importância deste requerimento, para a viúva e para seus dependentes, para a própria PMMG, independe do valor que venha a ser arbitrado.

O importante é que este reconhecimento representa, simbolicamente, uma forma de suprir a ausência daquele que teve a sua vida ceifada, ainda com grande capacidade de trabalho.

Portanto, queremos lembrar que a importância do requerimento está além do seu conteúdo. Está atrás do que está expresso nas letras, está no espírito que norteou o seu autor, de procurar, quanto antes possível, corrigir a injustiça que vem sendo praticada com quem não deu causa a nenhum movimento.

Queremos parabenizar o Deputado Alberto Bejani, de quem se espera sempre atos dessa natureza, quer por sua origem humilde, quer por sua trajetória ou, sobretudo, pela sensibilidade que tem.

E lembramos que, acima do que está escrito neste requerimento, está o espírito que norteia a intenção, e o espírito é mais relevante do que aquele que busca, de forma eficiente, sem trauma, sem violência, corrigir uma injustiça e suprir, ainda que simbolicamente, a ausência de quem a própria fatalidade tirou de entre aqueles que com ele conviviam.

Queremos dizer que o Deputado está de parabéns; a sua iniciativa é louvável, e a Assembléia Legislativa, mais uma vez, está corrigindo uma injustiça que vem sendo praticada.

Para concluir, lembramos uma vez mais, que o objetivo, a intenção - e aquela além do que está escrito - é de suprir, ainda que simbolicamente, já que no todo não é possível, a ausência de quem morreu no trabalho, tentando fazer o que podia pela instituição a que pertencia.

Lembramos, mais uma vez, que não estamos obstruindo, estamos esclarecendo a opinião pública de Minas Gerais, da mesma maneira que acreditamos que havia necessidade de se examinar, caso a caso, quando se fez a anistia.

Queremos, desta maneira, permitir que Minas Gerais possa corrigir, aqui, no parlamento, uma injustiça que vem sendo cometida com pessoas que eram dependentes do policial falecido. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, que me concede vir a esta tribuna no seu lugar. Quero parabenizar o Deputado Alberto Bejani quanto ao Projeto de Lei nº 197/99, em que propõe a pensão especial. Gostaria de deixar claro aos Deputados da Casa que tive oportunidade de trabalhar com o Cabo Valério, combatendo o crime na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Posso afirmar, não porque estamos vivendo essa situação de um pedido comovente, que era um policial exemplar e que faleceu aos 36 anos, muito jovem, deixando dois filhos com menos de 10 anos de idade cada um.

Pelos bons serviços prestados pelo Cabo Valério, gostaria de solicitar o empenho principalmente da base do Governo para que refletisse sobre o assunto. O que está sendo pleiteado não é nada imoral ou injusto. Pelo contrário, é uma justiça muito grande que está sendo proposta. A viúva do Cabo Valério, D. Carmen, necessita dessa pensão especial. Na verdade, essa pensão a que se refere o projeto não tem nada de especial, porque a pensão que recebe um Cabo hoje não é grande coisa. Mesmo porque ainda há vários descontos, porque não está mais na ativa.

Gostaria de relembrar aos pares da Casa que o movimento - e faço uma correção na fala do Deputado Alberto Bejani, o levante de 1997, o manifesto de indignação, não a greve - já foi amplamente debatido na Casa. Chegamos à conclusão de que o melhor foi feito, ou seja, a anistia dos PMs, quando a Casa pôde debater exaustivamente. Dentro dessa linha, até mesmo este Deputado foi anistiado pela Emenda à Constituição nº 39, de 2/6/99. O Cabo Valério, que participava do movimento, também foi anistiado.

Se olharmos a lei ao pé da letra, certamente o Cabo Valério também deve ser amparado. Como morreu, a sua esposa é a pessoa que deve receber essa pensão. Temos certeza de que, o projeto sendo aprovado, muito contribuirá para o sustento da esposa do Cabo Valério e seus dois filhos. Tenho certeza, ainda, de que os Deputados estarão fazendo justiça, porque realmente se tratava de um pai de família exemplar, um excelente policial e que muito contribuiu para a segurança do Estado.

Faço um apelo aos Deputados para que votemos e aprovemos esse projeto. Digo mais ainda, Deputado Alberto Bejani, parablenizo-o pela iniciativa de ter apresentado o projeto, mas este Deputado iria apresentá-lo. Logo após a eleição do Governador Itamar Franco, estive duas vezes com S. Exa. e pude explicitar a minha preocupação, porque sabia que D. Carmen, esposa do Cabo Valério, estava ansiosa para poder fazer jus a um benefício justo. Assim, gostaria de chamar a atenção principalmente do Líder do Governo e dos Deputados da base do Governo, pois, por duas vezes, o Governador afirmou para este Deputado que olharia com muito carinho o caso da pensão do Cabo Valério. E que, se fosse justo, determinaria seu pagamento. Para que a base do Governo não venha a rejeitar o projeto votando contra, quero lembrar que este Deputado esteve duas vezes com o Governador Itamar Franco.

O Governador Itamar Franco não quer ver esse projeto rejeitado, porque é uma pessoa sensível - já o demonstrou para todos nós -, em quem confio e em cujo governo acredito.

Então, gostaria de relembrar aos Deputados, principalmente aos da base do Governo: se existe alguma diretriz para votar contra o projeto, estou declarando que, logo após a sua eleição, antes mesmo de tomar posse, o Governador disse que faria tudo para que fosse concedida essa pensão especial.

O momento é agora, é uma questão de justiça, de direito, porque ficou viúva, e os militares foram anistiados. Todos já retornaram, estão trabalhando, e ela necessita desse dinheiro para alimentar seus filhos, para criar e com dignidade, sustentar, sua família.

O projeto é muito bom, e, se formos considerar, está atrasado, porque já era para ter sido aprovado junto com a emenda à Constituição, e, então, já teríamos reparado o erro há mais tempo. Mesmo assim, acredito que ainda é tempo e que devemos aprovar o projeto do Deputado Alberto Bejani.

Já ocorreram algumas divergências neste Plenário, Deputado Alberto Bejani, mas, quanto ao que achamos ser moral, ético, justo, estaremos dando apoio não só a V. Exa., mas também a qualquer outro Deputado desta Casa. E tenho certeza de que a base do Governo, liderada pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, vendo que o projeto é moral, justo, certamente votará a seu favor.

Por isso, Sr. Presidente, peço aos demais pares desta Casa que aprovemos o projeto da forma como está sendo proposto. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos, primeiramente, ler o requerimento.

- Lê requerimento do Deputado Alberto Bejani em que solicita inversão da pauta da reunião, de modo que seja debatido, em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 197/99, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo PM Valério dos Santos Oliveira. A justificação é a que se segue: "A Emenda à Constituição nº 39 anulou as punições disciplinares e reintegrou o pessoal excluído da PMMG, em decorrência da participação na chamada "greve dos militares". O único caso ainda não solucionado, relacionado com aquele episódio, é o da família do Cabo Valério, a vítima fatal, justamente o mais grave de todos. Precisamos dar urgência à sua solução".

Gostariamos de encaminhar favoravelmente, mas também de fazer alguma reflexão sobre o conteúdo desse requerimento. Congratulamo-nos com a iniciativa do Deputado Alberto Bejani, que, em boa hora, encaminhou esse requerimento ao Exmo. Sr. Presidente da Casa, pedindo a inversão da pauta e a agilização do processo de votação, para que essa família não fique sem a proteção a que tem direito, que possa receber os devidos cuidados de acordo com a proposta, de acordo com as leis do Estado.

Esse projeto concede pensão especial aos dependentes do Cabo Valério, que, naquela oportunidade, foi vítima de uma verdadeira rebelião da Polícia, que se justificava até certo ponto, devido aos parcos salários com que conviviam. Certamente partiu de uma iniciativa da tropa, alegando disparidade no atendimento no que tange aos vencimentos dos oficiais e da tropa.

Achamos que essa iniciativa virá, mesmo que tardiamente, aliviar a situação da família do Cabo Valério, que deveria ser a primeira beneficiada, em virtude das circunstâncias trágicas, em que morreu esse policial, que, agindo de forma heróica veio a falecer. Devemos nos solidarizar com os que se encontram injustiçados pela lei e atender os mais carentes. A família do Cabo Valério foi esquecida, enquanto os que estão vivos já foram atendidos nas suas reivindicações.

De acordo com essa fundamentação, encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Alberto Bejani, com quem me congratulo pelo alto espírito de solidariedade demonstrado nesta oportunidade. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de inversão de pauta, colocando em votação um projeto que sensibiliza a todos nós, já que houve uma vítima fatal. Em homenagem e em respeito a esse projeto, por sua importância, em meu nome e no de meus companheiros, não mais encaminharemos, para agilizar o processo.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, retornamos à tribuna para nos posicionarmos com relação ao veto do Sr. Governador, que incide sobre um artigo que obrigava o Governo a ser transparente com relação à subvenção social. Temos ouvido, através dos veículos de comunicação, a posição do Sr. Governador, contrária à subvenção. Ele tem dito que é contra, mas o curioso é que, no orçamento que encaminhou a esta Casa, constam R\$135.000.000,00 em subvenção para o Poder Executivo.

Não entendemos a posição do Sr. Governador. Ele não quer que a Assembléia Legislativa tenha subvenção, mas entende que o Poder Executivo pode ter. E mais: quer que o Poder Executivo tenha subvenção e que não seja obrigado a ser transparente ou a dizer como irá usar essa subvenção. Curiosa essa atitude do Sr. Governador. Isso faz com que nos sintamos na obrigação de trazer isso ao público, para que a comunidade mineira tenha conhecimento dessa incoerência, dessa incongruência, dessa maneira confusa como se coloca o Governo do Estado em relação à questão da subvenção.

No início da minha fala - na sessão da manhã, que teve de ser interrompida para continuar agora -, antes de tratar do aspecto específico da subvenção, procurei fazer um breve comentário, uma breve introdução sobre o papel do Estado, para demonstrar como se insere a subvenção e qual é a sua importância dentro da atuação do Estado. Relembrando rapidamente o que havia dito, citava Rousseau, um iluminista importante do século retrasado, que levantou a tese do contrato social. Ele dizia que o homem nascia livre e que tinha toda liberdade, mas era uma liberdade que não era garantida, era a lei do mais forte, o estado natural, e era preciso que a sociedade se reunisse e formulasse um contrato, que seriam os princípios, as normas éticas de conduta dessa sociedade, a fim de que pudesse viver dentro de um clima de liberdade, mas uma liberdade garantida, porque os instrumentos desse contrato iriam garantir essa liberdade. O cidadão perderia a liberdade natural, ampla e irrestrita, para ganhar uma liberdade mais restrita, mas garantida pelo Estado. E isso prevaleceu. Hoje, todo Estado tem sua Constituição, que faz, por assim dizer, o papel desse grande contrato social, que regulamenta e organiza a sociedade. Na Constituição estão os princípios básicos que fazem com que o mais fraco tenha os mesmos direitos do mais forte, iguala todos, e o Estado age para fazer valer esse contrato. E como age o Estado?

Aí surge um outro pensador, Montesquieu, que idealizou a divisão dos Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para comandarem o Estado, no exercício e na garantia desse contrato social. Então, hoje, o Estado é administrado pelos agentes políticos representantes do povo, que são eleitos para, dentro da divisão dos Poderes, representar os interesses da sociedade e garantir a harmonia desse contrato social. Assim, temos o Poder Executivo, cuja missão é administrar o Estado. Existe o Legislativo, a Assembléia Legislativa, à qual cabe o papel de formular as leis, autorizar ações e fiscalizar o Executivo; e também o Poder Judiciário, com competência para interpretar as leis e julgar conflitos sociais e entre os Poderes. Temos, então, os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Quando falamos em governo, quando falamos em Estado, não estamos falando em Poder Executivo, mas dos Poderes do Estado. Quem governa a sociedade é o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, são os três Poderes. Cabe ao Poder Executivo o trabalho de arrecadar o dinheiro público e levantar os fundos necessários para custear a ação do Estado e suas políticas de desenvolvimento. Então, o dinheiro arrecadado pelo Poder Executivo é do Estado, não é do Governador, não é dinheiro do Poder Executivo, mas é dinheiro do Estado como um todo. Quando o Governador repassa aquilo que foi votado no orçamento para o Legislativo e para o Judiciário, ele não está fazendo favor nenhum, pois o dinheiro não é do Executivo, ele é apenas um órgão arrecadador, o Poder que arrecada, ele apenas recebe um dinheiro que não é dele, mas sim dos Poderes.

Então, quando o Governador diz que não repassará o dinheiro para a Assembléia, além de não estar cumprindo a Constituição, vem desrespeitando a harmonia e a independência dos Poderes. Está agredindo o princípio básico de harmonia e independência entre os Poderes e retendo uma verba que não é do Executivo. E o Executivo não é melhor que o Legislativo e que o Judiciário, para dizer o que acontecerá e o que não acontecerá. É preciso que fique claro que todos os Poderes são iguais. Quando a Assembléia, em seu orçamento, prevê as subvenções, não cabe ao Governador dizer que dará ou que não dará. Isso é competência da Assembléia, e ele é obrigado a repassar a verba. Gostaria de alertar a Presidência da Casa e as Lideranças para a necessidade de fazer valer o texto da lei e as prerrogativas do Poder Legislativo, porque não podemos ficar submissos à vontade do Executivo. Isso é ditadura. Não vivemos em uma ditadura, mas em uma democracia, no império da lei e da Constituição, que têm de ser respeitadas, principalmente pelos mandatários e pelos detentores de poder. Não estamos vendo isso, e a prova é o que está acontecendo. O Governador diz que não dará as subvenções para a Assembléia e que é contra, sem ter poder para agir assim. Garante a sua subvenção, que é de R\$135.000.000,00, e ainda vota um artigo que o obriga a ser transparente. Estamos assistindo a isso. A sociedade mineira precisa ter conhecimento disso. É preciso levar essa situação ao público. A desinformação é tamanha que gostaria de trazer um assunto muito interessante. Recebi uma carta, e penso que todos os Deputados também receberam, de representantes de conselhos municipais de assistência social. Parece que há uma campanha organizada, através do Conselho Estadual de Assistência Social, que está acionando os conselhos municipais para mandarem cartas aos Deputados, dizendo que são contra a subvenção social e que apóiam a iniciativa do Governador. Vejam bem o grau de desinformação. A carta assinada por Marta Maria da Silva, do Conselho Estadual de Assistência Social, diz o seguinte: "Fórum Mineiro de Articulação da Política Pública e da Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social e Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social. Vimos reafirmar a assistência social como política pública, que tem, nos conselhos, fundo e planos, seus instrumentos básicos de gestão democrática, com controle social. Manifestamos, veementemente, o nosso repúdio à forma como são repassados os recursos às entidades sociais, via Legislativo". E, em seguida, diz: "Nesse sentido, apoiamos o Governador de Minas por não ter repassado os recursos da subvenção social, tendo o entendimento da referida política pública de assistência social, uma vez que ele, quando Presidente da República, sancionou a Lei de Organização de Assistência Social". Quanta desinformação e quanta confusão! Vejam bem, quando, no início, defende que a assistência social, como política pública, tem nos conselhos, fundos e planos seu instrumento básico de gestão democrática, gostaria de apontar o primeiro senão. Democrática é esta Casa, que é composta de homens e mulheres eleitos pelo povo, em eleição livre e democrática. Nesses conselhos, não há ninguém eleito pelo povo. Somos muito mais democráticos do que esses conselhos. Esses conselhos existem porque nós, representantes do povo, votamos leis que os regulamentam, para que possam existir. O nosso mandato vem do povo, não vem de lei alguma. Vem do povo, da base, ou seja, da população. Essa conversa de democracia é conversa mole, porque a democracia está aqui, no Poder Legislativo. Este Poder representa o povo, efetivamente. Em seguida: "Manifestamos veementemente o nosso repúdio à forma como são repassados os recursos às entidades sociais, por via do Legislativo". Que forma é essa? Levanta-se a suspeita, mas não sustenta-se o que se fala. Joga-se no ventilador uma chuva de denúncias e impropérios, mas não se explica, efetivamente, que forma é essa, que afirma ser errada. A forma deles é certa? Qual é a forma deles? Em seguida, dizem: "apoiamos o Governador de Minas por não ter repassado os recursos da subvenção social".

Ora, eles apóiam uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade, porque a subvenção está prevista no orçamento, e o Governador tem a obrigação de repassar esses recursos. Ao mesmo tempo, omitem-se, quando não criticam a subvenção do Poder Executivo, de R\$135.000.000,00. Vejam bem que o Governador nem dá bola para esse Conselho porque, dos R\$135.000.000,00 de subvenção que constam no orçamento para o Poder Executivo, destinou apenas R\$2.000.000,00 ao Conselho, tamanha a sua credibilidade e importância.

Então, quero dizer que somos contra essa malfadada campanha e que não concordamos com os termos dessa carta. É uma carta fraca, sem argumentos e equivocada. E mais, se o Conselho Estadual de Assistência Social, ao qual em princípio caberia a missão de gerenciar todas as missões do Estado, está tão desinformado, desestruturado e despreparado assim, concordo com a atitude do Sr. Governador, de destinar-lhe apenas R\$2.000.000,00, porque o desperdício deve ser enorme, tamanha é a incompetência desse pessoal.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada. Gostaria de manifestar a importância de suas palavras e dos esclarecimentos que traz a este Plenário e a toda comunidade mineira. Gostaria também de dizer que existe uma desinformação acentuada quanto à aplicação desses recursos. Quero também fazer um "mea culpa", juntamente com toda a Assembléia Legislativa, porque nunca vi a nossa TV Assembléia nem os nossos meios de comunicação mostrarem a aplicação desses recursos. E eles foram aplicados em muita coisa importante e interessante, seja nas comunidades rurais ou nas urbanas, em todas as áreas: da educação, da saúde, no atendimento ao deficiente, ao idoso, à criança e em veículos para a Polícia Militar ou para o Corpo de Bombeiros. Enfim, esses recursos foram aplicados para diversas finalidades, absolutamente necessárias.

Portanto, faço uma crítica a nós mesmos, parlamentares. Outro dia, ouvi uma pessoa falar aqui - não sei se foi o Deputado Dimas Rodrigues - que esta Casa devia se defender, por meio de seus veículos de comunicação, de aberrações dessa natureza, que partem de pessoas que não estão bem informadas sobre esse processo e que só olham o lado da sua conveniência e, muitas vezes, o lado negativo. Onde existe 100% de acertos? Existem erros nesse processo? Existem. Existem erros em qualquer organismo governamental ou privado? Existem. Mas eles sacam apenas os defeitos do projeto, e as suas qualidades não foram mostradas por esta Casa.

Vemos que o PT combate muito as subvenções. É uma linha ideológica desse partido não querer subvenção. Mas já discuti o assunto com o Deputado Adelmo Carneiro Leão em Uberaba e mostrei a ele, item por item, onde aplicamos esses recursos. Tenho a impressão de que aquela platéia, que não nos era muito favorável naquele momento, ficou convencida de que o que foi aplicado, sobretudo em Uberaba, onde aconteceu essa discussão, ficou convencida de que eles foram absolutamente importantes para aquela comunidade.

Portanto, manifesto minha alegria em ouvir as suas palavras e sobretudo essa crítica à má informação que existe em torno do assunto. Nós só estamos "levando tinta" - na expressão vulgar da palavra -, sem nos defender. Fica então parecendo que nesta Casa todo mundo age de má-fé. Assim, deixo esta sugestão. Parece-me que esse assunto está chegando ao

final, mas acho que pelo menos o que foi aplicado durante todos esses anos deveria ser divulgado pela TV Assembleia, juntamente com os outros órgãos de comunicação, resgatando, para defesa desta Casa, todas as ações importantes que a subvenção social fez em benefício da comunidade mineira. A Casa deve isso aos Deputados e deve também uma satisfação à comunidade mineira, até para sua própria informação. Não digo que ela deveria fazer isso como uma defesa, mas como uma obrigação de mostrar o que faz. E esta Casa fez muito com os recursos da subvenção social. Ficam aqui o meu pedido e os meus parabéns pela sua colocação.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a contribuição de V. Exa., que vem enriquecer o debate e trazer subsídios novos para a discussão.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - Gostaria, Deputado Antônio Carlos Andrada, de fazer uma colocação muito importante. Não se trata de discutirmos o posicionamento partidário na questão. Não aceito que se coloque em dúvida a idoneidade do Governador, que é homem honrado e honesto, como também o fato de, como parlamentar desta Casa, ser tratado dessa forma, assim como meus colegas. Subentende-se que subvenção social, para a Assembleia Legislativa, é sinônimo de corrupção. Colocam-se os Deputados sob suspeita. É inadmissível que, como Poder Legislativo, possamos viver sob essas suspeitas por causa de algo que temos condições morais de fazer, uma vez que chegamos até aqui. Tivemos que submeter nosso nome à apreciação do Poder Judiciário para sermos candidatos, e, de repente, somos colocados sob suspeita, devido à manipulação das opiniões por pessoas que, na verdade, não sabem o valor que tem a Assembleia Legislativa, nem a seriedade que têm os Deputados, tanto de Oposição quanto de Situação.

Ouvi o Governador dizer que cabe à Assembleia derrubar o veto e que ele a respeitará. A nossa Casa precisa dar um grito de liberdade e independência. Quem é contra a subvenção ou quem dela não vai fazer uso precisa, pelo menos, afirmar que a Assembleia é digna, e tem voz ativa e seus Deputados têm condições de administrar a subvenção e estão vivos e prontos a manifestar suas posições. Estou me manifestando como parlamentar, e meu Líder deu-me permissão para tal. Essa é uma posição da Casa, e não simplesmente partidária. E a Casa, hoje, está sendo colocada em xeque. Os Deputados que acreditam não ter condições de administrar a subvenção social, a não ser que seja um caso filosófico, doutrinário e partidário, como o do PT, devem, pelo menos, dizer em alta voz que somos um Poder digno e independente.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o aparte de V. Exa. Concordo, em grande parte, com suas colocações, justamente aquelas referentes às prerrogativas do Poder Legislativo. O Poder Executivo não é melhor do que o Legislativo no uso, manuseio e indicação de verbas; pelo contrário, temos muito mais conhecimento de causa - já que lidamos com o povo e dele viemos - do que os tecnocratas do Governo, que decidem para onde o dinheiro vai, sem conhecer a realidade do local e sem conversar com o povo, para ouvir aquele que realmente reivindica e precisa. Temos muito mais sensibilidade que os tecnocratas, que mandam e imperam no Governo e que, na verdade, irão distribuir grande parte desses R\$135.000.000,00 que estão em poder do Executivo, através das subvenções.

Aqui, estamos movidos pelo sentimento político. Se existem falhas, vamos corrigi-las. Se há denúncias a respeito de desvios de subvenções, vamos punir os responsáveis. Entretanto, não vamos mudar o princípio. Se o Executivo acha que pode ter subvenção, o Legislativo também o acha. A subvenção do Executivo tem um montante de R\$135.000.000,00, enquanto a subvenção do Legislativo giraria em torno de R\$30.000.000,00.

É muito pouco, diante do que o Estado está fazendo. O Estado poderia ter R\$105.000.000,00 de subvenção e a Assembleia R\$30.000.000,00. Qual seria o problema? Esses R\$30.000.000,00, por tratar-se de uma quantia menor, são mais fáceis de serem fiscalizados. É preciso ficar muito claro - principalmente para as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia - que a subvenção não é esse bicho de sete cabeças. Subvenção é um recurso que fica à disposição do próprio Governo ou da Assembleia, no caso, para programas momentâneos, circunstanciais e específicos. Existem as verbas de custeio que mantêm o funcionamento do Estado. Existem verbas que estão prontas para atender a programas, obras e projetos já estipulados e previstos no orçamento. Mas existem verbas que ficam soltas, que não estão gravadas e que serão destinadas a entidades, que podem ser as Prefeituras, ajudando-as a fazer obras, entidades filantrópicas, associações, entidades sem fins lucrativos, que fazem assistência social, como creches e orfanatos, enfim, diversas entidades que cumprem esse papel, que, na verdade, caberá ao Estado, mas este, na sua ineficiência, muitas vezes na sua incompetência, não consegue realizar. E porque o Estado não realiza, outros o fazem em seu nome. Portanto, o Estado deve colaborar com essas entidades, que fazem, muitas vezes, as vezes do Estado. Isso é que se chama subvenção. Quando se fala em subvenção do Legislativo, não é o Deputado que recebe a verba e a distribui. Não é isso. O Deputado tem o direito de indicar, seguindo diversos critérios previstos em lei, determinadas entidades que receberão determinada verba. Essa entidade, uma vez indicada - por exemplo, uma creche que receberá R\$10.000,00 para a reforma do telhado -, terá de comparecer à Assembleia, preencher vários requisitos, apresentar vasta documentação, provar que existe, apresentar projeto, plano de trabalho, abrir conta especial no Banco. Após receber e aplicar a verba, é preciso prestar contas. Se alguém desviar dinheiro, existe a polícia, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, enfim, existem os mecanismos de controle.

No entanto, faz-se toda uma onda, como se possíveis desvios ou erros só acontecessem aqui. E as subvenções que o Poder Executivo distribui? No ano que vem serão R\$135.000.000,00. Será que lá não ocorrerão desvios? Será que lá não haverá erros, falhas? É somente o Legislativo que erra? É só o Legislativo que não pode errar? Não é possível. Esse debate está mal colocado, está invertido, porque, na verdade, querem sacrificar o Poder Legislativo, tentando desmoralizá-lo, a fim de que não tenha, na plenitude, as suas prerrogativas. Ainda vou mais longe: quando o Poder Executivo aperta, briga e, às vezes, descumpra as leis e o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, está por trás uma jogada muito maior, porque interessa ao Poder Executivo, pelo menos no atual Governo, que o Legislativo seja fraco, porque, sendo fraco, não incomodará o Executivo; fraco, não questiona; fraco, não tem independência para um confronto com o Executivo. O que deseja o Executivo? Que toda subvenção esteja nas mãos do governante. Por quê? Porque o Deputado, para conseguir uma obra no interior, para atender a uma creche ou a um orfanato, não tem condições de fazê-lo por si só. Tem de se dirigir ao Palácio, aguardar, conversar com os detentores do Poder e pedir. Em resposta, estará sujeito a ouvir: "Quero o seu voto a favor do meu Governo, na Assembleia, senão a verba não sai". Essa é a verdade. Querem amarrar a independência do Poder. Se a verba da subvenção dos Deputados viesse para cá, os Deputados teriam condições de atender às suas bases sem ter de mendigar, sem ter de passar com o piões no Palácio. Mas isso não interessa ao Governo, que, na verdade, quer asfixiar a Assembleia, porque quer o Poder Legislativo fraco, submisso, quer que ele não reaja e não tenha condições de se opor ao Executivo.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)\* - Deputado, estou acompanhando a sua explanação e acho que o seu diagnóstico é perfeito. O que estamos presenciando é, cada vez mais, a hipertrofia do Executivo em detrimento do Legislativo.

Ora, se tivéssemos subvenção - ou o nome que se queira dar - por indicação de Deputados, creio que poderia, então, haver equilíbrio. Ou seja, seria o Poder Legislativo, os seus Deputados, de uma forma equânime, tendo o direito de fazer indicações. Indicações, obviamente, seguindo critérios rigorosos, não só no seu objeto, na sua aplicação, mas na sua fiscalização. Aí, sim, fecharíamos todo o ciclo. Seria importante que houvesse, desde que fosse liberado o recurso e houvesse o acompanhamento do próprio Ministério Público.

Mas, Deputado, o que vemos é que a subvenção, da forma como está posta, apenas vai ser um instrumento de coerção, de coação, e, também, de compensação: "Vamos apertar o Legislativo, vamos impor ao Legislativo, mas aqueles que forem dóceis à nossa proposta terão a compensação". Então, estamos vendo que a subvenção, da forma como está posta, será apenas um instrumento de pressão do Executivo sobre o Legislativo. E, mais ainda, uma forma de premiar a docilidade dos Deputados, ou deste Poder, ao Executivo.

Por isso é importante que a sociedade entenda que subvenção e corrupção não é o mesmo. Convênio e corrupção também pode ocorrer. Seja na construção de prédios, de estradas, se não houver a fiscalização devida, haverá corrupção da mesma forma com o que se denomina subvenção. Subvenção nada mais é do que recurso público sem retorno, ou seja, a fundo perdido. Pode ser para instituições ou para as próprias Prefeituras. Então, vamos tirar a máscara de pensar que subvenção é algo errado, podre, sujo. Pode até ser, desde que não haja fiscalização adequada, desde que não haja atuação nem informações claras sobre a sua aplicação.

E toda a celeuma quanto a essa emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias está nisso. O que se procurou nessa emenda foi clarear essa questão para a sociedade: o Governo está liberando esse recurso, a origem é de tal órgão, vai ser aplicado em tal instituição, para essa finalidade. É isso que queremos. Não queremos mais nada, além disso. Fizeram um carnaval com subvenção, como se fosse algo muito sujo. Tivemos até organizações não governamentais que há alguns anos colheram assinaturas para acabar com as subvenções. Talvez essas mesmas ONGs pudessem funcionar para coibir definitivamente construções sem licitação neste Estado, por parte do Executivo. É um perigo o que vem ocorrendo, que pode ocorrer, se não houver essa limitação, esse acompanhamento.

Enfim, temos de zelar não por nossa posição como Deputado, nem individualmente, mas por nossa instituição, porque esta instituição forte, esta organização forte é que nos dará força também lá fora. Um parlamento frágil só vai nos fragilizar, não só em relação ao Governo, mas também em relação a toda a sociedade. Portanto, solidarizo-me com o seu pronunciamento, com as suas proposições. Estamos nos batendo aqui para deixar de forma muito clara, para toda a sociedade, que está havendo um processo de engodo, um processo fantasioso de dizer que nós, deste Governo, acabamos com a subvenção. Não. O Executivo apenas indeferiu, impediu que no Legislativo pudesse haver reivindicações. Apenas isso. As subvenções continuam muito vivas, muito atuantes e num valor significativo. Mas queremos nesta Casa é que esses valores repassados pelo Executivo sejam devidamente fiscalizados e informados a toda a sociedade. É o que gostaria de acrescentar à sua brilhante exposição.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Prezado Deputado, agradeço sua brilhante contribuição. Não poderia esperar que fosse de outra forma. Pela sua experiência, pela sua

competência, veio trazer uma enorme contribuição ao debate.

Sr. Presidente, para concluir, quero apenas dizer que nós, da Oposição, não temos, e isso já foi dito anteriormente pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira, instrumentos de poder. Não temos o poder de atingir a mídia, como o Executivo tem. Nós, da Oposição, não temos nem parte na Mesa. Não fazemos parte nem da administração da Casa. Precisamos fazer valer aqui os poucos momentos que temos para trazer à sociedade aquela nossa posição, aquela nossa visão do que está acontecendo. Esse debate da subvenção vem se arrastando, e, durante muito tempo, o Governo conseguiu impor uma certa versão na mídia de que estava acabando com a subvenção. Foi graças a esse episódio, através desse veto e da ação exemplar da Oposição - que está usando bem o seu espaço na medida em que pode usá-lo -, que esse assunto ficou claro e que mostrou não só para a sociedade mineira, mas para os órgãos de imprensa que a versão do Estado não era a versão verdadeira. Estamos aqui fazendo o nosso exercício. O Deputado Sebastião Navarro Vieira lembrou bem: o Governo tem a verba, a Oposição tem o verbo. Estamos usando o verbo, enquanto o Governo usa a verba. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, gostaria de, na mesma forma de nossos predecessores, poder discorrer a respeito das razões do Sr. Governador em opor veto à emenda apresentada pelo Deputado Sebastião Navarro.

Na verdade, as razões já foram amplamente discutidas, as razões já foram expostas claramente, e a Oposição só tem este espaço para manifestar-se, para poder mostrar ao povo deste Estado quais são as nossas posições em relação à proposta deste Governo, do Governo Itamar Franco.

Não estamos fazendo nada mais nada menos do que o Regimento Interno nos permite. Aliás, gostaria de lembrar que, no ano passado, o próprio Presidente, Deputado Anderson Aduato, usou, demasiadamente, esse expediente.

Houve dias que ficamos aqui até às 4 horas da manhã, ouvindo-o atentamente. E ele, em companhia de Deputados do PT, usou deste expediente, que é um expediente normal que a Oposição tem para se fazer ouvir. Queremos, então, fazer uso também desse expediente.

O Governador argumenta que, durante sua campanha eleitoral, em diversos locais que teve a oportunidade de se manifestar, mostrou que é contra a subvenção social. Até aí entendemos e aplaudimos a coerência do Governador Itamar Franco. Mas essa coerência quebra-se, separa-se em duas partes no momento em que ele não admite, em nenhuma hipótese, que a subvenção venha para a Assembléia Legislativa, mas a admite no seu Governo.

O fato está manifestado no orçamento do Estado para o ano 2000. Tenho um levantamento muito superficial de um quadro que mostra, claramente, onde o Governador do Estado vai usar a subvenção social, até mesmo no auxílio de despesas de capital, perfazendo um total de R\$135.509.459,00.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (em aparte) - Sr. Presidente, quando falava da tribuna, V. Exa. propôs um acordo de que eu interromperia a palavra para que na sessão da tarde, agora, tivesse 5 minutos.

Não entendi muito bem, porque V. Exa. conversava comigo durante um aparte que o Deputado Sebastião Costa me fazia. V. Exa., às minhas costas, cochichava no meu ouvido, enquanto eu prestava atenção ao Deputado Sebastião Costa. Não sabia a quem prestar atenção. Entendi, e deixei isso claro para a assessoria, que era para encerrar o discurso, naquele momento, para que os parlamentares pudessem almoçar, e que, em seguida, em compensação, teria mais 5 minutos além do tempo. V. Exa. me colocou que não, que estava fazendo um favor, que eu não teria tempo para ficar na tribuna, e que era uma maneira de me poupar. Como Oposição, Sr. Presidente, tenha a certeza de que, se tiver direito a 1 hora, eu vou querer usar 2. Não é por aí que vai me poupar. Como parlamentar da Oposição, gosto, quero e, se Deus quiser, com muita saúde, vou usar muito o verbo. Aliás, uma estratégia, uma tática de atuação, a qual muitas vezes passa por obstrução, porque ela é necessária para que a Oposição seja respeitada, seja visualizada e enxergada nesta Casa. Aliás, uma atuação inspirada na atuação de V. Exa. no mandato anterior. Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Dando continuação ao nosso trabalho de mostrar a situação das oposições com relação ao veto, queremos fazer a leitura das razões do Sr. Governador de impor veto à emenda do Deputado Sebastião Navarro. Disse S. Exa. (- Lê:)

"O Governo do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 90, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição em tela, que estabelece as diretrizes para o orçamento fiscal de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício do ano 2000."

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 47/99, publicada no "Diário do Legislativo" em 31/7/99. E, nos termos do art. 222, c/c o art. 111, inciso I, do Regimento Interno da Casa, foi constituída comissão especial para emitir o parecer.

O Governador, ao opor veto ao inciso XIII do art. 10, argumenta que o dispositivo é desnecessário, uma vez que o Poder Executivo não pretende incluir, no orçamento para 2000, a subvenção social, não havendo, razão para estabelecer tal obrigatoriedade.

Queremos demonstrar claramente a incoerência existente: é desnecessário aqui, mas é necessário lá. E essa necessidade lá manifesta-se através do próprio orçamento: é o documento escrito, o recibo passado pelo Governador do Estado para mostrar que a subvenção, lá, é importante e nesta Casa não o é. Tanto é assim, que estabelece recursos da ordem de R\$3.000,00 para a Coordenadoria de Apoio à Assistência de Pessoas Deficientes; para a Secretaria de Assuntos Municipais; recursos de R\$30.000,00 de subvenção e R\$3.556.910,00 como auxílio de capital, perfazendo o total de R\$3.586.960,00. E, vejamos, essa Secretaria já não existe. Ela, hoje, já faz parte da Casa Civil, através de proposta desta Casa, de projeto de lei aqui votado. São recursos de quase R\$4.000.000,00 que estarão sob a tutela do Secretário da Casa Civil, Sr. Hargreaves, para efetuar a distribuição dessa subvenção social. Por ser uma Secretaria eminentemente política, que fará a distribuição política desses recursos, temos a certeza de que os critérios a serem indicados serão os de apadrinhamento político. Num ano eleitoral, em que teremos eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, será necessário que esta Casa desenvolva um processo de fiscalização como jamais o fez em sua vida. A Secretaria de Estado da Cultura terá R\$73.000,00. Vejamos a discrepância: para uma Secretaria política, são destinados R\$4.000.000,00; para uma Secretaria de Cultura, apenas R\$73.000,00. Sabemos quanto é importante investir na cultura, na preservação das raízes culturais do Estado. A Secretaria de Estado da Educação terá R\$91.806.000,00 de subvenções sociais. Esperamos que esses recursos sejam usados nas caixas escolares para a recuperação das escolas. Estamos vendo a depredação de nossas escolas e vendo as crianças ser vítimas das drogas, que se encontram às portas dos estabelecimentos de ensino. Não temos um processo de fiscalização eficaz em nossas escolas. Teremos, no ano que vem, R\$91.000.000,00 em subvenção social para os caixas escolares, para recuperar as cadeiras, pois as crianças são obrigadas a se sentar no chão ou duas em uma só cadeira. Existe falta de policiamento em nossas escolas, e sabemos que esses R\$91.806.000,00 poderão atender à demanda das escolas do Estado.

A Secretaria de Esportes terá apenas R\$450.000,00. Essa Secretaria, que é administrada pelo colega Ivair Nogueira, grande companheiro e Deputado do PDT, poderá usar esses recursos para promover o nosso esporte, o futebol, um esporte especializado.

Abro um parêntese para mostrar claramente a importância do esporte especializado para Minas Gerais. A não ser Belo Horizonte, a não ser uma ou outra cidade de grande porte, não temos praticamente nada para ser investido no esporte especializado. E o Secretário Ivair Nogueira, com esses R\$450.000,00, poderá perfeitamente incrementar nosso esporte. Poderíamos continuar falando, pois temos ainda 35 minutos, mas acho desnecessário continuar nessa linha, que é boa de ser exercitada. A Oposição tem cumprido seu papel com dignidade e respeito, mas está por demais esclarecida, de nossa parte, a importância de mostrar ao Governador do Estado que, se lá a subvenção é importante e necessária, aqui também o é; se lá existe transparência, aqui também existe. Aqui não há Deputado covarde, pelo contrário, existem Deputados comprometidos com o desenvolvimento e com o progresso das nossas Minas Gerais.

Encerramos nossa posição, neste momento, e esperamos que os Deputados dêem uma demonstração de maturidade, de independência e derrubem esse veto que discrimina vergonhosamente o Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis (Declaração de voto) - Sr. Presidente, ficamos felizes porque esta Casa deu uma mostra de independência no voto. Na verdade, os amplos debates havidos, nesses últimos dias, através de encaminhamento, demonstraram toda a realidade da subvenção social, que é tão condenada, mas que, na verdade, ficou aqui demonstrado, não é tão

nefasta e tão perversa como o diabo pinta por aí. Esse resultado dá mostras de que o Poder Legislativo, quando quer revelar e demonstrar a sua independência, o faz.

Se o Executivo não quer repassar verba da subvenção para a Assembléia, o problema é dele. Mas temos que demonstrar, nesta Casa, que queremos e que vamos manter uma janela aberta para a subvenção, derrubando esse veto. Por esse motivo, acho que o momento é de congratulação entre os Colegas que demonstraram essa independência. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, não vou discutir, em sinal de protesto a meu direito negado de discutir uma matéria no tempo hábil. Solicitei à assessoria, dali de baixo, que me inscrevesse. Se não teve tempo, a culpa não é desse parlamentar que pediu a inscrição. Sendo assim, como protesto, não vou encaminhar e quero deixar registrado que meu direito foi negado pela Presidência nesta reunião. Infelizmente, esse procedimento não é o melhor, mas fui cerceado em meu direito. Tive o cuidado de solicitar a minha inscrição, uma vez que o acordo era que se encerrasse a reunião antes de colocar em discussão outro projeto. Saí correndo e pedi à assessoria que me inscrevesse. Entretanto, meu direito foi-me negado.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, houve um entendimento para a votação dos projetos, houve inversão de pauta. A proposta do Deputado Álvaro Antônio foi objeto de um requerimento, e houve inversão de pauta. O projeto do Deputado Alberto Bejani, que estava quase por último na pauta, passou a ocupar a terceira posição, a fim de ser votado. Infelizmente, temos nova quebra de entendimento, já que houve um acordo para a votação. Na verdade, o Projeto de Lei nº 19/99, publicado no "Diário do Legislativo" em 20/2/99, não fazia parte desse entendimento de votação.

Queremos lamentar também o ataque ao Deputado Hely Tarquínio, sobre a sua dificuldade de audição, como disse o Presidente desta Casa. Queremos lamentar que o Presidente se tenha referido dessa maneira a respeito do Deputado Hely Tarquínio. Todos nós, do PSDB, sentimos o fato de o nosso Líder haver sido tratado dessa forma. Não aceitamos a maneira como o Presidente da Assembléia referiu-se ao Líder do PSDB. Quero, portanto, manifestar o meu repúdio pela forma como foi tratado o Deputado Hely Tarquínio, Deputado sério e respeitado por todos nesta Casa.

**\* - Sem revisão do orador.**

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/11/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.767, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Álvaro Miranda Filho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Jaques Alberto Lage para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

##### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais. Objeto: locação de imóvel. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação com manutenção de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/12/99. Assinatura: 4/11/99. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

##### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratadas: Líder Táxi Aéreo S.A.; Ariba Aero Táxi Ltda.; ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: Convite nº 10/99.

##### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CLINI - Clínica Integrada de Infectologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade, "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### ERRATA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 30/10/99, na pág. 61, col. 3, sob o título "Gabinete da Deputada Maria Olívia", onde se lê:

"exonerando Janete Cristina Monteiro", leia-se:

"exonerando, a partir de 1º/11/99, Janete Cristina Monteiro".

E, sob o título "Gabinete do Deputado João Paulo", onde se lê:

"exonerando Elmo Simei de Carvalho", leia-se:

"exonerando, a partir de 3/11/99, Elmo Simei de Carvalho".